

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**“ATORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
A PARTICIPAÇÃO NO CASO DA MICROBACIA DE
NOVA TEUTÔNIA, SEARA – SC”.**

POR

ALINE SIMINSKI

Florianópolis, abril de 2004.

ALINE SIMINSKI

**“ATORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
A PARTICIPAÇÃO NO CASO DA MICROBACIA DE
NOVA TEUTÔNIA, SEARA – SC”.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Agroecossistemas, Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Eros Marion Mussoi

FLORIANÓPOLIS

2004

FICHA CATALOGRÁFICA

SIMINSKI, Aline

Atores sociais e desenvolvimento local: a participação no caso da microbacia de Nova Teutônia, Seara – SC / Aline Siminski. – Florianópolis, 2004.

120 f.

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

1. Participação Social. 2. Desenvolvimento Local. 3. Planejamento Local. 4. Políticas Públicas. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ALINE SIMINSKI

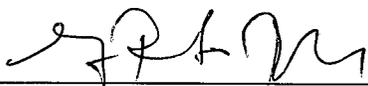
ATORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A PARTICIPAÇÃO NO CASO DA MICROBACIA DE NOVA TEUTÔNIA, SEARA – SC

Dissertação aprovada em 30/04/2004 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

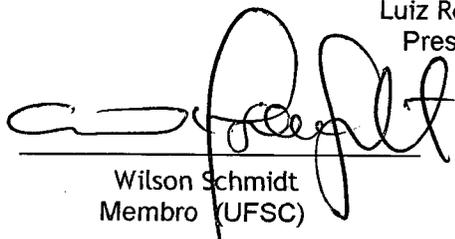


Eros Marion Mussoi
Orientador

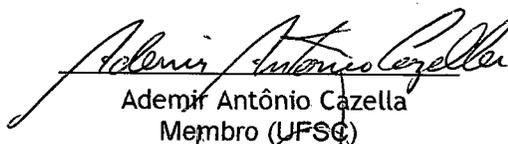
BANCA EXAMINADORA:



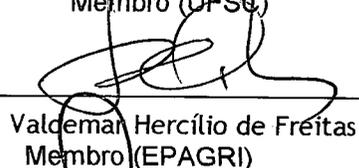
Luiz Renato D'Agostini
Presidente (UFSC)



Wilson Schmidt
Membro (UFSC)



Ademir Antônio Cazella
Membro (UFSC)



Valdemar Hercílio de Freitas
Membro (EPAGRI)



Luiz Carlos Pinheiro Machado F°
-Coordenador do PGA

Florianópolis, 12 de abril de 2004.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão à meus pais, Regina e Edison, pelo grande apoio e incentivo que têm me dado ao longo de minha vida, pelos votos de confiança que em mim tenham depositado, pela paciência ao longo desses anos, pelos sábios conselhos, pela contribuição e por todo o afeto compartilhado.

Ao meu irmão, Alexandre, que muito colaborou com o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Flávio, pelo carinho, amor, compreensão e pela grande paciência nos momentos angustiantes e de minha ausência, por todo o apoio e ajuda, principalmente nos momentos decisivos do trabalho.

Ao meu orientador, Eros Marion Mussoi, pelas críticas e sugestões que contribuíram com meu trabalho.

A todos que de uma ou outra maneira colaboraram nesse trabalho.

“A vida humana é como um edifício em construção: de cada um depende saber como continuá-lo e que aspecto oferecerá uma vez terminado”.

RAUMSOL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	xiii
CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
1.1 ABERTURA DE CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	20
1.1.1 O Estado e a Participação da Sociedade	21
1.1.2 Formas de Descentralização Adotadas pelo País e Participação	26
1.1.3 Modelos de Desenvolvimento Adotados pelo País e Participação	32
1.1.3.1 Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico	32
1.1.3.2 Desenvolvimento sustentável	37
1.2 PARTICIPAÇÃO – CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO	40
CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	46
2.1 PROJETO MICROBACIAS: UMA OPORTUNIDADE DE PARTICIPAÇÃO	46
2.2 PROJETO-PILOTO – CARACTERIZAÇÃO	54
2.3 PROJETO-PILOTO – HISTÓRICO DAS ATIVIDADES.....	61
CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	71
3.1 A INFLUÊNCIA DA SITUAÇÃO ATUAL DOS AGRICULTORES NA SUA PARTICIPAÇÃO	71
3.2 O ENTENDIMENTO DO PROCESSO COMO FATOR ESTIMULANTE DA PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS AGRICULTORES.....	76
3.3 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES AO LONGO DO PROCESSO.....	84

3.4 A BUSCA DOS RESULTADOS COMO FATOR MOTIVADOR DA PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES.....	87
3.5 VISÃO DOS ATORES SOCIAIS COM RELAÇÃO A SER PROJETO-PILOTO	90
3.6 A PARTICIPAÇÃO NA VISÃO DOS ATORES SOCIAIS	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXOS.....	116

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - NÚMERO DE HABITANTES E UNIDADES DE PRODUÇÃO	56
QUADRO 2 - TIPIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO	57
QUADRO 3 - FONTES ALTERNATIVAS DE RENDA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO	59
QUADRO 4 - ESCOLARIDADE (ADULTOS)	60
QUADRO 5 - SANEAMENTO AMBIENTAL	60
QUADRO 6 - EXEMPLO DE MATRIZ DO MÉTODO GUT	64
QUADRO 7 - TIPIFICAÇÃO DAS UPS DOS REPRESENTANTES DA MICROBACIA DE NOVA TEUTÔNIA	80

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PODER E A RESPONSABILIDADE.....	42
FIGURA 1 - MAPA DE SANTA CATARINA – DESTAQUE DO MUNICÍPIO DE SEARA.....	54
FIGURA 2 - MAPA DE SEARA – DESTAQUE DAS MICROBACIAS E/OU PEQUENOS COMPLEXOS HIDROLÓGICOS PRIORIZADOS.....	55
FIGURA 3 - METODOLOGIA DE SEENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.....	68
FIGURA 4 - PLANO DA MICROBACIA COM SUAS PARCERIAS.....	70

LISTA DE SIGLAS

- AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense
APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CMMA – Comissão Mundial do Meio Ambiente
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAFAS – Cooperativa da Agricultura Familiar de Seara
Deser – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA/SC – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina -
PRAPEM - Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UP – Unidade de Produção

RESUMO

Neste trabalho investigou-se a percepção dos atores sociais (agricultores, e técnicos), em relação ao processo de participação no Projeto Microbacias 2, na região de Nova Teutônia, Seara – SC, considerando o conceito de participação, no contexto do planejamento participativo. Procurou-se identificar que significado os agricultores atribuem à participação, bem como as principais dificuldades do processo. Conclui-se que, entre a maioria dos agricultores evidencia-se um comportamento caracterizado por associar a participação à presença em reuniões, mais no sentido de "tomar parte de", influenciado por atitudes paternalistas e clientelistas. Alguns agricultores, no entanto, principalmente os representantes, já atribuem à participação, um caráter diferenciado, mais próximo de "sentir-se parte", onde têm a oportunidade de se manifestarem e discutirem seus problemas. Com referência à mobilização, os agricultores ainda esperam que outros resolvam os seus problemas, ou que o projeto venha lhes dar algum recurso financeiro, sem muito se esforçarem para isso, o que reflete ainda a maneira de como atuou, até então, o Estado e suas instituições, frente aos agricultores: centralizador, paternalista, autoritário e com pouca participação da sociedade. Nesse trabalho, verificou-se que a comunidade possui potencial para definir o tipo de desenvolvimento que aspira, de forma organizada e participativa, mas para isso, necessita de um mecanismo que possibilite e estimule a participação dos diversos atores sociais, discutindo, avaliando, planejando e transformando a sua realidade naquela que desejam. Entende-se que o modo de se implantar um projeto dessa natureza deve ser de forma lenta e gradual, onde todos os atores sociais necessitam adaptar-se ao processo, sem "queimar" etapas, e que o mesmo não pode simplesmente estar na dependência de metas políticas e recursos financeiros, devendo ser continuamente alimentado por todos os atores sociais.

ABSTRACT

On this work the social actors' perception (farmers, and technicians) was investigated, in relation to the participation process in the Project Microbacias 2, in the area of Nova Teutônia, Seara - SC, considering the participation concept, in the context of the participative planning. We tried to identify what meaning the farmers attribute to the participation, as well as, the main difficulties of the process. We conclude that, among most of the farmers a characterized behavior is evidenced by attributing to the participation, their participation in meetings, more in the sense of "taking part of", influenced by paternalist and client's attitudes. However, some farmers, mainly the representatives, already attribute to the participation, a differentiated character, closer to "having the feeling of being part", where they have the opportunity to manifest themselves and discuss their problems. Referring to the mobilization, the farmers still hope that other people will solve their problems, or that the project comes to give them some financial resource, without making a lot of effort on that, what still reflects on the way as, the State and its institutions has been acting, facing to the farmers as: centralizing, paternalist, authoritarian and with little participation in the society. On this work, we verified that the community possesses a great potential to define the development type that it aspirates, in an organized and participating form, but for that, a mechanism that makes possible and stimulates the several social actors' participation is needed, discussing, evaluating, planning and transforming their reality in what they want. We understand that the way of implanting this kind of project should be in a slow and gradual way, where all the social actors need to adapt themselves to the process, without "burning" stages, and that the same cannot simply be in the dependence of political goals and financial resources, so it should be continually fed by all the social actors.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral verificar a percepção dos diversos atores sociais da Microbacia de Nova Teutônia, município de Seara-SC, frente ao processo de planejamento participativo.

Como objetivos específicos, busca: a) discutir o papel da sociedade na construção do desenvolvimento local; b) verificar os limites e potencialidades da participação da sociedade no desenvolvimento; c) conhecer os instrumentos institucionais existentes (ou que possam ser criados) para estimular a participação.

Partindo-se do pressuposto que os modelos de planejamento utilizados pelos municípios, geralmente, são trabalhados por um grupo fechado de pessoas, alheias à realidade local, pretende-se mostrar a importância de uma nova concepção de trabalho que prevê a comunidade do meio rural como protagonista na construção do desenvolvimento local. Além de demonstrar sua importância, analisar se existe um consenso sobre a necessidade de que todos os agentes envolvidos com o meio rural (governo, iniciativa privada e sociedade) participem do processo para que as políticas públicas atinjam os resultados pretendidos.

A opção por este tema tem justificativas de ordem teórica, de ordem prática e de ordem profissional. Sob o ponto de vista teórico muito se tem falado sobre o desenvolvimento local e sua importância. Porém, o que se tem observado, dentro desse processo, é que a participação da sociedade ainda não encontrou espaço suficiente para se manifestar amplamente.

Sob o ponto de vista prático, optou-se por este tema porque a autora do presente estudo vem acompanhando o processo de Planejamento Municipal em dezoito municípios da região Oeste de Santa Catarina, desde 1998, quando iniciou-se a implantação dos censos agropecuários (Epagri/ICEPA/Prefeituras Municipais), no âmbito da Gerência Regional da Epagri de Concórdia. Em seguida acompanhou o processo de discussão dos dados junto aos municípios, participando de várias reuniões de comunidade, que tinham como objetivo a elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento. No ano de 2001, realizou o estágio de conclusão da graduação, no município de Concórdia - SC e Urupema - SC, na área de desenvolvimento municipal, onde analisou a metodologia utilizada nos trabalhos. A partir de 2001, começou a acompanhar a implantação do projeto Microbacias 2, em

Seara e Xaxim.

Sob o ponto de vista profissional, justifica-se porque, uma vez contratada pela Prefeitura Municipal de Seara, a autora foi colocada à disposição da Epagri para atuar como "Animadora¹", no projeto-piloto de Nova Teutônia. Desenvolve assim o papel técnico de observadora e de executora de um projeto estadual: o Microbacias 2, que será detalhado mais adiante.

Entendemos que o estudo é interessante para as instituições gestoras de políticas públicas poderem avaliar o processo de participação dos diversos atores sociais e também para a Prefeitura Municipal, possibilitando a formulação de subsídios para gerenciamento de forma mais adequada dos recursos escassos disponíveis.

A escolha do tema que deu origem a este trabalho está centrada na participação da sociedade, principalmente na tomada de decisões que haverão de influenciar no seu desenvolvimento.

Geralmente, os planos de ação e programas municipais, estaduais, federais, de instituições não coincidem com as aspirações das comunidades, pois não existem mecanismos que permitam à sociedade a real participação em todas as fases de um processo de planejamento, desde o conhecimento da realidade à formulação de políticas públicas que atendam seus interesses e possibilitem a caminhada em busca de um desenvolvimento sustentável.

Sob essa ótica, o projeto Microbacias 2 possui em seu escopo a participação da sociedade do meio rural como protagonistas das ações do projeto à nível local (microbacia). O Microbacias 2 é um projeto do Governo do Estado de Santa Catarina com o apoio do Banco Mundial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida do meio rural. Para isso, conta com recursos financeiros, uma equipe coordenadora e executora, bem como um "manual operativo" que contém as diretrizes norteadoras do projeto. Teve, a partir do Microbacias 1², seu enfoque ampliado para as dimensões social e econômica, numa visão de desenvolvimento denominada

¹ Termo utilizado pelo projeto Microbacias 2, para os profissionais que irão coordenar o projeto a nível municipal.

² O projeto Microbacias 1 (como foi chamado o primeiro projeto) teve início no ano de 1991 e término em 1999, atendendo 534 microbacias, equivalendo a 30% das microbacias existentes. Suas principais ações estiveram voltadas para a conservação do solo e da água, bem como, melhoria da produção e produtividade.

"sustentável". Para isso, prevê uma maior participação da população rural nas definições de suas ações, onde diz que o processo de desenvolvimento comunitário priorizará ações que oportunizem a autogestão, com ênfase na participação ativa de todos os atores sociais envolvidos.

Fundamentada nessa realidade, a equipe técnica do projeto entendeu que seria necessário testar metodologias que fossem participativas e levassem ao protagonismo das comunidades rurais, sendo lançada a idéia de um projeto-piloto. As metodologias utilizadas nesse projeto-piloto visam promover a participação ativa dos diversos atores sociais no planejamento, gestão, execução e monitoramento das ações locais, atuando como protagonistas do seu desenvolvimento, bem como capacitar os técnicos frente a essa nova postura.

Considerando a problemática assim colocada e a necessidade de fornecer subsídios para aprimorar o processo, este trabalho de pesquisa se propõe a discutir a questão da participação dos moradores da Microbacia de Nova Teutônia, sob o ponto de vista dos atores sociais diretamente envolvidos no processo (agricultores e animadores), formulando-se as seguintes questões de pesquisa:

1. Como os atores sociais percebem um projeto de desenvolvimento local participativo?
2. Como as pessoas envolvidas se sentem nesse projeto?
3. Como percebem a importância da participação dos diversos atores no processo?
4. O que os atores sociais entendem por participação?
5. Quais as limitações e possibilidades de um processo participativo?

Será descrita a seguir a metodologia de pesquisa utilizada nesse trabalho, através da qual se busca responder as questões de pesquisa formuladas.

Metodologia de Pesquisa Utilizada

Na análise deste trabalho, buscou-se interpretar os significados das opiniões emitidas pelos atores sociais envolvidos no projeto-piloto do Microbacias 2, bem como, suas ações durante o período analisado, em relação ao tema de estudo. Dessa forma, optou-se pela pesquisa qualitativa³ por ver nela a melhor forma de se obter as informações necessárias.

O estudo foi realizado em uma microbacia hidrográfica (MBH), denominada Nova Teutônia, localizada no município de Seara. Decidiu-se trabalhar com as categorias de atores sociais relacionados diretamente com o trabalho realizado na microbacia (agricultores e animadores).

A população da microbacia é composta por 761 pessoas, em 203 Unidades de Produção⁴, divididas em sete comunidades. Cada comunidade possui representantes eleitos, para auxiliar nos trabalhos do Microbacias 2, totalizando 29 membros. Para esses atores sociais, optou-se por coletar os dados mediante entrevista semi-estruturada⁵ e mediante questionário fechado, em dois momentos distintos.

Inicialmente, passou-se em todas as Unidades de Produção, coletando dados da situação atual das famílias, bem como suas projeções futuras e questões sobre participação, com um questionário fechado (anexo 1). O questionário foi aplicado em cada Unidade de Produção, sendo que em sua maioria, contou com a presença da família. Quando isso não foi possível, entrevistou-se o responsável pela Unidade de Produção, ou outra pessoa que pudesse responder às questões levantadas. Esse questionário também foi utilizado para os trabalhos dos animadores na microbacia.

³ Essa abordagem tem sido cada vez mais valorizada, principalmente quando os pesquisadores buscam compreender com profundidade os significados, as crenças, os valores, as atitudes, os hábitos, bem como o porquê e como os sujeitos ou o objeto de estudo, que é o próprio ser humano, constrói o seu saber e a sua realidade (CÂNDIDO, Sd).

⁴ Unidade de Produção compreende o conjunto das terras subordinadas ao produtor, das máquinas e equipamentos por ele utilizados, das culturas e animais nelas existentes e por ele administrados, bem como da (s) unidade (s) familiar (es), na qual se processa uma exploração agropecuária. Pode ser maior, menor ou igual a propriedade agropecuária a ela associada.

⁵ Entrevista que combina perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador (MINAYO, 2000).

Em um segundo momento, realizou-se entrevistas (anexo 2) com os representantes das comunidades (11 representantes de um total de 29), com o objetivo de captar a percepção destas em relação à participação, por estarem participando de todas as etapas do processo à nível local. Essas entrevistas foram realizadas junto aos agricultores em seus respectivos locais de trabalho.

Para a outra categoria de atores entrevistados (animadores), foi utilizada entrevista semi-estruturada, com apenas um animador (no município são dois, contando com a autora dessa dissertação) também no seu respectivo local de trabalho.

Antes de iniciar as entrevistas, apresentou-se o seu objetivo a cada entrevistado. As entrevistas foram gravadas e ao seu término, transcritas e analisadas em seu conteúdo com o objetivo de clarear algumas questões que ficaram obscuras ou divergentes, buscando aprofundar o assunto nas entrevistas subseqüentes. Quanto ao guia de entrevistas, não foi considerado como um protocolo ou cronograma fechado, pois na situação de cada entrevista, o pesquisador pôde decidir como montar as perguntas e quando fazê-las. Assim, o roteiro de entrevista serviu apenas para lembrar o entrevistador sobre os assuntos a serem abordados.

Para elaboração definitiva do guia, realizaram-se entrevistas preliminares no município de Xaxim - SC, também projeto-piloto, com os animadores e quatro agricultores, representantes das comunidades, para checagem do entendimento das perguntas. Depois de realizadas as entrevistas, estas foram transcritas e ajustadas para a ida definitiva à campo.

Com a intenção de perceber situações e fenômenos que não são obtidos apenas por meio das entrevistas, foi realizada a técnica de observação participante⁶. Para tanto, a pesquisadora permaneceu a maior parte do tempo, destinado ao trabalho de campo, com os entrevistados, na microbacia, participando de suas atividades diárias coletivas e através de visitas individuais nas casas dos agricultores, mantendo conversas informais com estes e com outros atores sociais envolvidos.

⁶ É caracterizada pela inserção do pesquisador nos processos sociais do sistema sócio-cultural que está sendo estudado, através do contato direto com o fenômeno observado, para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos MINAYO (2001).

Também como técnica complementar, buscando aprofundar os dados obtidos através das entrevistas, questionários e observações, foi utilizada a análise documental. Observou-se neste trabalho os seguintes documentos: Manual Operativo do Projeto Microbacias 2, Plano Municipal, atas de reuniões, artigos de jornais, histórico da microbacia de Nova Teutônia, bem como, o histórico do projeto Microbacias 2 em Nova Teutônia (documento em elaboração pelos agricultores).

Na análise e interpretação dos dados, objetivou-se a ordenação, classificação e a análise, propriamente dita, dos dados coletados, culminando com a elaboração do relatório final da pesquisa. Para a interpretação dos dados, adotou-se a análise de conteúdo de MINAYO (2001), baseando-se principalmente no conteúdo das entrevistas e observação participante, relacionando-os com o referencial teórico pesquisado e com a visão do pesquisador.

Para desenvolver nosso trabalho estruturamos esta dissertação com uma introdução, seguida de quatro capítulos, ordenados conforme o disposto a seguir:

No capítulo 1 são abordados os diferentes conceitos de participação no ponto de vista de vários autores. Desenvolve-se a explanação sobre os canais de participação, a relação entre o Estado e a participação da sociedade e posteriormente o questionamento do modelo de desenvolvimento adotado pelo país. Dentro do aspecto do Estado e Participação analisa-se como o tipo de participação adotado, que deveria conduzir às próprias decisões relevantes para a coletividade, não está presente na maioria de nossos governantes que continuam trabalhando no “velho sistema”, em uma lógica autoritária, paternalista/clientelista e centralizada. Também busca deixar claro que, apesar desse quadro começar a mudar com a Constituição de 1988, quando houve alterações na forma de administração pública, na prática mudou muito pouco em relação à participação. Aborda-se a descentralização Estado – Estado: o município como instância participativa (Municipalização), que inclui transferência das funções e responsabilidades da união para os estados e municípios; dos estados para os municípios. A descentralização Estado – Sociedade: planejamento participativo, que é a democratização da gestão e a transferência para a sociedade da execução e gerenciamento dos recursos e prestação de serviços. A abordagem também se caracteriza por apresentar modelos de desenvolvimento adotados pelo país, formas de participação e os questionamentos que a sociedade faz em razão das conseqüências desse modelo.

No capítulo 2, faz-se inicialmente um relato caracterizando o projeto Microbacias 2, que ajuda a entender em que base foram lançados os seus objetivos, e quais as diretrizes que o norteiam. Estabelece-se também, um breve comparativo com o projeto Microbacias 1, onde nas avaliações realizadas pelo ICEPA sobre este projeto, verificou-se uma deficiência com relação à efetiva participação da sociedade rural em suas definições e nas ações executadas. Ressalta-se que o projeto Microbacias 2 tem como foco central o desenvolvimento rural sustentável, que apregoa justiça social, viabilidade econômica e prudência ecológica. Esse enfoque denominado "sustentável" surge apoiado pela ampliação da participação dos atores locais nas diversas etapas do projeto. Também neste capítulo procurou-se caracterizar a área de estudo, sua localização, população, principais atividades, aspectos sócio-econômicos, ambientais e a metodologia de trabalho utilizada desde o início do projeto-piloto.

O capítulo 3 tem o objetivo de apresentar os "resultados e discussão", analisando e interpretando o conteúdo do questionário e das entrevistas realizadas com os diversos atores sociais, da observação participante, das conversas informais e da análise de documentos, relacionando-os com o referencial teórico, bem como com a experiência da pesquisadora.

Finalmente, no capítulo 4, são apresentadas as conclusões da pesquisa realizada, lembrando que refletem uma situação de momento, baseada em alguns "cortes no tempo", mas que aponta uma situação típica de uma microbacia.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO

Com base no tema central de estudo, que é a participação, decidiu-se explanar neste capítulo, num primeiro momento, a abertura de canais de participação no Brasil. Num segundo momento, será abordada a fundamentação do conceito de participação sobre a visão de vários autores, que implica na forma de como é trabalhada a participação nos programas de desenvolvimento.

1.1 ABERTURA DE CANAIS DE PARTICIPAÇÃO

A maioria da população está alheia às decisões que envolvem sua localidade, sendo que as decisões geralmente são tomadas por um grupo fechado de pessoas, com interesses próprios, normalmente sem conhecimento da realidade que se propõem modificar. Serão expostos, nesse tema, três aspectos de abertura de canais de participação, direcionados ao meio rural⁷. Inicialmente será abordado o Estado⁸ e a participação da sociedade, em seguida, o processo de descentralização

⁷ Pelo fato do estudo se dar neste meio, com comunidades de uma microbacia. De acordo com o IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das Prefeituras Municipais. ABRAMOVAY (2000) comenta que não existe uma definição universalmente consagrada de meio rural, sendo que no Brasil, a delimitação é administrativa, de acordo com a Lei Municipal. Sendo assim, como urbano são enquadradas as pessoas e domicílios recenseados em áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), as vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas. E por rural são enquadradas as pessoas e domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos. De acordo com VEIGA (2002), além do Brasil, apenas quatro países conservam essa divisão inframunicipal e administrativa entre espaço rural e urbano: El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana. Os países mais avançados sempre preferiram utilizar patamares populacionais para identificar as unidades político-administrativas que deveriam ser consideradas urbanas ou rurais, sendo que nas últimas décadas mostraram-se muito mais apropriados os métodos que cruzam estes patamares com os critérios de localização e densidade demográfica. Sobre esse assunto, ver também: Sobre a Delimitação do Rural e do Urbano no Brasil: Testando as Aberturas Geográficas das Novas Pnads. José Graziano da Silva. <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/>

⁸ Estado é a instância jurídico-política que sintetiza o jogo de interesses e poderes dos atores sociais, em conflito e cooperação, consolidando e expressando uma estrutura de poder na sociedade. O Estado não é um ator – da mesma natureza dos grupos e segmentos sociais – mas uma expressão dos seus interesses e poderes diferenciados (JARA, 1998). De acordo com PINTO (1986), o Estado se materializa em instituições, envolvendo o governo; e tem na execução de sua prática, duas funções fundamentais para manter-se e reproduzir-se: o domínio (imposição de uma classe sobre as

promovido pelo Estado e posteriormente, os modelos de desenvolvimento adotados pelo País e a participação social.

1.1.1 O Estado e a Participação da Sociedade

Na atual conjuntura social brasileira, falar sobre participação no contexto de Estado, implica em abordar o tema democracia participativa. Segundo PORTINHO DIAS (1998), a palavra democracia pode ser traduzida como um meio para a realização dos valores essenciais da convivência humana, através da participação dos cidadãos diretamente na gerência dos atos estatais. Assim, a democracia repousa sobre dois princípios fundamentais: o princípio da soberania e o princípio da participação popular, que conjugados, tendem à realização dos valores da igualdade e da liberdade.

De acordo com o autor, a democracia significa a efetiva participação da sociedade nas decisões e no destino do Estado, seja através da formação de instituições representativas, seja através do controle da atividade estatal. Em suma, quer dizer que a sociedade é a "verdadeira titular do poder", mesmo que este seja exercido através de representantes eleitos. Nela, os representantes devem se submeter à vontade popular, bem como à fiscalização de suas atividades. Sobre isso, BOBBIO (1992) coloca que a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, sendo que são consideradas decisões coletivas aquelas aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão.

Isso implica dizer que, na regra da maioria, nem sempre a maioria toma a decisão. A democracia prevê que as decisões sejam tomadas por representantes que "teoricamente" estariam representando os interesses da maioria, mas que muitas vezes, direcionam a representação apenas para seus interesses. Sendo assim, a democracia pode ser representativa, como no caso citado, ou direta, onde as decisões coletivas são tomadas diretamente pelos cidadãos.

De acordo com BOBBIO (1992), a democracia representativa é aquela onde as deliberações coletivas (que dizem respeito à coletividade) são tomadas não

demais classes) e a hegemonia (na medida em que a classe dominante é aceita pelas demais classes como sendo a classe que tem as maiores capacidades para dirigir a sociedade).

diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade. Sendo assim, um Estado representativo é um Estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos. Já a democracia direta é entendida literalmente como a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes, o que de acordo com o autor, é uma proposta insensata.

Insensata, pois a questão da democracia direta acaba esbarrando em um ponto fundamental, que é o tempo disponível dos cidadãos para estarem participando em todas as decisões que lhes afetam, pois além das decisões coletivas, temos também as individuais, aquelas em que se deveria haver maior disponibilidade de tempo. Nesta lógica, será que mesmo tendo a possibilidade de uma democracia direta, os cidadãos se dispõem a participar de todas as decisões a eles relevantes? Ou preferem que estas decisões fiquem nas mãos de seus representantes, legitimando assim a democracia representativa, porém, correndo o risco de não haver uma representação efetiva daqueles a quem se é representado? Nesse ponto, percebe-se que a democracia representativa vem ganhando muitas críticas ao longo dos anos, devido principalmente aos escândalos de corrupção, desvio de recursos, entre outros, o que vem gerando uma insatisfação geral da sociedade, bem como uma necessidade de se analisar as formas de democracia existentes.

BENEVIDES (1996) comenta que a Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, admite a combinação de formas de democracia direta com a representativa⁹. Ao célebre princípio “todo poder emana do povo”, acrescentou-se: “que o exerce por meio de representantes eleitos, ou, diretamente, nos termos desta Constituição”.

De acordo com a autora, a representação política – legítima e indispensável nas democracias modernas – é uma instituição deficiente para exprimir, com fidelidade, a vontade popular e a realização dos interesses do povo, na multiplicidade de suas manifestações. Essa premissa apóia-se na crescente insatisfação popular com a representação tradicional.

⁹**Participação indireta** (através da representação de vereadores, deputados, senadores, conselheiros) e **participação direta** (através de leis de iniciativa popular, referendo, plebiscito e assembleias deliberativas).

No entanto, tanto Bobbio quanto Benevides concordam que o desenvolvimento da democracia não está na substituição da democracia representativa pela direta.

BENEVIDES (1996) se propõe a estudar a complementaridade entre formas de representação e de participação, ou seja, o aperfeiçoamento da democracia pelo ingresso direto do povo no exercício da função legislativa e na produção de políticas governamentais. Essa complementaridade entre representação tradicional e formas de participação direta¹⁰, configura-se em um sistema denominado democracia semidireta, propiciando, segundo a autora, um equilíbrio desejável entre a representação e a soberania popular.

BOBBIO (1992) coloca a importância do desenvolvimento da democracia como sendo a passagem da democracia na esfera política (onde o indivíduo é considerado um cidadão), para a democracia na esfera social, na extensão das formas de poder ascendente. O desenvolvimento da democracia, segundo o autor, não é um novo tipo de democracia, mas sim, a ocupação (por parte de formas até tradicionais de democracia) de novos espaços, até então dominados por organizações do tipo hierárquico ou burocrático¹¹.

Em ambos os casos percebe-se um avanço na discussão da democracia para uma concepção que se torna mediadora entre uma forma de democracia e outra, no sentido de anular as deficiências que cada uma possui, de forma isolada. Porém, para que isso aconteça, torna-se necessária uma evolução por parte dos cidadãos e de seus representantes, no sentido de uma participação mais ampla dos primeiros em relação aos últimos.

De acordo com JARA (1996), as premissas da democracia amplamente participativa pressupõem:

¹⁰ A autora se propõe a estudar a participação direta dos cidadãos na atividade de produção das leis e de políticas governamentais: Referendo, Plebiscito e a Iniciativa Popular, os quais foram aprovados para vigorarem ao nível Nacional, Estadual e Municipal. Como Iniciativa popular, entende-se sempre o mesmo mecanismo que inclui um processo de participação complexo, desde a elaboração de um texto até a votação de uma proposta. O Referendo concerne à consulta popular unicamente a normas legais ou constitucionais e o Plebiscito também é colocado como uma consulta popular, porém de qualquer tipo de questão de interesse público, não necessariamente de ordem normativa.

¹¹ Sobre isso, o autor coloca que, para se medir o avanço da democracia em um determinado país, não devemos apenas perguntar QUEM VOTA, mas também ONDE SE VOTA. É importante perceber se aumentou, não o número de pessoas que tem o direito de participar nas decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer esse direito.

"a existência de comunidades organizadas, informadas e educadas, capazes de se expressar, influir e decidir o tipo de desenvolvimento a que aspiram, além da capacidade de avaliar e controlar o impacto de políticas, programas e projetos. Por outro lado, pressupõem autoridades que saibam lidar com o poder, sem serem corrompidas por ele, ou seja, governantes com responsabilidade social, capazes de se entender a serviço do público. Nesse caso, ter autoridade significa ter poder e capacidade para comandar com transparência, significando que o governante pode ser chamado a prestar contas de seus atos por força da lei".

No decorrer da história político-administrativa do nosso país, a participação nas decisões e implementações de políticas públicas tem sido reservada a uma minoria da população. A participação social fica restrita apenas à escolha dos responsáveis pelas decisões que afetam a sociedade. O processo de participação que conduz às próprias decisões relevantes para a coletividade não está presente na maioria de nossos governantes que continuam trabalhando em uma lógica autoritária, paternalista/clientelista e centralizada.

Isso significa que os governos deveriam estar preparados, tanto política como tecnicamente, para processar e dar respostas às demandas e reivindicações que surgem da sociedade, possibilitando canais de participação, através de diversas instâncias de planejamento participativo, que permitiriam a articulação, a sistematização e a priorização dessas demandas. Mas será que realmente é o que desejam aqueles que governam? Ou seja, que a maioria das pessoas possam estar participando e influenciando nas decisões locais? As diversas experiências que têm surgido, como os Conselhos Municipais, por exemplo, mostram ao longo dos anos que sua criação é muito mais institucional do que realmente uma abertura de diálogo entre os que governam e os cidadãos. Geralmente há uma participação aparente onde os cidadãos escolhem sobre o que já foi definido pelos governantes.

No entanto, isso não significa destituir do Estado a função de incentivador e promotor de canais de participação. De acordo com MUSSOI (1998), ao discutir tanto os modelos de desenvolvimento, como a função do Estado e suas instituições na implementação desses modelos, torna-se fundamental abordar a questão da participação da sociedade. Para o autor, a discussão do tema participação, passa evidentemente pelo Estado, como ente que tem determinado historicamente a maior ou menor inserção dos atores sociais na definição da trajetória política, econômica, social e ambiental do país.

PINTO (1986) relata que a participação no Brasil começa a se fazer presente no discurso oficial do Estado a partir de 1974/75, depois da derrota eleitoral e quando já se prenunciava o fracasso e o esgotamento do modelo econômico imposto à nação pelo golpe militar de 1964. A partir de 1975, começa a surgir, primeiro timidamente, depois de forma muito presente, a palavra participação. O autor coloca que as razões são, o surgimento, precisamente a partir de 1968/69, de um movimento popular, participatório no sentido das classes populares, que se expressa politicamente, nas eleições de 1974. Esse movimento começa a preocupar os governantes, sobretudo, devido ao encontro com o fracasso do modelo econômico, surgindo primeiramente, a necessidade de se consolidar uma maior hegemonia ou de se continuar com a hegemonia exercida sobre a classe dominada. E ainda, seria necessário apropriar-se do movimento popular de participação que surgia como processo de lutas, para transformá-lo em uma participação outorgada, concedida.

Dessa forma, o discurso participativo, conforme o autor, busca continuar a hegemonia que estava ameaçada pelo fracasso econômico, ao mesmo tempo em que era uma concessão, uma espécie de legitimação, e uma espécie de tentativa de cooptação do movimento popular. O autor comenta, que o importante é que isso também acaba abrindo um espaço, pelo menos de legitimação, em nível de discursos para práticas participatórias.

Nesta lógica, a participação surge através da política do Estado para evitar que a própria população a conquiste. Sendo o Estado aquele que abre à participação, esta passaria a ser conforme ele quisesse, ou seja, uma participação aparente, onde os cidadãos pensam que decidem, nos canais que o Estado coloca à sua disposição, mas as principais decisões já estão tomadas. Se observarmos o estilo dominante de administração pública do Estado, ao longo das décadas, podemos pressupor a forma de participação que este mesmo Estado outorgou à população.

Na história contemporânea do Brasil, pode-se observar que o estilo dominante de administração pública prevalece, ao longo das décadas, do tipo paternalista-clientelista. De acordo com JARA (1998), ao analisarmos a história político-administrativa do país, vemos que até os anos oitenta, o Estado segue, teoricamente, o modelo dito tradicional, ou seja, centralizador da gestão pública,

onde o poder está retido nas mãos do Estado e da União (neste caso os municípios são totalmente dependentes das decisões "de cima"); o regime predominante é autoritário, onde poucas pessoas detêm o poder e decidem pelas ações a serem executadas; paternalista-clientelista, onde os governantes fazem troca de favores em relação aos beneficiários, que se tornam dependentes destes. Sendo assim, concentra o poder nas mãos de poucos, representando interesses de grupos minoritários e com pouca participação da sociedade nas decisões.

No entanto, esse quadro começa a mudar, com a Constituição Federal de 1988, quando houve propostas de mudanças na forma de administração pública, descentralizando parcialmente o processo de decisões do Estado.

1.1.2 Formas de Descentralização Adotadas pelo País e Participação

De acordo com MUSSOI (1998), o debate sobre uma maior participação cidadã nas decisões que influem na vida social da coletividade passa obrigatoriamente pela questão da descentralização, que surge a partir de dois momentos simultâneos: de um lado, a postura, que é resultado da crise do Estado moderno e sua incapacidade de administrar centralmente o complexo de problemas originados pelas contradições desse mesmo Estado, que se vê obrigado por si mesmo a promover experiências de descentralização (o faz de tal forma que, se mantenha o poder centralizado). Por outro lado, existe dentro da sociedade e movimentos sociais um profundo desejo de uma maior descentralização dos níveis de decisão, já que se entende que, estando o poder próximo dos cidadãos, haverá condições de superar o profundo distanciamento entre as necessidades concretas da sociedade e as políticas públicas.

De acordo com JARA (1998), a partir da Constituição Federal de 1988, houve a implementação de novas modalidades de gestão pública, baseadas no tratamento descentralizado, tanto dos problemas locais, como da organização dos relacionamentos territoriais, sejam eles regionais ou municipais. Esse mesmo autor afirma: *"Estamos diante de uma reforma político-administrativa na qual o Estado central, que historicamente concentrou competências e funções, começa a devolvê-las aos governos locais e às comunidades, repassando o poder decisório"*.

De acordo com BUARQUE (1999), descentralização é a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, conferindo-lhes capacidade de decisão e autonomia de gestão. O princípio da descentralização é que, tudo o que pode ser feito por uma entidade espacialmente menor (Município), não deve ser feito por um organismo maior (estado ou União).

Nesta lógica, quanto mais próximo está o governo e as decisões públicas dos cidadãos, maior sua valorização perante a sociedade, ao mesmo tempo em que maior será a cobrança e conseqüentemente, a responsabilidade dos governantes. O que antes dependia de decisões da União e dos estados (em que a sociedade dificilmente teria acesso), passa a depender dos municípios, o que torna mais acessível a participação da população, devido a proximidade desta, para com os tomadores de decisão.

BOBBIO (1992) relata que a descentralização é entendida como revalorização da relevância política da periferia em respeito ao centro. Pode-se interpretar o ideal do governo local como um ideal inspirado no princípio, segundo o qual, o poder é tanto mais visível quanto mais próximo está. O autor comenta que, de fato, a visibilidade não depende apenas da apresentação em público de quem está investido do poder, mas também, da proximidade espacial entre o governante e o governado.

MUSSOI (1998) comenta que o processo de descentralização pode ser um mecanismo de transferência das responsabilidades do governo federal e estadual (que não podem mais dar conta) para as administrações locais.

Sendo assim, descentralização baseava-se no processo de transferência de responsabilidades, porém, o poder continuava centralizado nas mãos de poucos. Segundo DESER (2001), as posições que predominaram na política de descentralização foram baseadas numa lógica apenas administrativa, ficando ao poder político as decisões sobre as questões de fato fundamentais para o desenvolvimento do país, centralizadas, sem nenhum instrumento de participação popular. Outro fato alegado é de que, a Constituição não determinou claramente as atribuições aos municípios, que foram, de certa forma, forçados a assumir serviços que antes eram competência federal e estadual.

MUSSOI (1998) relata a descentralização como forma de superar a incapacidade do Estado de formular políticas realmente alternativas ao modelo convencional de desenvolvimento. O Estado como indutor e mantenedor desse modelo, demonstra cada vez mais sua incapacidade e desinteresse em manter os serviços públicos e sociais organizados, e em atender a sociedade em geral, que espera soluções para o agravamento dos problemas sociais, econômicos e políticos.

De acordo com o autor, isso leva o Estado a buscar novas formas de reestruturar-se (mas sem perder o poder), encontrando na descentralização uma resposta adequada a uma série de problemas que enfrenta, como a incapacidade de mantimento de alguns instrumentos de políticas públicas (extensão, saúde, educação) e a necessidade de criar um aparente aumento da participação dos cidadãos na formulação e gestão de políticas públicas.

Sendo assim, muitas críticas vêm surgindo em relação ao processo de descentralização que ocorreu no país, principalmente sobre a forma como foi conduzido, pois se iniciou um processo desorganizado de descentralização político-administrativa, que, desde então, avança de forma irregular, desordenada e desconexa. Apesar da proposta, a descentralização foi uma maneira silenciosa de o Estado abandonar suas funções, deixando novas tarefas para os governos e atores locais, sem recursos técnicos e financeiros e sem capacidade de gestão para executá-las.

MUSSOI (1998) coloca que é necessário verificar em que medida este tipo de descentralização implicou em uma maior participação cidadã na definição e gestão de políticas públicas.

De acordo com BUARQUE (1999), existem duas formas de descentralização: Estado-Estado e Estado-Sociedade, segundo a natureza do agente que recebe as responsabilidades e os espaços decisórios das instâncias públicas superiores.

Descentralização Estado – Estado é a transferência de funções e responsabilidades de gestão interna ao setor público entre as instâncias espacialmente diferenciadas, da mais ampla para a mais reduzida e local. Inclui transferência das funções e responsabilidades da União para os estados e municípios; dos estados para os municípios (BUARQUE, 1999).

Segundo PINHO (2000), na atual sistemática constitucional brasileira não mais se discute a natureza de Entidade Federativa dos municípios¹², pois foram assim expressamente considerados pela Constituição Federal. Como toda Entidade Federativa, são dotados de autonomia política, ou seja, do poder de agir dentro dos limites fixados pela Constituição Federal, o que importa em auto-organização, autolegislação, autogoverno e auto-administração.

A Constituição Federal de 1988 descentralizou parcialmente o processo de decisões para os municípios, processo denominado municipalização, criando uma oportunidade histórica para o amadurecimento de práticas democráticas. JARA (1996) relata esse processo como novo cenário de um município que passa a ter uma maior autonomia:

"Estamos diante de um município novo. Os municípios passam a constituir entidades funcionais e territorialmente descentralizadas, dotadas de autonomia para gerir seus próprios negócios, com capacidade normativa e administrativa para definir sua própria legislação e organização interna".

O autor coloca que o conceito de municipalização diz respeito à admissão pela administração municipal de obrigações e responsabilidades transferidas pelos estados e União, bem como, à iniciativa do governo local de enfrentar desafios e lutar contra os problemas, assumindo as responsabilidades determinadas.

A municipalização tem um papel muito importante frente ao desenvolvimento local, porque facilita a participação da sociedade nos processos decisórios, criando dessa forma, uma grande proximidade entre as instâncias decisórias e os problemas e necessidades da sociedade. BUARQUE (1999) comenta que a municipalização, identificada normalmente como uma redistribuição de poderes no interior da administração pública, pode aumentar o poder e responsabilidade decisória da sociedade: *"(...) no interior do município pode ocorrer uma ampliação do processo de descentralização, com o repasse da responsabilidade executiva de projetos e com autonomia nas escolhas e definição de prioridades para as comunidades"*.

¹² Os municípios são regidos por Lei Orgânica, elaborada com observância dos princípios adotados nas Constituições Federal e Estadual e promulgadas pela própria Câmara Municipal. Dentro de sua esfera de autonomia política, são os próprios municípios que estabelecem a sua lei de organização fundamental.

O que o autor chama de ampliação do processo de descentralização, é aquela na qual a sociedade participa das definições das políticas públicas, havendo uma descentralização de poder e responsabilidades por parte do Estado para com a sociedade.

Descentralização Estado – Sociedade, de acordo com BUARQUE (1999), é a democratização da gestão e transferência para a sociedade da capacidade de gestão e execução das atividades, gestão de recursos e prestação de serviços. JARA (1998) coloca que a descentralização, quando acompanhada de processos de abertura democrática, visa estabelecer mudanças na capacidade de regulação econômica, promovendo autonomia local. Aparece como instrumento político-administrativo que, em teoria, possibilita caminhar para objetivos democráticos, estimulando o exercício da cidadania e a participação social.

Porém, nesse tipo de descentralização, torna-se importante verificar se realmente existe a vontade por parte dos governantes e dos cidadãos de uma maior participação popular.

Sendo assim, JARA (1998) relata que se torna necessário um novo estilo de gestão pública, chamado de gestão ou planejamento participativo:

"Para assegurar a viabilidade e sustentação política dos planos locais de desenvolvimento, assim como para estimular o comprometimento das comunidades, é preciso executar um novo estilo de gestão pública que vise atender com prioridade as necessidades básicas vitais da população".

Mas será esse novo estilo de gestão pública apenas uma gestão que atende as necessidades e prioridades da população, ou uma gestão que assegure aos cidadãos a possibilidade de não apenas definir prioridades, mas também influir nas políticas públicas, avaliando, decidindo, mudando, ou seja, participando de suas definições? Não há dúvidas de que esse novo estilo de gestão pública deva atender as necessidades da população, mas deve ir além disso, deve possibilitar um processo de socialização das decisões e do poder.

Quanto a isso, JARA (1998) coloca que quando há participação social no processo de planejamento, isso representa não apenas mais um recurso que possibilita alcançar maior eficiência na gestão pública, mas também um instrumento para distribuir poder entre os atores sociais, democratizando o governo local.

Sendo assim, planejamento¹³ participativo é uma forma de descentralização Estado – Sociedade, onde são abertos mecanismos que permitem uma maior participação da sociedade nas decisões e ações para o seu desenvolvimento.

BUARQUE coloca que a proximidade dos problemas e do cidadão permite que o planejamento local e municipal tenha amplos mecanismos de participação da população e dos atores sociais, comprometendo a sociedade com as decisões e com as iniciativas e prioridades, viabilizando, portanto, a mobilização das energias da sociedade.

A partir do processo de municipalização, alguns municípios resolveram abrir canais de participação da sociedade nas decisões locais, chamando a população para, em conjunto, priorizarem as principais necessidades e potencialidades locais, bem como as metas a serem realizadas. Porém, nestes casos, a participação da sociedade tem sido muito tímida, geralmente sendo apenas de caráter consultivo. Ou seja, a população é consultada sobre algum assunto, agricultura, por exemplo, e escolhe, dentro do orçamento existente, quais seriam as ações prioritárias nessa área. No entanto, não discutem porque está destinado esse valor do orçamento para a área da agricultura, se poderia ser aumentado, onde buscariam resolver problemas e encontrar soluções fora desse orçamento, entre outros. Percebe-se uma falta de instrumentos políticos de participação da sociedade nos planejamentos municipais.

Apesar da participação dos cidadãos no processo de descentralização muitas vezes estar direcionada à consulta pública, essa participação que antes era apenas para legitimação, ou seja, aceitação do que haviam decidido por todos, passa a também poder decidir, mesmo que de forma limitada. Isso por si só já é um avanço que pode ser ampliado à medida em que se trabalha a divisão de poderes e responsabilidades entre governantes e a população.

¹³ De acordo com JARA (1996), planejamento é um termo que abrange conceitos amplos e diferenciados, podendo ser visto como processo, sistema ou simplesmente, como instrumento de ordenamento de fatores e recursos para promover mudanças aplicáveis a diversos tipos de atividade social e econômica, com objetivos diversos que vão desde modificações estruturais até simples esquemas assistencialistas. BUARQUE (1999) coloca o planejamento como uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possível. Esse autor coloca o planejamento como um grande instrumento para a organização da sociedade. Já GANDIN (1994), coloca o planejamento como uma metodologia científica para construir a realidade. Segundo o autor, planejar não é só organizar a realidade existente e mantê-la em funcionamento, mas é transformar esta realidade, construindo uma nova.

1.1.3 Modelos de Desenvolvimento Adotados pelo País e Participação

Outro ponto de abertura de canais de participação foi quando se começou a questionar o modelo de desenvolvimento adotado pelo país, baseado no aspecto econômico, trazendo uma série de problemas de ordem social e ambiental. Passou-se então a ser incorporada a idéia de um desenvolvimento mais justo economicamente, ambientalmente e socialmente, surgindo assim, a idéia de Desenvolvimento Sustentável, que trouxe à tona novamente, a participação da sociedade como imperativo básico para garantir o seu sucesso.

1.1.3.1 Desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico

Quando se fala em desenvolvimento é muito comum que as pessoas associem esta idéia ao crescimento econômico, pelo fato de a maioria dos países utilizarem apenas o aspecto econômico para avaliar o seu desenvolvimento. Há mais de meio século, os dirigentes políticos da maioria dos países vêm apoiando a idéia de desenvolvimento como tema central de sua política oficial. Inicialmente a questão de desenvolvimento esteve intimamente ligada ao crescimento econômico. Neste ponto, WOLFE (1976) comenta que seu elemento principal consistia em elevar a produção *per capita*, especialmente através da industrialização, o que exigiria a elevação ao máximo do investimento produtivo.

No meio rural, este modelo de desenvolvimento começou a tomar força com a "Revolução Verde" (a partir da década de 1960, no Brasil), dando prioridade ao desenvolvimento produtivo, ou seja, aumento da produção e produtividade. O processo da Revolução Verde surgiu com o discurso de "acabar com a fome do Mundo", pois os problemas de fome e pobreza eram colocados por técnicos e autoridades, como consequência do sistema de produção de alimentos¹⁴.

¹⁴ Como resultados, pode-se observar que a produtividade aumentou, porém o problema da fome não pôde ser resolvido, pois não se trata apenas de produção de alimentos, e sim de uma visão mais ampla, onde também seja repensada a distribuição social, entre outros fatores. GEORGE (1978) comenta que onde a Revolução Verde foi adotada, a agricultura passou a ser vista não como um meio de alimentar as populações, mas como um investimento lucrativo que pôs em movimento profundas correntes de mudança na relação entre terra, trabalho e capital, entre proprietários, rendeiros e trabalhadores e entre agricultura, comércio e indústria e entre a cidade e o campo.

De acordo com GEORGE (1978), as Fundações Ford e Rockefeller anunciavam "aos quatro ventos" que a crise alimentar fôra definitivamente vencida, chegara o período de prosperidade, o homem já não passaria fome.

ALMEIDA E NAVARRO (1997) colocam que, vários países engajaram-se na chamada "Revolução Verde", fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade¹⁵ através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização.

Todo esse aumento de produtividade conquistado através de experimentos e pesquisas científicas teria então que chegar àquele que fosse utilizá-lo, ou seja, adquirir essa tecnologia, sendo que, para isso, alguém precisaria difundi-la. Montou-se então um sistema de profissionais que teriam a função de não apenas levar a tecnologia a campo, mas também driblar a resistência tradicional do agricultor para que essa tecnologia fosse adotada, surgindo então a idéia da assistência técnica e extensão rural, para garantir e perpetuar esse modelo de desenvolvimento.

De acordo com GEORGE (1978), agrônomos e economistas rurais dos países subdesenvolvidos receberam treinamento especial através do Conselho de Desenvolvimento Agrícola e de bolsas de estudo financiadas pelas Fundações Ford e Rockefeller, formando grupos de indivíduos altamente treinados, criando uma equipe de peritos prontos e dispostos a espalhar as sementes e a política da Revolução Verde por todo o Terceiro Mundo.

Sendo assim, a extensão rural começou a despontar no Brasil em 1948, com a criação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais). Em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) que coordenou e estimulou a extensão rural no país. A extensão surgiu no país antes da Revolução Verde, como um instrumento de ensino e educação, onde o objetivo do extensionista era habilitar o agricultor para obter maior produtividade.

¹⁵ De acordo com EHLERS (1996) no que se refere ao aumento da produção total da agricultura, a Revolução Verde foi sem dúvida um sucesso. Mas a euforia das grandes safras propiciadas pelo padrão tecnológico da Revolução Verde logo cederia lugar a uma série de preocupações relacionadas tanto a seus impactos sócio-ambientais quanto à sua viabilidade energética. Ao lado dos problemas sociais, gerados pela modernização agrícola brasileira, evidenciaram-se os problemas ambientais decorrentes, em grande parte, da intensiva mecanização e do uso de agrotóxicos.

De acordo com MUSSOI (1998), a extensão rural representa um importante papel na difusão da tecnologia modernizadora, pois foi criada com o objetivo de fazer uma ponte entre a pesquisa e os agricultores.

Dentro desse modelo de desenvolvimento, a extensão rural passou a ter o papel de transmitir tecnologia aos agricultores e transformar o conhecimento tradicional, tido como ineficiente e irracional, com o objetivo da adoção das novas técnicas que o pacote tecnológico da Revolução Verde produzia.

Segundo GUIVANT (1997),

"... a extensão rural passou a ter como papel central o de educar as populações rurais de forma a possibilitar a transformação dos conhecimentos tradicionais, caracterizados como ineficientes e irracionais e, conseqüentemente, como obstáculos para a adoção de tal pacote tecnológico".

Sobre isso, JARA (1996) coloca que, na visão convencional do extensionismo, a cultura "tradicional" foi interpretada como empecilho para o desenvolvimento da modernidade, o "velho e atrasado" da sociedade tinha que mudar e dar lugar ao "novo e adiantado".

Dentro deste modo de desenvolvimento, descrito como "moderno" ou "avançado" pela literatura, a diversidade e a diferenciação das formas de produção são consideradas como empecilhos ao desenvolvimento no eixo tradição à modernidade. A tese do retardamento justifica, de um lado, a sustentação (técnica, financeira, política, etc.) aportada às unidades produtivas mais "avançadas" (as mais intensivas) as quais é preciso ajudar a reproduzir-se; de outro lado, a eliminação das mais "atrasadas" que não têm nenhuma chance de recuperar o atraso: é o êxodo rural que passa então a ser admitido como inexorável, e mesmo necessário, para permitir aos mais "dinâmicos" se desenvolverem em boas condições (ALMEIDA E NAVARRO, 1997).

Nesse sistema, prevaleceu uma relação paternalista e autoritária dos extensionistas para com os agricultores, onde estes, são pouco estimulados a exercer sua curiosidade, senso crítico ou criatividade. As palavras dos extensionistas são tidas como verdade absoluta, sendo transferidas ao agricultor que atua como agente passivo. Sendo assim, os pesquisadores produziam o conhecimento técnico, enquanto os extensionistas o transmitiam, não havia valorização do conhecimento

do agricultor. Ou seja, os extensionistas, tidos como "donos do saber", transmitiam-no aos agricultores "sem conhecimento". Desse modo, a participação do agricultor resumia-se em adotar ou não o pacote tecnológico.

De acordo com MUSSOI (Sd), por algumas décadas permaneceu-se gerando (mais propriamente reproduzindo) ensinando e difundindo tecnologias de interesse do grande capital. Para tanto, assumiram-se metodologias e posturas pedagógicas que expressaram centralismo e dominação, principalmente na relação técnico-agricultor. Ao agricultor era reservado o papel de "adotante" de um conjunto de técnicas que lhe eram transferidas.

FREIRE (1980) critica o próprio sentido do termo extensão: "estender algo a alguém". Coloca que, em seu "campo associativo", o termo extensão se encontra relacionado significativamente com transmissão, entrega, doação, messianismo, invasão cultural, manipulação, etc. E finaliza dizendo: *"e todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase 'coisa', o negam como ser de transformação do mundo"*.

Essa forma de ação extensionista, em que o saber estava apenas com o profissional, acabou por ignorar o saber conquistado através das gerações e experiências dos agricultores, sendo esse saber, perdido ao longo dos anos.

Com relação a isso, GUIVANT (1997) coloca que a marginalização e perda dos conhecimentos dos agricultores têm sido identificadas entre as várias conseqüências negativas ocasionadas pela difusão internacional das práticas e tecnologias modernas.

FREIRE (1980), em uma analogia sobre o trabalho dos extensionistas e a invasão cultural, coloca que toda a invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetos de sua ação. Quanto aos papéis interpretados por extensionistas e agricultores, ele acrescenta que, os primeiros atuam e os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação dos primeiros; estes dizem a palavra, os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra dos primeiros. Os primeiros pensam, na melhor das hipóteses, "sobre" os segundos, jamais "com" eles.

Essa desconsideração do conhecimento do agricultor tem atravessado toda a fase deste modelo de desenvolvimento e ainda está muito presente hoje, manifestada na forma de atuar, tanto do extensionista como do agricultor. Conforme

diz SIMON (1996), até hoje não se conseguiu fugir do conceito tradicional, onde na maioria das vezes, desconsideram-se as aspirações das comunidades e o conhecimento da realidade que se propõe modificar.

Quando pensamos a forma e postura praticada pelos extensionistas da época, em relação aos agricultores, não podemos esquecer da formação que esses técnicos receberam em suas escolas. Sobre isso, CVALET (1996) coloca que a partir da Revolução Verde, aumentou-se significativamente o número de escolas de Agronomia, sendo que, o modelo de ensino adotado tinha como objetivo central habilitar os futuros profissionais a manusearem o conjunto de tecnologias desenvolvidas nas matrizes multinacionais. Os conteúdos do currículo não deram quase nenhuma ênfase aos conhecimentos relativos às ciências humanas, sociais e do ambiente.

Como temos visto, a Revolução Verde (inserida na concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico) trouxe muitas inovações e tecnologias ao meio rural, porém, ao mesmo tempo, desconsiderou o papel do agricultor como um ator protagonista desse processo, bem como desconsiderou os problemas ambientais, decorrentes desse modelo, que passa a dar sinais de insustentabilidade.

De acordo com DESER (2001), *"Os atuais modelos de desenvolvimento brasileiro vêm acentuando o intenso processo de exclusão social, característico na natureza histórica da estrutura econômica e social do país"*.

Baseado nessa realidade, nos últimos 20 anos, no país, tem-se discutido um processo de redirecionamento do modelo de desenvolvimento. Estão surgindo algumas alternativas em busca de um desenvolvimento mais sustentável, orientado, segundo JARA (1998), por princípios de sustentabilidade, equidade social, eficiência econômica, democracia política, conservação ambiental e diversidade cultural.

Sobre essa nova concepção de desenvolvimento, MUSSOI (Sd) afirma:

"Um novo paradigma deve ser pensado e debatido com a sociedade. Um paradigma que resgate a enorme DÍVIDA SOCIAL que se tem com a população brasileira (tanto rural, quanto urbana), que para ser alcançada depende de uma nova visão política onde a transparência e a participação popular sejam efetivas".

Esse novo redirecionamento do modelo de desenvolvimento passou também a ser sentido nas escolas de Agronomia onde, de acordo com CAVALET (1996), foi somente ao final dos anos 70, duas décadas após o início desse modelo (Revolução Verde), que começou a existir uma contestação ao modelo de formação profissional. Após seis anos, foi aprovado o novo currículo mínimo de Agronomia. Dentre as muitas conquistas, foram introduzidos novos conteúdos de ciências humanas e sociais e ciências do ambiente, que possibilitaram a discussão sobre um maior compromisso profissional diante da drástica realidade rural brasileira.

No entanto, na prática, devido à sua formação, muitos profissionais têm dificuldades de trabalhar numa lógica mais participativa. Provavelmente porque não desejam perder o poder que têm frente aos agricultores, ou, por ser mais fácil lidar com a propriedade do que com o proprietário. Os agricultores, por outro lado, também devem possuir essa dificuldade pelo fato de ao longo dos anos não lhes ter sido dadas oportunidades para assumirem responsabilidades diferentes de apenas executar o que os profissionais de Agronomia levavam.

À medida que o modelo de desenvolvimento passa a ser questionado, começam a surgir algumas oportunidades de participação dos cidadãos, num sentido de um desenvolvimento mais justo e equilibrado para todos, denominado Desenvolvimento Sustentável.

1.1.3.2 Desenvolvimento sustentável

Em meados da década de 80, cresciam as preocupações relacionadas à qualidade de vida e aos problemas ambientais contemporâneos, como a poluição, o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a erosão dos solos, a dilapidação das florestas e a biodiversidade genética (EHLERS, 1996).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) publica o Relatório Brundtland, que traz à tona um grande desafio: o Desenvolvimento Sustentável, conceito que emerge a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano). Segundo a CMMAD, *"Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades"*.

Essa Comissão coloca que muitas das atuais tendências de desenvolvimento resultam em um número cada vez maior de pessoas pobres e vulneráveis, além de causarem danos ao meio ambiente. Torna-se necessário um novo tipo de desenvolvimento, capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e à um futuro longínquo (CMMAD, 1991).

Dessa forma, sustentabilidade implica em qualidade de vida, defesa do meio ambiente, diminuição da pobreza e desigualdade social. Deve-se levar em conta, os aspectos econômico, social e ecológico, assegurando as necessidades atuais e futuras.

Dentre os objetivos de um desenvolvimento sustentável no meio rural, GUIVANT (1993) aponta: promover a saúde dos agricultores e consumidores, manter a estabilidade do meio ambiente, assegurar o lucro dos agricultores em longo prazo e produzir para responder às necessidades da sociedade, considerando-se as gerações futuras. Para isso, a autora coloca que se torna necessário repensar o papel dos agricultores e profissionais agrícolas, tanto na pesquisa quanto na extensão rural, especialmente no sentido de revalorizar as capacidades e prioridades dos agricultores, envolvendo-os como participantes ativos em todas as fases do desenvolvimento e colocando os conhecimentos locais como elementos-chave na formulação de alternativas sustentáveis.

Observa-se no discurso do desenvolvimento sustentável a importância da participação dos atores sociais nas decisões locais. De acordo com DESER (2001), a participação da comunidade é decisiva na implantação de uma boa proposta de desenvolvimento para garantir a transparência e a universalidade do poder público. Sobre isso, COUTO ROSA (1999) coloca que o discurso da participação e da parceria passou a ser incorporado e sugerido às políticas públicas como alternativa de solução para os problemas sociais. Cita também que, para se enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável deve-se centrar esforços no sentido de se valorizar o papel ativo dos diferentes atores sociais, na formulação, implementação e monitoramento das ações do desenvolvimento. ALMEIDA E NAVARRO (1997), com relação ao desenvolvimento sustentável, coloca que o caminho que lhe parece ideal a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção do

desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias.

Fica claro que, para acontecer o desenvolvimento sustentável, torna-se necessário um envolvimento de todos os atores sociais, construindo em conjunto esse processo. De acordo com a CONTAG (1997), o desenvolvimento deve ser um processo de mobilização das energias sociais, dos recursos e das potencialidades locais para a implementação de mudanças que elevem as oportunidades sociais e as condições de vida da população, tendo como base a participação da sociedade no processo decisório.

Assim, devido ao modelo de desenvolvimento baseado na modernização ter atingido o meio rural, através das instituições do Estado (que apoiou e viabilizou esse modelo), como é o caso da pesquisa e extensão rural; neste momento de reflexão do modelo de desenvolvimento, as instituições passam a repensar sua atuação. Crescem as preocupações voltadas ao meio ambiente e à qualidade de vida da população rural, trazendo à tona a necessidade de uma maior participação dos cidadãos rurais no que se refere ao seu desenvolvimento.

De acordo com COUTO ROSA (1999), é necessária uma revisão das instituições de extensão rural, que devem desempenhar um novo papel, aproximando-se de um sistema participativo e inovador.

Assim, o papel da extensão rural dentro desta nova concepção de desenvolvimento, precisa ser repensado. Os extensionistas não podem mais ser tidos como "donos do saber", mas sim, como parceiros do desenvolvimento. O conhecimento necessita deixar de ter aquela visão unidirecional, de cima para baixo, predominante na Revolução Verde e passar a valorizar o conhecimento do agricultor, o que, de uma forma ou de outra, já começa a acontecer, através de algumas experiências de participação na pesquisa (pesquisa participativa) e na extensão (planejamento participativo). Essas experiências, que muitas vezes ocorrem de forma isolada (se considerarmos dentro do contexto geral), como é o caso do Planejamento Municipal Participativo no Meio Rural, realizado com a participação dos agricultores, da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e das Prefeituras em dezessete municípios¹⁶ da

¹⁶ Paial, Jaborá, Lindóia do Sul, Ipumirim, Seara, Arabutã, Piratuba, Irani, Xaxim, Xavantina, Marema, Itá, Ipuacú, Lajeado Grande, Concórdia, Ponte Serrada e Alto Bela Vista.

região da AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense) e AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani), têm contribuído para outras experiências locais que buscam um desenvolvimento mais justo, que inclua a participação dos cidadãos em suas decisões.

1.2 PARTICIPAÇÃO – CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Muito se tem falado sobre o tema da participação ao longo das décadas, principalmente devido ao esgotamento do modelo de desenvolvimento e da ação centralizadora do Estado, porém alguns cuidados devem ser tomados no sentido de entender o real sentido de participação que está embutido por detrás dos discursos. A participação pode acontecer de diversas formas, o que demanda um estudo mais profundo sobre o tema. Pretende-se neste trabalho, longe de concluir o assunto, trazer algumas discussões e conceitos de diversos autores, no sentido de colaborar com a construção do conceito de participação.

JARA (1996), define participação como um direito básico do ser humano. De acordo com o autor, só mediante a participação é possível construir e acumular capital político, preparar as pessoas para o exercício de uma cidadania ética, pois sem a cidadania é muito difícil partir para a conquista de outros direitos.

Nesse contexto, entende-se que a participação é um direito que leva o cidadão à busca de outros direitos, e por isso torna-se básica para o indivíduo no exercício da cidadania.

A respeito disso, BITTENCOURT (1998) coloca que a participação da sociedade é um exercício de sua real cidadania, pois a participação popular organizada tende a aumentar os conflitos, e estes tendem a ser resolvidos a partir do reconhecimento de direitos, das negociações e da colaboração entre as partes envolvidas.

A participação, segundo a literatura, pode ser classificada quanto à forma de participar, quanto ao número de participantes e quanto à sua qualidade.

Com relação à forma de participar, dois autores desenvolveram uma classificação, onde PINHEIRO et al. (1997) dividem em sete categorias, enquanto GANDIN (1994) propõe uma classificação em apenas três níveis.

De acordo com PINHEIRO et al. (1997), a participação de pessoas e organizações nos processos decisórios pode ter diferentes enfoques. Com base nisso, os autores apresentam a seguinte tipologia:

Participação passiva: onde as pessoas participam sendo informadas do que vai acontecer ou já aconteceu.

Participação via extração de informações: as pessoas participam respondendo perguntas formuladas através de questionários fechados.

Participação consultiva: as pessoas participam sendo consultadas por agentes externos, os quais definem problemas e propõem soluções com base na consulta.

Participação por incentivos materiais: as pessoas participam fornecendo recursos, como mão-de-obra e terra, em troca de dinheiro, equipamentos ou outra forma de incentivos.

Participação funcional: as pessoas participam formando grupos para atingir objetivos pré-determinados, definidos por agentes externos.

Participação interativa: as pessoas participam de forma cooperativa, interagindo via planos de ação e análise conjunta.

Participação por automobilização: as pessoas participam tomando iniciativas de mudança independentemente das instituições externas.

Na classificação de PINHEIRO et al., os autores dão seu enfoque principal na forma em que os atores podem estar participando, seja apenas dando informações, ou recebendo algo em troca pela sua participação, ou, ainda, por iniciativa própria, entre outros. Já GANDIN (1994), propõe uma classificação baseando-se fundamentalmente na questão de quem está outorgando a participação e qual o sentido dela para os participantes, dividindo assim a participação em apenas três níveis:

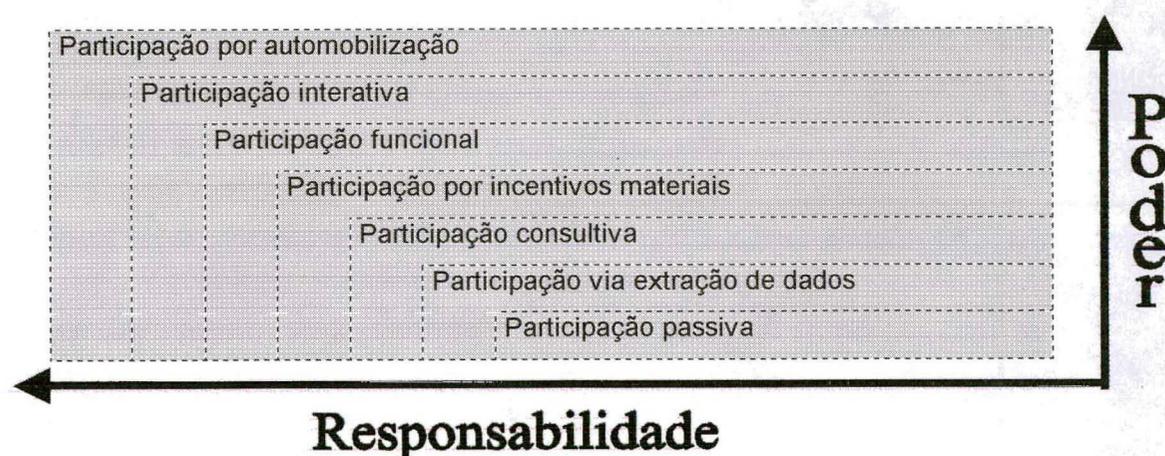
Colaboração: de acordo com o autor, é o nível mais freqüente na prática concreta hoje. É quando "a autoridade" chama as pessoas a trazerem sua contribuição para o alcance do que esta mesma "autoridade" decidiu como proposta.

Decisão: vai além da colaboração e tem uma aparência democrática mais acentuada. A "autoridade" coloca que todos têm o direito de decidir, no entanto, em geral, são decididos alguns aspectos menores, desconectados da proposta mais ampla, que já está decidida.

Construção em conjunto: acontece quando o poder está com as pessoas, fundamentada na igualdade real entre os atores. Neste caso, se pode construir um processo de planejamento em que todos, com o seu saber próprio, com sua consciência, organizam seus problemas, suas idéias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, criando o novo em proveito de todos.

Porém, PINHEIRO et al. (1997), vão um pouco mais além da classificação dos tipos de participação, pois colocam que sua identificação não é suficiente para se entender como ela se comporta na prática. Sendo assim, dispõem que, por detrás do conceito de participação está relacionado a divisão de poder e de responsabilidades, apresentando assim a figura abaixo:

GRÁFICO 1 - CONCEITOS DE PARTICIPAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PODER E A RESPONSABILIDADE



Nesse gráfico observa-se que o poder e a responsabilidade aumentam à medida que se passa da participação passiva, até chegar na participação por automobilização. Neste ponto é importante chamar a atenção, pois, mesmo em locais onde se estimula a participação, normalmente o que se deseja é compartilhar a responsabilidade, mas em se tratando de poder, a intenção nem sempre é esta.

Sobre isso, PINTO (1986), relata um caso onde foi estimulado um projeto de planejamento participativo com camponeses. O autor coloca que a participação destes, inicialmente foi tímida, mas à medida que foi sendo exercitada, passou para um nível maior. Só que, quando os diretores do projeto viram que essa participação começava a colocar freios aos interesses que eles tinham no projeto, foram

percebendo realmente que o poder começava a ser compartilhado e isso não lhes interessava. O autor comenta que a participação quando é originada nas classes dominantes, possui um limite, que são os próprios interesses desta classe. Quando se alcança o limite admissível de participação, atingindo os interesses desta classe, esta é vetada: “eles estão participando demais¹⁷”.

Percebe-se que a maioria das pessoas quer e faz questão de dividir responsabilidades, mas não estão dispostas a dividir poder. Da mesma forma em que gostariam de ter mais poder, mas não mais responsabilidade.

A participação quanto ao número de participantes pode ser individual ou coletiva. Segundo DALLARI (1983), na participação individual, cada um pode participar falando, escrevendo, discutindo, denunciando, cobrando responsabilidades, encorajando os tímidos e indecisos, aproveitando todas as oportunidades para acordar as consciências que o autor chama de adormecidas. Já a participação coletiva se dá por meio da integração do indivíduo em qualquer grupo social.

Com relação à qualidade, a participação pode ser passiva ou ativa. De acordo com a CONTAG (1998), fazer parte (de uma cooperativa, por exemplo), ter parte (de um patrimônio) e tomar parte (das decisões), são formas passivas de participação, onde as pessoas são um número, um instrumento nas mãos dos que verdadeiramente participam das tomadas de decisões e seus benefícios. Já a participação ativa é colocada como sentir-se parte do processo, não estando apenas em algo, mas interferindo no processo de decisão sobre as condições de sua vida e na construção dos caminhos de sua transformação.

Assim, apesar de diferentes definições e formas de abordagem, percebe-se que estas, colocam a participação como uma forma de ação da sociedade, seja ela mais ativa ou passiva. À medida que se pratica a participação, esta torna-se uma oportunidade de crescimento e amadurecimento para os diversos atores sociais. Porém, o que fica claro, é que a constituição de uma cultura de participação, de forma mais ativa, implica na construção de espaços onde cada ator social esteja

¹⁷ PINTO (1986) comenta sobre uma história que aconteceu no Equador, em um projeto participativo. “Só que quando os diretores do projeto viram que a participação dos camponeses começava a colocar freios aos interesses que eles tinham no projeto, interesses de ordem pessoal, extrapessoal, políticos e de classe, foram percebendo realmente que o poder começava a ser compartilhado e isso não interessava. Então a frase típica de um dos diretores do projeto foi: - Esses camponeses estão participando demais”.

efetivamente participando de um passo importante para a construção do desenvolvimento que aspira, garantindo uma participação consciente, organizada, eficiente, decisiva e intensiva.

No entanto, para exercer seu direito e seu dever, os cidadãos necessitam de canais e incentivos à sua participação, pois, de acordo com a CONTAG (1998), não basta que as pessoas tenham vontade de participar e aprender, faz-se necessário que haja canais, meios, instrumentos de participação, os quais devem ser conhecidos e utilizados, contribuindo com a viabilização de espaços de participação.

Porém, observa-se que mesmo quando são abertos canais de participação, muitas vezes não se tem uma participação real, seja porque não há interesse por parte de quem abre estes canais, seja porque a sociedade não participa.

HILLMANN (1974), coloca que a participação é em parte questão de hábito, em parte questão de aptidão¹⁸, e sendo assim, pode desenvolver-se por meio da experiência. Também coloca que a participação não se processa automaticamente e por isso deve ser estimulada. Estimular e facilitar a participação são as grandes responsabilidades de qualquer liderança que aspire o qualificativo de democrática. Além dos estímulos imediatos à atividade, deve haver, segundo o autor, um planejamento básico que promova o hábito da participação.

Um ponto importante que pode auxiliar no aumento da participação é verificar quais as razões para a inatividade, ou seja, o que faz as pessoas deixarem de participar, bem como, o que as motiva para a participação.

Sobre isso, DALLARI (1983) questiona por que as pessoas não exercem seu direito de participar e conclui que, muitas não participam porque se limitam a cuidar de assuntos particulares e deixam isso para outros (geralmente políticos); algumas se recusam a exercer o direito, movidas por um sentimento egoísta (normalmente os que já gozam de situação econômica privilegiada); e a maioria não quer participar porque se considera impotente para exercer alguma influência (não tendo poder econômico, político ou militar, não gozando de prestígio social, essas pessoas não acreditam que possam fazer alguma coisa para melhorar).

HILLMANN concorda com DALLARI em relação à não participação das pessoas devido à impressão de ser inútil o esforço, porém, cita ainda, o receio de

¹⁸ Aptidão é o conjunto de habilidades do indivíduo que pode ser inata ou adquirida (AURÉLIO, 2000).

represálias e a relutância em arriscar-se, em ser diferente. O autor também lista algumas razões de motivação como sendo o prazer do companheirismo e o sentimento de força decorrente da convivência com outras pessoas, o desejo de prestígio, a necessidade de relações.

Com relação à motivação, DALLARI (1983) comenta que é muito difícil um indivíduo marginalizado e dominado descobrir sozinho que dispõe de meios para reagir. Para que esses indivíduos conquistem a possibilidade de participar, é indispensável que ocorra primeiro sua transformação interior, depois virá automaticamente o desejo de participar.

Deste modo, um primeiro mecanismo que leva à participação das pessoas é a sensibilização, no que se refere à importância de sua participação no desenvolvimento local.

HILLMANN (1974) coloca que, por outro lado, tanto a participação, quanto a não-participação, pode significar um sentimento de superioridade ou de inferioridade de participantes ou não-participantes. De acordo com o autor, as famílias atribuem-se uma posição na comunidade e participam de acordo com esta auto-apreciação, que corresponde à medida de sua participação real. Finaliza então, dizendo que o trabalho em prol de uma participação mais ampla não se restringe, portanto, a levar as famílias a tomarem parte em atividades, ou aceitarem os encargos da liderança; abrange também o problema de superar as atitudes em relação a elas próprias, que bloqueiam sua participação (auto-estima).

Levando-se em conta que os processos participativos geralmente encontram dificuldades relacionadas à participação dos atores sociais, conhecer tais dificuldades torna-se fundamental para o desenvolvimento de metodologias participativas, como no caso da microbacia-piloto do Projeto Microbacias 2.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O estudo foi realizado em uma microbacia que está desenvolvendo um projeto-piloto do Microbacias 2. Abordaremos nesse capítulo, num primeiro momento, uma contextualização do projeto Microbacias 2, com suas principais diretrizes. Num segundo momento serão apresentadas as principais características da microbacia-piloto, bem como uma análise da metodologia e das atividades que foram desenvolvidas na região de sua abrangência.

2.1 PROJETO MICROBACIAS: UMA OPORTUNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O Microbacias 2 é um projeto do Governo do Estado de Santa Catarina com o apoio do Banco Mundial¹⁹ em parceria com as Prefeituras Municipais e outras instituições públicas e privadas, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida do meio rural. Para isso, conta com recursos financeiros, uma equipe coordenadora e executora, bem como, um “manual operativo” que contém as diretrizes norteadoras do projeto. Neste programa, é trabalhada a microbacia hidrográfica²⁰ como unidade de planejamento.

¹⁹ Concebido durante a Segunda Guerra Mundial, em Bretton Woods, Estado de Novo Hampshire (EUA), o Banco Mundial inicialmente ajudou a reconstruir a Europa após a Guerra. Atualmente a principal meta do trabalho do Banco Mundial é a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento. Missão: Combater a pobreza, com afinco e profissionalismo, visando a resultados duradouros, ajudar as pessoas a se ajudarem a si próprias e ao seu meio ambiente, proporcionando recursos, compartilhando conhecimentos, criando capacidade e forjando parcerias com os setores público e privado, ser uma instituição de excelência, capaz de atrair e motivar um corpo funcional diversificado e empenhado, com qualificações excepcionais e que sabe ouvir e aprender (BANCO MUNDIAL, 2004).

²⁰ De acordo com o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1987), a microbacia hidrográfica é uma área drenada por um curso d'água ou sistema de curso d'água e que se converge diretamente ou indiretamente para um leito ou espelho d'água. Constitui, portanto, a base geográfica para desenvolver os planos e ações de ocupação do espaço físico, bem como para as múltiplas atividades necessárias ao desenvolvimento sócio-econômico. Sendo assim, o Decreto nº 94.076 de 05 de março de 1987, instituiu o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas. De acordo com este Decreto, o Governo, através do Ministério da Agricultura, propõe um novo padrão de desenvolvimento rural para o país, tendo como suporte de ação o planejamento integrado das microbacias hidrográficas. Em abril de 1988, o governador de Santa Catarina, sob o Decreto nº 1.488, instituiu a Comissão Estadual de

O projeto Microbacias 1 (como foi chamado o primeiro projeto) teve início no ano de 1991 e término em 1999, atendendo 534 microbacias, equivalendo a 30% das microbacias existentes. Suas principais ações estiveram voltadas para a conservação do solo e da água, bem como, melhoria da produção e produtividade.

De acordo com as avaliações realizadas pelo ICEPA (1999) sobre o primeiro projeto, verificou-se uma deficiência em relação à efetiva participação da sociedade rural nas suas definições e ações executadas, ou seja, constatou-se uma fragilidade no campo da participação e descentralização das ações do projeto, sendo que, o protagonismo dos atores locais não avançou satisfatoriamente. Segundo relatório, dentre os fatores que contribuíram para isso está o fato de que o projeto assumiu um perfil fortemente "técnico"²¹, possivelmente pelas características dos profissionais que predominaram nas equipes encarregadas de sua implementação, sem a capacitação adequada para agregar os agricultores ao processo, como reais participantes. Também se chegou à conclusão que, para se atingir um desenvolvimento mais "sustentável", como prevê o Microbacias 2, dever-se-ia repensar o papel dos agricultores no planejamento das ações do projeto.

Cabe destacar que a maioria dos profissionais que irão trabalhar no Microbacias 2 são os mesmos que trabalharam no primeiro projeto, o que demonstra que não foram apenas as características destas pessoas que influenciaram na não-participação dos agricultores. Neste ponto, torna-se importante salientar que o projeto Microbacias 1 não previa a participação dos agricultores nas suas definições e decisões. Sendo assim, a participação da população rural, como protagonistas do seu desenvolvimento, não era seu objetivo e, portanto, não foi incentivada, nem trabalhada. No entanto, o relatório do ICEPA faz menção a essa deficiência do Microbacias 1, que passou a ser repensada para um segundo projeto. Entretanto, não foi apenas baseado nessas avaliações que foi elaborada a proposta do Microbacias 2, vale lembrar que a participação da população do meio rural nas

Microbacias Hidrográficas. Incorporado como um programa do Governo Estadual, o Projeto Microbacias surge com o objetivo de promover o desenvolvimento do meio rural no Estado de Santa Catarina.

²¹ O objetivo do projeto Microbacias 1 era mais voltado para a questão da conservação do solo e água, e diminuição da poluição por dejetos, e menos para a questão social, por isso assumiu um perfil mais técnico.

decisões de projetos, também está presente no discurso e prática do Banco Mundial, que possui exigências para liberação dos recursos.

No dia 10 de maio de 2002, o Governo do Estado de Santa Catarina assinou o projeto Microbacias 2, com prazo de execução de 6 anos. De acordo com o Manual Operativo do projeto (2002), o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias 2) tem por objetivo central promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visam ao desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com a efetiva participação dos atores envolvidos. O Prapem/Microbacias 2 conta com o apoio financeiro do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), contemplando 59% do total previsto de recursos; o restante (41%) do Tesouro Estadual.

O objetivo central do Microbacias 2, o alívio à pobreza rural, está baseado na atual meta principal do Banco Mundial: “a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento”. A Estratégia de Assistência²² do Grupo Banco Mundial ao Brasil no período de 2000-2003 (período no qual houve as maiores definições do Microbacias 2, como os projetos-piloto e a concepção do Manual Operativo) teve como principal objetivo a redução da pobreza. A Estratégia de Assistência ao País também ressalta: (a) estreita parceria com o FMI e o BID, com as agências internacionais de desenvolvimento e com organizações da sociedade civil; (b) **a participação de associações comunitárias ou outros representantes de beneficiários na elaboração e implementação de muitos projetos**; (c) avaliação cuidadosa do impacto dos projetos apoiados pelo Banco sobre o desenvolvimento; e (d) adesão firme às políticas de salvaguardas nas áreas da administração financeira e proteção ambiental (BANCO MUNDIAL, 2004).

De acordo com o MANUAL OPERATIVO (2002), o projeto Microbacias 2 tem como foco central o desenvolvimento rural sustentável e, para isso, tomou-se por base a definição de SACHS et al (1994), que apregoa justiça social, viabilidade econômica e prudência ecológica; e também a de BUARQUE (1999), qualidade de

²² Os programas do Banco Mundial em cada um de seus países-membros são regidos pelas *Estratégias de Assistência ao País - EAP (Country Assistance Strategies - CAS)*. Cada EAP é o veículo central para o exame por parte do Grupo do Banco Mundial da Estratégia de Assistência aos tomadores de empréstimos (BANCO MUNDIAL, 2004).

vida e equidade social, crescimento e eficiência econômica, e conservação ambiental. Esse enfoque denominado “sustentável” surge apoiado pela ampliação da participação dos atores locais nas diversas etapas do projeto.

No entanto, não é apenas o enfoque sustentável o motivador da participação. A ampliação da participação dos atores sociais, também se encontra na estratégia do Banco Mundial para o programa de pobreza rural, que é impelido pelo papel central das associações comunitárias, como principais atores no processo, recebendo os fundos dos projetos diretamente e implementando as atividades desses projetos.

Sendo assim, o Microbacias 2 tem como princípios: assegurar aos agricultores mecanismos de apoio que promovam a melhoria da renda, habitação, qualidade do meio ambiente e sua sustentabilidade; promover a capacitação dos diferentes atores envolvidos e implementar estratégias que permitam a participação dos beneficiários no processo de construção, execução e avaliação. Para a concretização desses princípios, o projeto tem como premissas básicas: a organização social dos moradores da microbacia; a participação dos diversos atores sociais no processo de planejamento, execução e avaliação das ações; a descentralização e transparência das ações em todos os níveis; o estabelecimento de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais; a implementação de procedimentos simples e eficientes de execução e monitoramento; bem como, a alocação de incentivos financeiros (MANUAL OPERATIVO, 2002).

De acordo com o Manual Operativo, a participação dos agricultores se dará no momento de implantação dos trabalhos na microbacia, bem como, nas decisões em nível local. O processo de trabalho deverá basear-se em duas vertentes: institucional e comunitária, que trabalharão em conjunto na busca do conhecimento da realidade, no levantamento das potencialidades e nas possíveis soluções para os problemas existentes nas microbacias hidrográficas. As duas vertentes passarão por um processo de capacitação permanente de todos os atores envolvidos no trabalho, priorizando metodologias participativas, na linha construtivista²³, que resgatem as

²³ Construtivismo significa a idéia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e que, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das

experiências locais e que possibilitem a prática da autogestão. Através de representantes, os agricultores participarão de Comissões Municipais, Regionais e Estaduais (paritárias) que discutirão, além de outros assuntos, a aplicação dos recursos e sua aprovação.

Para a elaboração da proposta final do Microbacias 2, foram realizadas várias etapas, como excursões e contatos a outras experiências do grupo-tarefa²⁴, cursos de capacitação, seminários com profissionais de outros órgãos do Governo, entre outros. Aconteceram também os seminários regionais²⁵, onde convidou-se agricultores, lideranças municipais, empresas da região, sindicatos representantes dos agricultores, técnicos e a sociedade em geral, e foram apresentados os resultados do projeto Microbacias 1, bem como a proposta para um segundo projeto, no entanto a participação dos agricultores foi relativamente baixa nesses seminários (5%). De acordo com os resultados dos seminários regionais, das excursões e reuniões realizadas, das avaliações do Microbacias 1, bem como do diagnóstico da situação do meio rural catarinense, foram elaboradas as linhas de apoio do projeto Microbacias 2.

O projeto Microbacias 2 está baseado em três grandes linhas de apoio: Recursos Naturais e Meio Ambiente, Melhoria da Habitação e Melhoria da Renda²⁶,

relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento. (Extraído do texto: O que é Construtivismo? Do autor Fernando Becker. Publicação: Série Idéias n. 20. São Paulo: FDE, 1994. <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>).

²⁴ Grupo de técnicos criado para elaborar a proposta do projeto Microbacias 2.

²⁵ Os seminários regionais foram realizados em 19 microrregiões (Santo Amaro, São Miguel do Oeste, Chapecó, Maravilha, Criciúma, Tubarão, Araranguá, Campos Novos, Concórdia, Xanxerê, Joinville, Jaraguá, Itajaí, Blumenau, Mafra, Lages, Canoinhas, Fraiburgo e Rio do Sul). Estiveram presentes 932 pessoas, sendo 46 agricultores, 24 associações de agricultores, 50 prefeitos, 136 técnicos, entre outros.

²⁶ **Recursos Naturais e Meio Ambiente:** tem por objetivo aumentar o armazenamento de água no solo, recuperar e conservar a biodiversidade e melhorar a qualidade de água disponível, através de práticas conservacionistas, sistemas de tratamento de dejetos de animais, adequação das estradas da microbacia, sistemas coletivos de coleta, armazenamento, tratamento e transporte de dejetos de animais, aquisição de máquinas e equipamentos e sistemas de tratamento de lixo. **Melhoria da habitação:** inclui reformas de residência, proteção de fonte, destino correto de efluentes domésticos, sistemas coletivos de captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água potável. **Melhoria da renda:** melhoria da produção tradicional e/ou implementação de culturas ou criações alternativas, agregação de valor aos produtos tradicionais ou alternativos, prestação de serviços de caráter artístico, cultural e turístico, empreendimentos destinados à produção agropecuária, empreendimentos destinados à comercialização da produção, de prestação de serviços

com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, de acordo com o Manual Operativo (2002).

Em linhas gerais, a agricultura familiar tem duas características preponderantes, que é a gestão ou administração familiar e o trabalho predominantemente familiar. O projeto Microbacias 2 utiliza uma definição do ICEPA/FAO/PRONAF para cada categoria do meio rural, que pode ser vista no anexo 3.

As ações do projeto, segundo o MANUAL OPERATIVO (2002), deverão envolver todos os moradores da microbacia, embora o público prioritário seja os agricultores familiares classificados como periféricos e em transição ¹²⁷, os trabalhadores rurais volantes, bem como as comunidades indígenas, que foram considerados o público excluído do processo de desenvolvimento. No manual temos a seguinte frase que demonstra o acima exposto: *"Todas as categorias presentes nas microbacias trabalhadas serão envolvidas nas propostas de trabalho do projeto, embora possam eventualmente não se beneficiar dele"*.

Para concretizar suas diretrizes, o projeto Microbacias 2 possui algumas normas e ações estabelecidas em comum acordo com o BIRD e o Governo Estadual, que prevê estruturas de coordenação/apoio (SEE, SER, SEM, CCE. CCR. CCM)²⁸, animadores e facilitadores, compondo a vertente institucional, e o GAM e ADM²⁹, compondo a vertente comunitária), sendo abaixo descritas:

O projeto antevê, para iniciar e coordenar os trabalhos, um ou mais técnicos pertencentes a Epagri, ou Prefeituras Municipais, que irão compor a equipe de **animadores**, com função de: identificar os representantes da microbacia, visando a constituir um Grupo de Animação (GAM); mobilizar, em conjunto com esse grupo, todas as famílias da microbacia para o planejamento e execução do projeto;

e geração de empregos e empreendimentos para a formação de redes de apoio de serviços aos agricultores.

²⁷ **Agricultor Familiar Periférico:** o valor agregado (VA) por pessoa ocupada (PO) situa-se abaixo de 1 salário mínimo(SM)/mês. **Agricultor Familiar em Transição:** o valor agregado por pessoa ocupada situa-se entre 1 e 3 salários mínimos/mês. Pode ser dividido em transição 1 (o VA/PO varia entre 1 e 2 SM/mês) e transição 2 (o VA/PO varia entre 2 e 3 SM/mês).

²⁸ SEE - Secretaria Executiva Estadual, SER - Secretaria Executiva Regional, SEM - Secretaria Executiva Municipal, CCE - Comissão Coordenadora Estadual, CCR - Comissão Coordenadora Regional, CCM - Comissão Coordenadora Municipal.

²⁹ GAM – Grupo de Animação da Microbacia. ADM – Associação de Desenvolvimento da Microbacia.

capacitar técnicos, lideranças e beneficiários e realizar, de forma suplementar, atividades de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), de elaboração de projetos, acompanhamento e supervisão dos trabalhos na microbacia.

O **GAM** é previsto pelo Microbacias 2 como um grupo representante das comunidades que vai ajudar a coordenar os trabalhos a serem desenvolvidos, bem como motivar, a população da microbacia a participar do projeto. Também é colocado no Manual Operativo do Projeto como a célula inicial para a formação e oficialização da Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM), prevista no Projeto como requisito para obtenção dos recursos financeiros.

De acordo com o Manual Operativo, a **ADM** é uma associação que não visa lucro e tem por objetivo administrar a microbacia, bem como buscar o desenvolvimento sustentável das comunidades (melhorar a vida de todas as pessoas, crescer e fazer a comunidade crescer e cuidar do meio ambiente).

No entanto, como a Associação não surge de uma necessidade das comunidades, mas de uma norma do projeto, inicialmente sua formação torna-se apenas um aspecto burocrático a ser cumprido, sendo que, pode aos poucos amadurecer e realmente se concretizar em um agente de desenvolvimento da região, como prevê o projeto.

O **Facilitador** é previsto pelo projeto como o profissional responsável para executar os serviços de Ater, sendo contratado através da ADM (Associação de Desenvolvimento da Microbacia), com vistas a apoiar a elaboração, gestão e implementação do Plano da Microbacia. Estes profissionais estarão vinculados a cooperativas de prestação de serviços.

A microbacia também deverá ser cadastrada junto ao Microbacias 2, após formação e formalização da ADM, enviando a **manifestação de adesão**³⁰ dos beneficiários, através de lista assinada por, no mínimo, 70% das famílias da microbacia, concordando com a implementação do projeto.

O **Plano da Microbacia** contempla as necessidades das famílias. Para sua elaboração serão realizadas reuniões e diagnósticos, onde a vertente comunitária (GAM e ADM) e a vertente institucional (Animadores e Facilitador) dialogam,

³⁰ Lista das Famílias que desejam participar do Microbacias 2, com assinatura do responsável e resposta afirmativa ou negativa. Todas as famílias assinam o termo de adesão, mesmo que não queiram participar.

discutem e determinam os problemas prioritários e as potencialidades da microbacia nas dimensões econômica, ambiental e social. O Plano será o instrumento das famílias rurais residentes na microbacia para a ordenação dos procedimentos e ações, para sua organização e captação de recursos nas diferentes fontes existentes. Já o Plano Operativo Anual (POA), consiste na organização das demandas do Plano da Microbacia passíveis de serem enquadradas no Microbacias 2, especificando as comunidades, atividades/empreendimentos, número de envolvidos, valor estimado e cronograma físico-financeiro.

A união dos planos das microbacias em cada município servirá de base para o planejamento municipal, sendo que a junção destes fornecerão subsídios aos planejamentos regionais. Além do planejamento das microbacias, também será realizado o planejamento das propriedades rurais. Todos esses passos terão a participação dos agricultores, seja de forma direta (plano da microbacia e planejamento da propriedade), ou de forma representativa (planejamento municipal e regional) através das comissões municipais e estaduais.

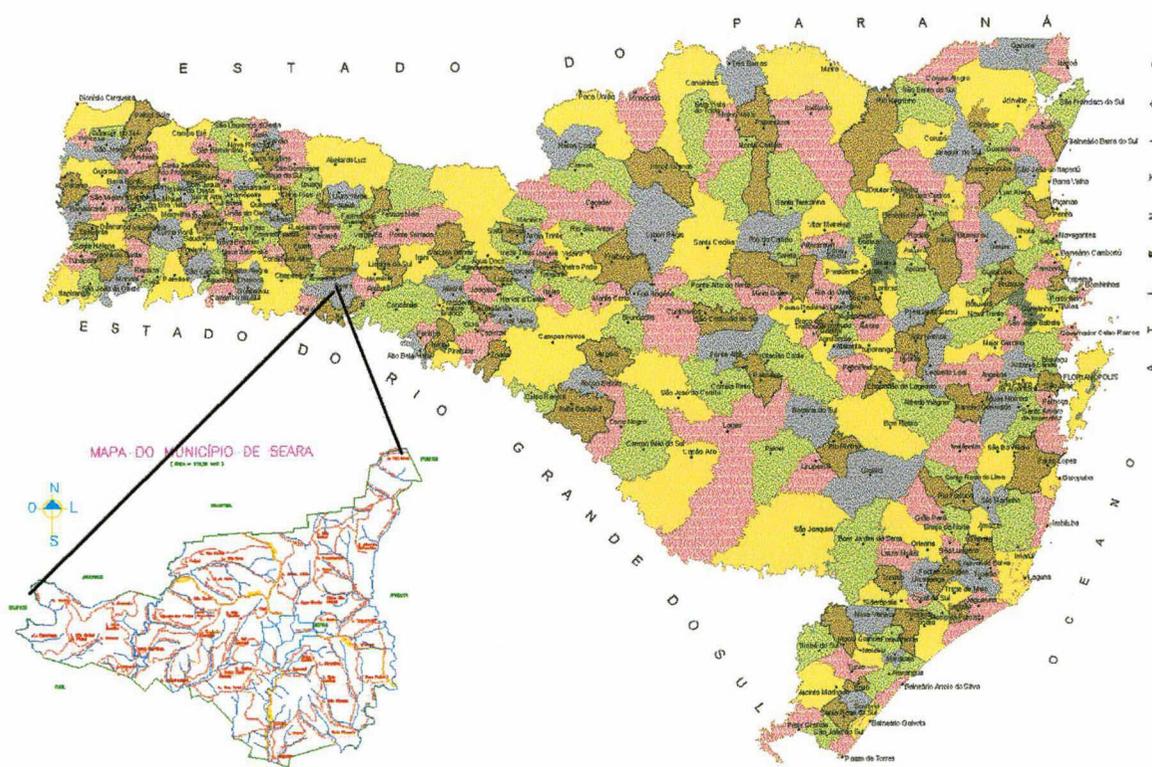
Fundamentada nesse objetivo, a equipe técnica entendeu ser necessário testar metodologias que fossem participativas e levassem ao protagonismo das comunidades rurais, sendo lançada a idéia de um projeto-piloto. As metodologias utilizadas nesse projeto-piloto visam promover a participação ativa dos diversos atores sociais no planejamento, gestão, execução e monitoramento das ações locais, atuando como protagonistas do seu desenvolvimento, bem como capacitar os técnicos frente a essa nova postura. Inicialmente a proposta lançada foi a de ter, pelo menos, um projeto por região do estado, onde 22 microbacias começaram a desenvolver os trabalhos. No entanto, apenas dois municípios no estado continuaram desenvolvendo os projetos-piloto, Seara e Xaxim. Com base nos trabalhos que estão sendo desenvolvidos nesses projetos, pretende-se discutir e estudar a metodologia para fornecer subsídios à implantação dos trabalhos nas demais localidades que serão atendidas pelo Microbacias 2.

2.2 PROJETO-PILOTO – CARACTERIZAÇÃO

Devido ao censo agropecuário, anteriormente realizado pelo município juntamente com a Epagri e ICEPA, e um trabalho de planejamento municipal participativo para o meio rural no ano de 1998, considerado um avanço em termos de planejamento, Seara foi indicada pela Epagri Regional de Concórdia para iniciar um projeto-piloto para o Microbacias 2.

Seara é um município localizado no oeste catarinense e pertence a AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense). Possui um total de 16.484 habitantes, sendo 10.263 na zona urbana e 6.221 no meio rural (com 45 comunidades), e uma área de 316,65 Km² (Fonte: IBGE, 2000). A economia está baseada na agricultura e pecuária, bem como, em agroindústrias com base em agricultura e suinocultura.

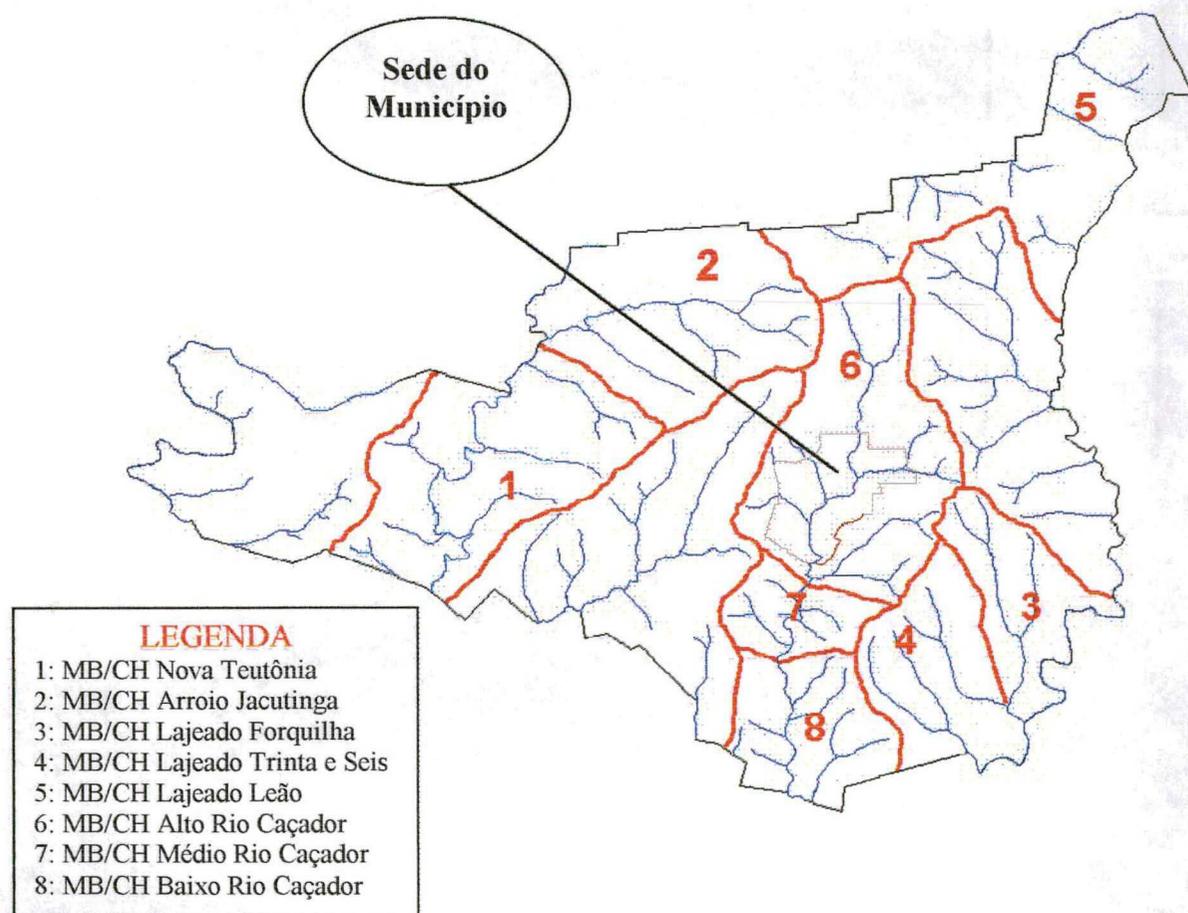
FIGURA 1 - MAPA DE SANTA CATARINA – DESTAQUE DO MUNICÍPIO DE SEARA



Localizada no Alto Vale do Uruguai Catarinense, região Oeste de Santa Catarina apresenta uma configuração topográfica totalmente montanhosa, sua altitude média é de 528m. Limita-se ao norte com Xavantina e Ipumirim, ao sul com Itá e Paial, a oeste com Chapecó e Arvoredo, e ao leste com Arabutã.

O projeto Microbacias 2 vai trabalhar em Seara um total de 1004 famílias rurais, atuando em 29 comunidades, nos próximos seis anos, em 8 microbacias (2/3 do total). Serão contratados quatro profissionais da área para atuar exclusivamente no projeto. No mapa abaixo temos o município de Seara, com as microbacias priorizadas.

FIGURA 2 - MAPA DE SEARA – DESTAQUE DAS MICROBACIAS E/OU PEQUENOS COMPLEXOS HIDROLÓGICOS PRIORIZADOS



FONTE: Epagri, Escritório Local de Seara

A microbacia a ser trabalhada como projeto-piloto foi selecionada com base em critérios técnicos³¹, ficando em primeiro lugar (obteve a maior pontuação) a Microbacia de Nova Teutônia.

A Microbacia de Nova Teutônia possui sete comunidades, 203 famílias e uma população de 761 habitantes. A colonização é alemã. Destaca-se também nessa microbacia o Museu Entomológico Fritz Plaumann³², o maior da América Latina, do qual a população tem muito orgulho.

QUADRO 1 - NÚMERO DE HABITANTES E UNIDADES DE PRODUÇÃO

COMUNIDADE	Nº UP	HABITANTES
Barra do Saltinho	18	53
Lajeado Forte	16	70
Marrecas	16	52
Nova Teutônia	84	279
Nova Brasília	15	71
Sagrado Coração	26	97
São Paulo	30	139
TOTAL	203	761

FONTE: Cadastro de Produtores - Equipe Local, 2003.

Comparando os dados do censo agropecuário realizado em 1998, através de uma parceria da Prefeitura Municipal, a Epagri e o ICEPA, com os dados do cadastro dos produtores (anexo 1) realizado em todas as Unidades de Produção (UP) em janeiro de 2003, pôde-se perceber que a população da microbacia teve uma pequena queda, passou de 792 para 761 habitantes, porém, o número de Unidades de Produção aumentou. Em 1998 eram 187 e em 2003 tem-se um total de

³¹ Critério sócio-econômico (60% do peso): percentual de agricultores periféricos e em transição 1 na microbacia, percentual de agricultores em transição 2, percentual de jovens existentes na microbacia, com relação ao total de moradores, percentual de índios residentes na microbacia com relação ao total. Critério ambiental (40% do peso): suínos por km², percentual de propriedades que possuem saneamento básico, percentual de propriedades que fazem armazenamento de dejetos de animais.

³² Entomólogo alemão, radicado no Brasil desde a década de 1920, reconhecido como um dos maiores entomólogos do século, dono de uma das mais expressivas coleções de insetos do planeta. O Museu Entomológico Fritz Plaumann foi inaugurado em 23 de outubro de 1988, em frente a casa onde morou o Prof. Plaumann, distrito de Nova Teutônia. O museu acomoda um acervo entomológico constituído por aproximadamente 80.000 exemplares, resultado das coletas realizadas durante 70 anos (1924 – 1994) de atividade científica do Prof. Plaumann. Além do material biológico, o museu expõe equipamentos, objetos pessoais, cartas, comendas, condecorações, fotos e vários objetos que ilustram a trajetória científica e pessoal do cientista.

203 UP. Esse aumento das UPs possivelmente está relacionado ao desmembramento das famílias, quando os filhos se casam e passam a constituir uma nova Unidade de Produção. As principais atividades são a cultura do milho e a criação de suínos e bovinos de leite. Praticamente todos os agricultores produzem milho, 70% dos agricultores trabalham com bovinocultura leiteira e 40% com suinocultura.

Em relação à renda, podemos observar a tipificação das UPs, no quadro abaixo. Vemos que 56% recebem até dois salários mínimos por pessoa ocupada, por mês (periféricos e transição 1); o que caracteriza o empobrecimento do meio rural e o descontentamento geral da população, que gosta de viver no meio rural, porém necessita de maiores oportunidades de renda.

QUADRO 2 - TIPIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

TIPIFICAÇÃO	Nº UP	%
Periféricos	74	36
Transição 1	40	20
Transição 2	27	13
Consolidados	24	12
Não Agrícola	38	19
TOTAL	203	100

FONTE: Cadastro de Produtores - Equipe Local, 2003.

Os agricultores enquadrados como periféricos geralmente nunca tiveram acesso a políticas agrícolas de crédito e assistência técnica. Possuem terra insuficiente e, na maioria das vezes, de má qualidade (declividade excessiva e muita pedra). Tradicionalmente plantam apenas lavouras anuais (milho) e seus poucos animais são para subsistência. Para complementar a renda, vendem mão-de-obra para outros agricultores. Nestes casos, as condições de moradia e saneamento ambiental são precários.

Os agricultores em transição apresentam características intermediárias entre as Unidades de Produção periféricas e consolidadas. Podem ser divididos em transição 1 e transição 2. Estes agricultores geralmente trabalham com a atividade leiteira e o cultivo de lavouras anuais. No entanto essa diferença que existe entre transição 1 ou 2, serve basicamente para verificar se as Unidades de Produção

estão mais próximas de se estabilizar como consolidadas (neste caso, as UPs classificadas como transição 2) ou então estariam mais próximas da marginalização (neste caso, as de transição 1).

Os agricultores tipificados como consolidados geralmente estão associados ao sistema de integração com as agroindústrias locais (suinocultura e avicultura), onde além do cultivo de lavouras anuais, trabalham também com bovinocultura leiteira (aproveitando assim o adubo proveniente da atividade principal para as pastagens, diminuindo o custo do leite e aumentando, em consequência, a renda).

As Unidades de Produção com predominância de renda não agrícola, são aquelas onde a renda proveniente das atividades consideradas não agrícolas superam a renda das atividades agrícolas. Como atividades não agrícolas estão incluídos os trabalhos no comércio, o funcionalismo público (professor, operador de máquinas, Intendente...), trabalho doméstico (empregada ou diarista), a aposentadoria, entre outros. Esses agricultores são denominados pela literatura como pluriativos.

O descontentamento dos agricultores, relacionado principalmente à renda, possivelmente seja um dos impulsionadores na busca de alternativas para aumentar a renda familiar, através da pluriatividade.

A pluriatividade é colocada por CARNEIRO (1998) como sendo as novas formas de inserção econômica da população rural, através de atividades complementares e/ou suplementares à produção agrícola, exercida por um ou vários membros da família. A autora cita que a transformação da agricultura familiar em outras formas de exploração sustentadas não mais na exclusividade da agricultura é uma resposta à crise da agricultura modernizadora.

A pluriatividade é entendida como uma característica típica dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários ou em atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos onde sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas (SCHNEIDER, 2003).

Sendo assim, como fontes alternativas de renda na microbacia de Nova Teutônia, têm-se atividades no setor comércio ou serviço, atividades na indústria, venda de mão-de-obra para o setor agrícola, aposentadoria (principal fonte de renda alternativa, segundo censo), o arrendamento de terra, entre outros. No quadro a seguir, verifica-se a distribuição dessas atividades na microbacia.

QUADRO 3 - FONTES ALTERNATIVAS DE RENDA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

FONTES ALTERNATIVAS DE RENDA	Nº UP³³	% MICROBACIA (187 UP)
Atividade no setor comércio ou serviço	26	14
Atividade na indústria	7	4
Venda de mão de obra – setor agrícola	35	19
Aluguel de casa	2	1
Aposentadoria	71	38
Arrendamento de terras	19	10
Outros	6	3

FONTE: Censo Municipal Agropecuário (Epagri, ICEPA, Prefeitura Municipal) - 1998

No aspecto de qualidade de vida, a renda é um fator muito importante e, muitas vezes determinante para a permanência do agricultor no meio rural, no entanto, o agricultor é antes de tudo um ser humano, com suas necessidades de convivência em grupo, de crescimento pessoal e bem-estar, com direito de acesso à saúde, educação e lazer, como qualquer cidadão. Sendo assim, será relatado abaixo um contexto da situação desses itens na microbacia.

Nova Teutônia possui uma escola estadual de ensino fundamental e médio, sendo que, todas as crianças em idade escolar freqüentam a escola. Existe um sistema de transporte gratuito para o ensino fundamental e, pago, para o ensino médio. Os microônibus passam diariamente nas casas para buscar e levar os alunos, o que, de acordo com os pais, incentiva o estudo. À noite funciona a educação de adultos, para as pessoas que desejam continuar os estudos. De acordo com o cadastro realizado em janeiro de 2003, referente à escolaridade entre os adultos, pode-se observar os seguintes índices: 11% de analfabetos; 79%

³³ Neste caso há repetição de Unidades de Produção, pois em alguns casos existem mais de uma fonte de alternativa de renda por UP. Sendo assim, não consta o somatório na tabela.

freqüentaram até a 4ª série e apenas 10% possuem a 8ª série, o que pode ser observado no quadro a seguir:

QUADRO 4 - ESCOLARIDADE (ADULTOS)

COMUNIDADE	ANALFABETOS	4ª SÉRIE	8ª SÉRIE	TOTAL
BARRA DO SALTINHO	1	31	6	38
LAJEADO FORTE	3	31	4	38
MARRECAS	1	27	2	30
NOVA BRASÍLIA	5	23	3	31
NOVA TEUTÔNIA	12	98	16	126
SAGRADO CORAÇÃO	6	44	4	54
SÃO PAULO	14	53	4	71
TOTAL	42	307	39	388

FONTE: Cadastro de Produtores - Equipe Local, 2003.

Com relação ao saneamento ambiental, 47% das Unidades de Produção possuem fossa para as águas da pia e 73% para o banheiro. Outras 48% lançam a céu aberto as águas da pia e 13% os resíduos de banheiro. Somente quatro Unidades de Produção possuem instalação sanitária completa³⁴. Cinco UP não possuem nenhum tipo de instalação para o banheiro, nem mesmo privada. Esses dados podem ser visualizados no quadro a seguir:

QUADRO 5 - SANEAMENTO AMBIENTAL

PIA (cozinha, banheiro e tanque)	NÚMERO DE UP	%	BANHEIRO (resíduos)	NÚMERO DE UP	%
Fossa	95	47	Fossa	149	73
Céu Aberto	98	48	Céu Aberto	26	13
Esterqueira	6	3	Esterqueira	8	4
Rio	1	0	Privada	12	6
Sem Instalação	4	2	Sem Instalação	5	2
			Instalação Sanitária Completa	4	2

FONTE: Cadastro de Produtores - Equipe Local, 2003.

³⁴ Vaso, tubulação para esgoto, fossa séptica e sumidouro.

A microbacia também possui um posto de saúde com atendimento médico e odontológico. Há agentes de saúde que passam mensalmente nas comunidades, ouvindo e registrando todos os casos relacionados à saúde da população, bem como, dando informações que as famílias solicitam.

2.3 PROJETO-PILOTO – HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

Os trabalhos do projeto-piloto, na microbacia de Nova Teutônia, iniciaram em março de 2001, sob coordenação da Epagri e colaboração da Prefeitura Municipal de Seara, que contratou um técnico para trabalhar com o projeto. Inicialmente foi mantido um contato com lideranças do município (prefeito, vereadores, sindicato) e técnicos da Epagri e ICEPA, para definição de algumas estratégias ao nível da microbacia.

O trabalho na microbacia iniciou com a seleção de representantes (moradores das comunidades). O método utilizado foi a indicação, feita pelo extensionista local e lideranças municipais. Esses representantes participaram de uma reunião onde foram dadas explicações sobre o projeto e também uma etapa de motivação, pois seriam as pessoas que iriam animar os outros moradores das comunidades a participarem do projeto.

Na etapa seguinte, foram realizadas reuniões nas comunidades, com o apoio desses representantes. Nesse momento, após uma reflexão dos coordenadores do projeto sobre a seleção de lideranças, decidiu-se por fazer uma votação nas comunidades, pois o método da indicação não era visto como o mais adequado. Na reunião foi colocado às famílias participantes um resumo do projeto que seria desenvolvido nas comunidades e posteriormente foi realizada a votação para que as famílias escolhessem seus representantes (GAM – Grupo de Animação da Microbacia).

Nesse método de votação, algumas pessoas que receberam voto, já pertenciam ao grupo que havia sido selecionado anteriormente, outras eram diferentes, sendo que houve pessoas inicialmente indicadas pelas lideranças que nem receberam voto. Sendo assim, optou-se (os coordenadores do projeto, juntamente com os agricultores) em manter o grupo inicial, acrescentando as pessoas que foram votadas nas reuniões de comunidade.

O método de votação mostrou-se mais eficiente que o método de indicação, pois as comunidades têm a possibilidade de participar da escolha de seus representantes. Quando a escolha é realizada por políticos ou extensionistas, acaba sendo muito direcionada aos interesses destes. Um político, por exemplo, irá indicar pessoas que tem afinidade com seu partido, um extensionista indicará pessoas que respondem mais positivamente ao seu trabalho, com quem é acostumado lidar, no entanto, nem sempre (e geralmente isso ocorre) essas lideranças resumem a vontade das comunidades, sendo que muitas vezes possuem rejeição por parte das famílias rurais. No entanto, o método de votação também não está isento de fragilidades, pois se corre o risco de haver pressão sobre os votantes das pessoas que gostariam de ser indicadas. Em Nova Teutônia, houve o caso de uma comunidade em que foi realizada uma campanha para que as famílias elegeassem determinada pessoa, bem como um “boicote” para que algumas não fossem votadas.

Sendo assim, a partir dessa experiência da microbacia-piloto, pensou-se em outra estratégia na escolha de lideranças para as próximas microbacias que iriam iniciar o trabalho. Foi então refletida a questão do método natural para seleção de lideranças, baseado na idéia de Grupo Natural³⁵.

Esse método de seleção de lideranças já está sendo usado para diversas microbacias no estado, bem como para a segunda microbacia de Seara, onde apresentou ótimos resultados. Para essa escolha, foram adotados alguns passos³⁶: iniciou-se pela definição dos limites geográficos, onde o grupo de extensionistas visita um agricultor que irá lhe informar os limites de sua comunidade bem como a relação dos moradores presentes nesses limites. Para a identificação dos grupos naturais explora-se o elemento central do seu conceito, qual seja o relacionamento pessoal e a amizade existente entre os indivíduos. Tal identificação é realizada

³⁵ Um grupo é, antes de tudo, constituído por um número reduzido de indivíduos. Pode ser reunido espontânea ou compulsoriamente para tratar de um determinado problema, concretizar certos propósitos ou atingir determinados fins. Um grupo é natural, quando organizado pelos seus próprios membros (CAVALCANTI & OLIVEIRA, 1984).

³⁶ Extraídos e adaptados do texto: O “Sistema de Convivência” como Processo Extensionista – Trabalho apresentado no I Simpósio Nacional sobre Planejamento Participativo, Porto Alegre, 1984. Autores: Carlos P. B. Cavalcanti & Mauro M. Oliveira.

mediante entrevista direta com as famílias rurais³⁷, procurando-se saber quais as pessoas que gostariam que participassem de reuniões nas quais os entrevistados estivessem presentes. Como resultado dessas entrevistas, os nomes mais citados fazem parte do grupo de lideranças.

A utilização que se faz deste cotejo é, em primeiro lugar, o confronto entre líderes com os quais o Serviço de Extensão Rural vinha trabalhando e as pessoas mais indicadas pelos entrevistados. Neste caso, tem-se notado que as pessoas tidas como líderes, pelos extensionistas, deixam de comparecer com a correspondente freqüência nas indicações dos agricultores, pois essa liderança está alicerçada em alguma função fundamental desempenhada pelo indivíduo para a comunidade: em geral, trata-se de um comerciante, um caminhoneiro, um agiota, etc. isto, entretanto, deixa de ser levado em conta quando o critério de nomear pessoas é o relacionamento pessoal de amizade, conceito central do grupo natural (CAVALCANTI & OLIVEIRA, 1984).

Sendo assim, a partir de sua formação, o GAM vem acompanhando todas as etapas do processo de planejamento, participando também de reuniões de motivação, explicação do projeto, e principalmente, nas definições de estratégias para implementação do projeto na microbacia.

No decorrer das reuniões de comunidade, começaram a surgir algumas críticas com relação à demora do projeto e ao número excessivo de reuniões. Sendo assim, os animadores decidiram abordar no início de cada reunião, a importância do planejamento das atividades antes da ação, e também a importância do grupo estar se reunindo para discutir seus problemas, o que não costumava ser feito anteriormente.

Nas reuniões foram levantados e votados os problemas e potencialidades de cada comunidade, utilizando-se trabalhos em grupo com os agricultores, bem como a técnica Metaplan³⁸. Inicialmente utilizou-se o método GUT (Gravidade, Urgência e

³⁷ Para a segunda microbacia de Seara, foram entrevistadas 30% das famílias de cada comunidade.

³⁸ A técnica Metaplan é um instrumento útil para tornar as discussões mais eficientes, e é subdividida em três seções: (1) técnica de visualização: onde todas as importantes contribuições feitas durante a discussão são registradas e visualizadas pelo grupo, com o objetivo de serem classificadas e organizadas em conjunto, (2) técnica de interação: que conduz à conversação

Tendência) para a priorização dos problemas. Esse método foi utilizado em todas as comunidades, no entanto, demonstrou-se um método muito complexo e confuso, no entendimento do grupo, que optou por trabalhar com o regime de votação através da técnica de ponderação.

No método GUT, os problemas são comparados um com o outro, com relação aos três itens (gravidade, urgência e tendência), sendo que cada item é subdividido em três pontos: muito grave, médio, pouco grave (no caso da gravidade). A seguir tem-se o exemplo da matriz GUT:

QUADRO 6 - EXEMPLO DE MATRIZ DO MÉTODO GUT

G - GRAVIDADE	Muito importante	Vermelho
	Importante	Amarelo
	Pouco importante	Verde
U - URGÊNCIA	De imediato	Vermelho
	Pode aguardar	Amarelo
	Não há pressa	Verde
T - TENDÊNCIA	Piora muito	Vermelho
	Piora	Amarelo
	Fica como está	Verde

Para comparar os problemas, os agricultores são divididos em grupos (de preferência que haja um número ímpar de grupos, para não acontecer empate). Cada grupo recebe uma planilha contendo os problemas e os itens do método GUT para serem preenchidos (anexo 4). Após a discussão dos grupos, é realizada uma plenária, onde se decide, com base no resultado dos grupos, quais são os problemas prioritários. O problema número 1, por exemplo, seria aquele que recebeu: muito grave, extremamente urgente e a tendência de piorar muito se não for solucionado.

Esse método é bastante interessante, no entanto, os agricultores geralmente têm dificuldade de entender a diferença entre gravidade, urgência e tendência. Também tem dificuldades em fazer a comparação de um problema com os outros

calorosa e produtiva, gerando discussão entre os participantes; (3) simulação: busca conduzir o grupo dentro de uma linha contínua de pensamento, do começo ao fim da questão.

levantados, relacionando ainda a esses itens. Outro ponto de dificuldade é a questão da discussão em grupo, sendo que geralmente algumas pessoas lideram o grupo e impõem o seu pensamento. E, como sai uma análise por grupo, as pessoas que possuem opiniões diferentes (que podem ser a maioria) não têm sua vontade manifestada.

Já no método de ponderação a priorização é feita através de votação com tarjetas coloridas agradou mais os agricultores. Nesse método, primeiramente cada agricultor vota no problema (os problemas ficam à mostra em cartazes e são numerados, para facilitar a votação) que julga ser o mais importante, utilizando tarjeta vermelha, que equivale a 3 pontos, depois no segundo mais importante (amarela valendo 2 pontos) e por fim, no terceiro mais importante (verde valendo 1 ponto). Com a soma da pontuação obtém-se a priorização dos problemas (anexo 5), de acordo com a ordem de importância para as comunidades. Esse método tem a vantagem de que cada agricultor possui o mesmo poder de decisão, pois o voto é individual, e também por ser mais simples, pois trabalha apenas com cores e números.

Além do levantamento e priorização dos problemas, foi discutida também a formação da Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM)³⁹, sendo apresentada a proposta de Estatuto da Associação⁴⁰ para discussão e aprovação, bem como votados os representantes das comunidades que iriam compor a Diretoria e Conselho Fiscal da Associação⁴¹. Todas as comunidades aprovaram o Estatuto, bem como os representantes eleitos.

Realizou-se então uma reunião somente com os doze representantes eleitos, onde houve votação para a composição da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação. A partir desse momento, passou-se a trabalhar com a união dos dois

³⁹ A ADM é composta por todos os moradores da microbacia. É uma instituição jurídica, possuindo Estatuto e sendo regida por representantes legais que são a Diretoria e o Conselho Fiscal.

⁴⁰ Essa proposta foi elaborada pela equipe coordenadora estadual do Microbacias 2 para ser colocada em discussão nas microbacias.

⁴¹ A Diretoria da Associação é composta por 6 membros (Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro), bem como o Conselho fiscal (3 Membros Efetivos e 3 Membros Suplentes). O número de representantes por comunidade foi definido através do número de Unidades de Produção (UP), em comum acordo com o GAM, onde as comunidades que possuem até 20 UP têm direito a um representante, de 20 a 40 UP, dois representantes e acima de 40, três representantes.

grupos de representantes (GAM e ADM). Esse grupo formado com a união do GAM e ADM começou a trabalhar com os problemas e potencialidades levantados pelas comunidades, sendo que se decidiu trabalhar com todos os problemas levantados, independente da ordem de priorização. A decisão partiu dos agricultores, em comum acordo com os animadores e influenciada pelo fato de que a maioria dos problemas era comum a todas as comunidades, porém, em ordem de prioridade diferente. No entanto, a priorização realizada nas comunidades não foi descartada, pois no momento de aplicação de recursos, a intenção do grupo é manter a ordem de prioridades.

Através de um estudo realizado pelos animadores, surgiu a idéia de dividir os problemas em três partes: econômico, social e ambiental, para trabalhar com os representantes os três pilares da sustentabilidade. Os representantes foram divididos nos grupos (econômico, social e ambiental) e, de posse dos problemas levantados, procuraram identificar os que cabiam à sua área, sendo posteriormente colocados à disposição de todos. Como havia algumas sobreposições, foi discutido em que grupo, na opinião dos agricultores, o problema se encaixaria, ficando claro que a maioria deles se encaixa em mais de uma área.

Essa divisão tornou-se interessante e prática, no ponto de vista dos animadores e representantes, para o desenvolvimento dos problemas e a busca de soluções, facilitando os trabalhos e delegando responsabilidades a todos.

Os representantes passaram então a trabalhar no desenvolvimento dos problemas, começando por discutir o que se buscava; como fariam para solucionar os problemas, quem seria responsável para a execução e quando seria resolvido. Os quadros montados com essa discussão encontram-se no anexo 6.

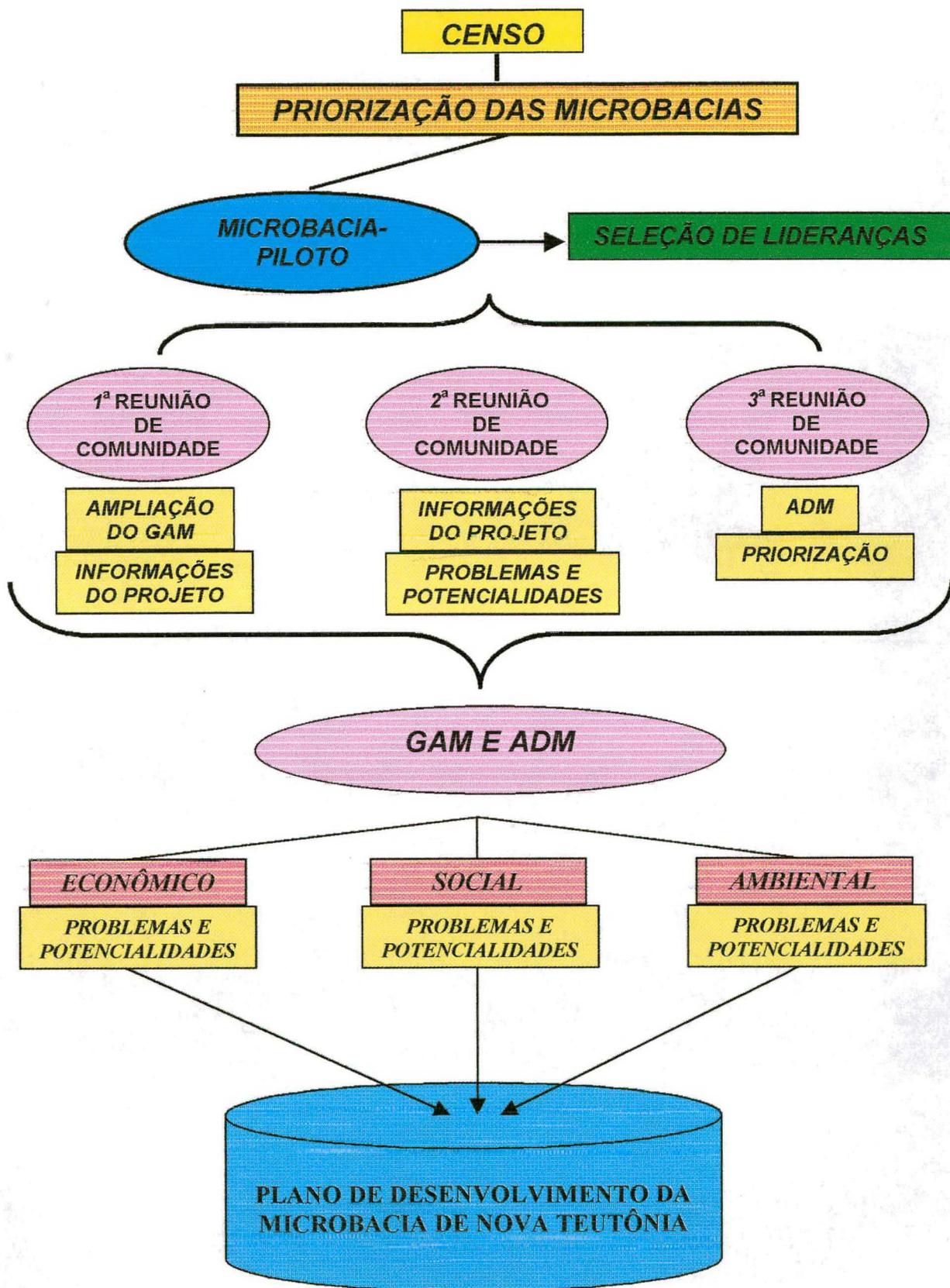
Outro passo importante que foi efetivado durante os trabalhos com a microbacia-piloto foi um cadastro em todas as Unidades de Produção (UP), realizado pelos animadores do projeto, tendo por objetivos atualizar o censo (1998), conhecer melhor a realidade das famílias, a situação em que se encontram, conversar sobre o projeto e esclarecer dúvidas, estimular a participação de todas as famílias, investigar o motivo do não comparecimento de algumas pessoas nas reuniões, sentir como está o ânimo das pessoas e quais as suas principais dificuldades, traçar um perfil das Unidades de Produção, avaliar quais as principais aspirações das famílias e suas projeções futuras, bem como, cadastrar essas famílias no projeto através do

termo de adesão⁴². Na microbacia de Nova Teutônia, das 203 UP cadastradas, apenas uma não quis assinar o termo de adesão, pois alegou não ter interesse no projeto, devido ao fato de estar indo embora.

A seguir, será apresentado um esquema que simplifica a metodologia realizada no projeto-piloto, que foi construída pela equipe de animadores, em conjunto com os representantes das comunidades, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos.

⁴² Apesar da microbacia já estar desenvolvendo atividades referentes ao projeto Microbacias 2 há dois anos, os recursos do projeto só serão aplicados se houver adesão, por escrito, de pelo menos 70% das famílias.

FIGURA 3 - METODOLOGIA DE SEENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS



FONTE: Equipe Local, 2003.

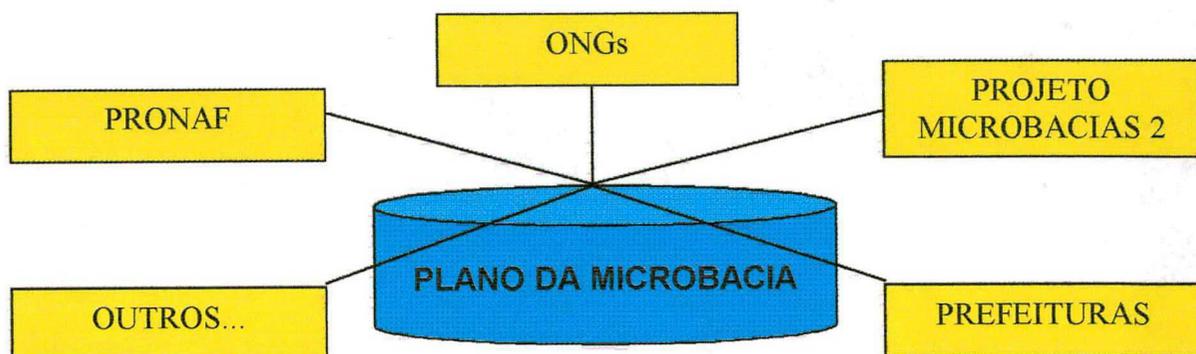
Os desenvolvimentos dos trabalhos na microbacia de Nova Teutônia, estão basicamente direcionados ao projeto Microbacias 2. Embora no início desses trabalhos ainda não houvesse regras definidas (os trabalhos iniciaram em 2001, sendo que o Manual Operativo foi publicado em 2002), suas principais diretrizes já estavam alinhadas, como a previsão de estruturas mínimas de execução como o GAM, a ADM, a questão de contratação do Facilitador, as reuniões de problematização, o Plano da Microbacia, bem como as linhas de apoio do projeto.

Os animadores perceberam, no entanto, que esse projeto não é suficiente para dar conta da totalidade dos problemas e desafios que o meio rural apresenta, apesar de estimular os agricultores a enfrentar suas dificuldades. Sendo assim, houve um amadurecimento dos animadores com relação ao projeto que estava sendo realizado na microbacia, percebendo que havia um projeto muito maior que o Microbacias e que a efetividade das ações poderia ser conquistada através desse projeto mais amplo, como é o caso de um Projeto de Desenvolvimento da região, ou, Projeto de Desenvolvimento de Nova Teutônia (PDNT).

Esse projeto (PDNT) busca, além de recursos financeiros para melhoria de qualidade de vida, com a participação dos agricultores nas suas decisões, o desenvolvimento do ser humano, das pessoas envolvidas tornando-as mais capazes e autoconfiantes para resolverem seus problemas com menor dependência externa. Nesse projeto, o Microbacias poderá ajudar com uma parte dos seus recursos e através de suas metodologias, mas não é o todo é apenas uma parte, muito importante, para que o todo possa se desenvolver.

Nesse ponto, torna-se importante destacar que o próprio Microbacias já prevê que seus recursos (financeiros e humanos) não dariam conta da totalidade dos problemas, propondo uma parceria com outras instituições para os trabalhos nas microbacias, conforme pode ser visto na figura a seguir:

FIGURA 4 - PLANO DA MICROBACIA COM SUAS PARCERIAS



Nessa figura observa-se que o plano da microbacia é colocado como ponto principal a ser alcançado, no entanto, para isso, são necessárias as parcerias com outros órgãos e/ou entidades. Torna-se importante colocar que praticamente 30% dos problemas levantados na microbacia de Nova Teutônia estão correlacionados aos serviços prestados pela administração pública municipal, no qual o Microbacias 2 não possui muita ação, apenas estimulando os planejamentos municipais. Outros problemas levantados nas reuniões, como a questão de leis e normas federais e estaduais, como é o caso da Legislação Ambiental, ou a questão do seguro agrícola, têm pouca resposta positiva e nenhuma proposta aos agricultores. A questão da exploração⁴³ das agroindústrias locais para com os agricultores integrados é outro ponto na discussão que permanece sem solução.

Estes e outros problemas levantados, de difícil acesso e saída, não poderão ser resolvidos apenas com um projeto, como é o caso do Microbacias. Não quer dizer que não seja importante, apenas insuficiente. Sendo assim, esforços deveriam ser mantidos no sentido de se construir um projeto mais amplo do que o Microbacias, ao menos na microbacia, como é o caso do PDNT, mentalizado pelos animadores, mas que ainda não conseguiu ser incorporado e assumido pelos agricultores, pelo fato de que não foi construído por eles.

⁴³ Termo utilizado pelos agricultores para definir a relação da agroindústria para com eles.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tem por finalidade analisar e discutir o conteúdo das entrevistas, realizadas com os diversos atores sociais, da observação participante, das conversas informais e da análise de documentos, relacionando-os com o referencial teórico, bem como, com a experiência da pesquisadora. Inicialmente será analisada a influencia da situação atual dos agricultores e do entendimento do processo na participação dos atores sociais. Num segundo momento serão discutidos os obstáculos à participação e os resultados alcançados. Por fim, será abordada a participação, na visão dos atores sociais.

3.1 A INFLUÊNCIA DA SITUAÇÃO ATUAL DOS AGRICULTORES NA SUA PARTICIPAÇÃO

Como visto no capítulo 1, a visão que os atores sociais possuem sobre a posição que ocupam em sua comunidade, a questão do tempo, auto-estima e interesse pessoal, influenciam sobremaneira sua participação em um projeto de desenvolvimento. Sendo assim, para se avaliar a participação, torna-se muito importante conhecer as diversas realidades do local, bem como a opinião, sobre essas realidades, das pessoas que ali moram e trabalham.

Sendo assim, serão relatadas opiniões de alguns moradores da microbacia e do extensionista local (animador) com relação à região estudada para poder caracterizá-la, bem como, verificar de que forma essa visão poderia estar influenciando na participação da população.

O principal ponto levantado pelos agricultores e sentido por extensionistas da região, é a baixa auto-estima dos atores sociais, devido à situação em que a agricultura se encontra, sendo a não-valorização do homem do campo, a dificuldade financeira, o trabalho árduo, o pouco tempo disponível, as poucas atividades de lazer e por ser, a agricultura, uma atividade de alto risco para investimentos, os itens

mais citados, retirados das respostas dos agricultores no cadastro realizado, onde 90% dos entrevistados fizeram menção aos pontos acima citados.

Essa baixa auto-estima dos agricultores é repassada aos seus filhos que, com poucas oportunidades no meio rural, passam a visualizar a cidade como melhor opção de vida. De acordo com o extensionista local da Epagri de Seara, os moradores da microbacia de Nova Teutônia, ao longo dos anos, viram seus filhos irem trabalhar na cidade e seus vizinhos mudarem de local. Também no decorrer dos anos, as famílias foram sobrevivendo algumas de aposentadoria, outras de renda proveniente da bovinocultura de leite e produção de grãos e outras ainda conseguiram se manter no mercado, com a produção de aves e suínos, que é uma atividade que tem um pouco mais de renda na região (atualmente em declínio devido à crise da suinocultura). No entanto, a possibilidade de melhorar de situação, através desse projeto que está sendo implementado, trouxe esperança aos agricultores, que contam com esse trabalho para melhorarem seu modo de vida, o que pode ser confirmado no depoimento da agricultora:

"Eu vejo com bastante problema o êxodo rural... pessoal da comunidade indo para a cidade, então é um problema que a gente se preocupa e quando surgiu a oportunidade de participar das microbacias a gente pensou como principal ponto, parar com a questão do êxodo rural, fazer alguma coisa para que os agricultores fiquem na roça".

Agricultora 9, 35 anos – Transição 1

Apesar da situação negativa narrada por grande parte dos agricultores, o desejo de sair do meio rural para morar na cidade foi relatado por poucas famílias (3%), durante o cadastro realizado. Essas famílias têm em comum o fato de que seus filhos já foram embora, restando apenas o casal de idosos que já não consegue dar conta do serviço. Desde o início dos trabalhos do Microbacias 2, quatro famílias abandonaram suas propriedades para morar na cidade.

É importante entender que a maioria dos moradores gosta e manifesta o desejo de continuar morando no meio rural, porém, estão desanimados principalmente porque não conseguem incentivar os jovens a ficar nas propriedades. Com a Seara Alimentos, agroindústria de processamento de derivados de suínos e aves, no município, muitos jovens deixam suas propriedades para trabalhar no frigorífico.

SILVESTRO et al (2001) realizaram um estudo na região oeste de Santa Catarina sobre a juventude rural, onde concluíram que a grande maioria dos jovens que migram para a cidade fazem-no para trabalhar e não para estudar. A pesquisa realizada demonstrou que 86% dos jovens saíam do meio rural para trabalhar na cidade. Os autores comentam que, apesar de começar a existir no interior das famílias uma maior participação dos jovens nas decisões da propriedade, ela não vem acompanhada de novas possibilidades de realização profissional oferecidas no âmbito das políticas de apoio, o que leva os jovens a procurarem outras alternativas, na cidade.

De acordo com os pais, muita coisa precisaria mudar para que seus filhos pudessem permanecer no meio rural, por opção. Um ponto importante a relatar é que no projeto Microbacias em Nova Teutônia, há poucos jovens que participam das reuniões e eventos, devido ao convite geralmente estar direcionado ao casal da propriedade. Após muitas reuniões a equipe de animadores percebeu essa falha, procurando incentivar que, pelo menos um jovem de cada família participe. Os planejamentos realizados nas propriedades têm contado, sempre que possível, com a presença de todos os membros das famílias, uma forma de incentivar o jovem a assumir responsabilidades na propriedade, bem como dividir o poder de decisão entre os membros, pois geralmente esse poder está centrado na figura do pai e, com raras exceções, na da mãe também.

Apesar do incentivo para que os jovens participem das reuniões, sua presença não tem sido satisfatória para os animadores do projeto, onde houve pouco progresso ainda com relação ao aumento do número de jovens nas reuniões. No grupo de representantes há apenas uma jovem, sendo ela, uma das pessoas que mais incentiva e trabalha para que o projeto seja desenvolvido na região com sucesso. É também a pessoa que tem acompanhado a equipe de animadores nas viagens de apresentação do projeto em outras regiões, e nas visitas realizadas por outros municípios à microbacia. No início, sua participação era tímida, dando poucas opiniões e não se envolvendo muito no projeto, mas a partir do momento em que passou a ser valorizada, a sua participação foi sendo cada vez maior e atualmente se dedica para que mais pessoas possam desenvolver suas habilidades e trabalhar em prol do desenvolvimento das comunidades, vindo a confirmar o que HILLMANN

(1974) coloca quanto à participação se desenvolver por meio da experiência, gerando assim o que o autor chama de hábito da participação através de estímulos.

A falta de estímulos aos jovens, na maioria das vezes tem sua origem nos pais, que devido à sua situação, encontram-se desanimados e não dão incentivo para que seus filhos permaneçam no meio rural, o que não quer dizer que eles não queiram isso. O depoimento de uma agricultora, a seguir, demonstra o exposto:

"Nossos filhos não ficam mais porque... porque não tem oportunidade tá, não tem como incentivar o seu filho a ficar na agricultura porque ela tá muito, muito parada, não tá dando perspectiva de futuro".

Agricultora 9, 35 anos – Transição 1

Uma saída para essa situação, que tem sido discutida com os agricultores, são os trabalhos em grupo (associações e/ou cooperativas), sendo que, quanto à disponibilidade em trabalhar em grupo, muitos se dizem favoráveis (85% dos moradores, segundo cadastro). No entanto, percebe-se que na prática poucos agricultores se disponibilizariam a formar um grupo, tanto que na microbacia existem apenas quatro grupos formais: um grupo de produção e comercialização de hortaliças orgânicas, um grupo de produção e comercialização de ovos, um grupo que possui um camping e um grupo de produção e comercialização de mel. Sendo que os três primeiros grupos possuem praticamente os mesmos sócios (90% do grupo). Os quatro grupos têm em comum o fato de participarem da COPAFAS (Cooperativa da Agricultura Familiar de Seara), que possui cerca de 40 empreendimentos no município de Seara. A cooperativa é composta por agricultores que possuem assistência técnica da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) para a produção e comercialização, onde os grupos comercializam seus produtos de forma organizada.

Houve a formação há alguns anos de grupos nas comunidades para secadores de grãos comunitários, onde atualmente estão todos desativados, pois faltou uma discussão inicial da viabilidade destes secadores, sendo que os agricultores colocam que a distância para levar os grãos, bem como o tempo despendido para esperar os grãos secarem não compensam manter o grupo.

Há na microbacia grupos formados para aquisição e manutenção de telefonia rural (os agricultores montam um grupo, solicitam a instalação de uma central, com ramais e administram a contabilidade) e também grupos de poços

artesianos, que se organizam e dividem as despesas, possibilitando água para todas as famílias envolvidas. Apesar dos conflitos existentes, a existência desses grupos prova que é possível a organização das famílias rurais.

No entanto, apesar de existirem poucos grupos, a maioria das famílias participa de alguma associação, como Clube de Mães, Grupo dos Idosos e Centro Comunitário, entre os mais citados.

A possibilidade da organização dos agricultores seria uma alternativa para os problemas enfrentados, principalmente os econômicos, na microbacia. A melhoria dos sistemas de produção, as alternativas de renda, a agregação de valor, a comercialização dos produtos, a compra de insumos, entre outros, exigem das famílias um maior conhecimento das atividades, mão de obra, infraestrutura, e uma série de investimentos que, quando individuais, praticamente se inviabilizam, o que passa a ser viabilizado quando há formação de grupos.

Cada vez mais, a dificuldade de investimentos, não apenas no setor agrícola tem aumentado nas propriedades. Torna-se importante destacar que os agricultores gostariam de melhorias no saneamento ambiental e na reforma de suas casas, desejo expresso tanto no momento da realização dos cadastros, onde a maioria apontou este item como necessidade, quanto nas discussões em grupo, sendo uma prioridade levantada pelos agricultores.

Um estudo realizado pela equipe de animadores e pelo facilitador, em conjunto com as lideranças das comunidades e com os moradores, trouxe à tona a situação de emergência em que se encontram algumas famílias com relação à moradia, sendo necessária na microbacia a construção de 25 casas (por completo) e a reforma⁴⁴ de praticamente 50 casas (que estão em situações mais urgentes). No caso do saneamento ambiental

Outro ponto relacionado à motivação das famílias está centrado nas atividades de lazer, cada dia mais escassas na região, por falta de tempo e de opções. Com relação às atividades de lazer, tanto para jovens como para adultos e idosos, uma das grandes reivindicações dos agricultores está na conclusão e reforma dos centros comunitários, que é um local onde a comunidade costuma se reunir, e um espaço de discussão que possibilita a participação dos moradores, pois

⁴⁴ Neste caso são reformas que incluem: substituição de tábuas nas paredes, no piso, melhoria no telhado e melhorias nas janelas.

as reuniões de comunidade geralmente acontecem nestes locais, onde também são feitos diversos cursos e palestras.

Vale lembrar que estes centros comunitários foram construídos pelas comunidades, que se organizaram e, com o esforço de todos, buscando ajuda financeira, principalmente na prefeitura e da própria comunidade, e com a mão-de-obra das famílias conseguiram com êxito esse propósito, demonstrando que a comunidade é muito forte quando está unida.

Um ponto importante a ser comentado é que, antes de iniciarem as atividades do projeto Microbacias 2, os moradores das comunidades dificilmente se reuniam para discutir seus problemas, o que pode ser visualizado no comentário abaixo, que, apesar de não refletir o pensamento da maioria dos moradores, confirma o exposto:

“Com este trabalho estamos aprendendo que as coisas podem ser diferentes, que podemos mudar a nossa situação. Mudamos a maneira como estamos trabalhando hoje, em relação a maneira que trabalhávamos anos atrás. Inclusive de se reunir para discutir nossos problemas”.

Agricultor 8, 48 anos - Periférico

No entanto, à medida que as reuniões passaram a acontecer, muitas famílias perceberam que havia problemas em comum e que a visão deles sobre a microbacia era muito parecida, compreendendo que muito deveria ser feito para mudar essa situação, o que parece haver estimulado a participação dos moradores, que passaram a também fazer essas discussões nas reuniões do clube de mães, idosos, nos encontros das comunidades, no culto das igrejas, e até nas conversas informais.

3.2 O ENTENDIMENTO DO PROCESSO COMO FATOR ESTIMULANTE DA PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS AGRICULTORES

Apesar do projeto ter iniciado há dois anos e meio, a maioria dos agricultores tem dificuldade em entendê-lo, possivelmente pela forma como lhes foi passada sua proposta. O início dos trabalhos na microbacia coincidiu com uma ampla divulgação do Microbacias 2 em nível de estado e região, pois era a época de assinatura do

Convênio do Estado com o Banco Mundial. Sendo assim, muitas notícias de jornal e rádio, e em discursos políticos, colocavam “aos quatro ventos” a grande disponibilidade de dinheiro a fundo perdido que o Microbacias proporcionaria aos agricultores que, totalmente descapitalizados, viram no projeto a esperança de mudar de vida de forma rápida e fácil.

Os agricultores começaram a participar do projeto com bastante entusiasmo, relacionado principalmente à questão financeira. À medida que as reuniões de comunidade foram acontecendo, os agricultores começaram a perceber que não se falava em dinheiro (pelo menos por parte dos animadores do projeto), e as explicações sobre o trabalho que seria desenvolvido acabaram sendo um pouco excessivas e complicadas, segundo os agricultores, por isso alguns (cerca de 2%) participaram apenas da primeira reunião, optando por não mais participar. No entanto, a maioria continua participando e quando anteriormente às reuniões é feita alguma divulgação sobre o recurso do projeto, pode-se contar com a presença de mais pessoas.

O fato dos agricultores (e não apenas eles, senão muitas lideranças em nível municipal, regional e estadual) ligarem o projeto Microbacias 2 à questão do recurso financeiro pode ser percebido nas respostas ao questionamento sobre a importância desse projeto.

“Olha... eu acho que é importante né, vai continuar assim, porque tem muitas comunidades que falta o pavilhão né e daí se vai vir... vai vir algum... né benefício para ajudar nas comunidades, que nem na minha comunidade na Barra do Saltinho tá faltando o pavilhão, que tá na metade da construção...até aqui em Teutônia ta faltando...e daí em todas as famílias também, as benfeitorias e todas essas melhorias... Olha tem muitas casas que precisam de reforma, na minha comunidade eu vejo que 50% das famílias estão necessitando reforma de casa, então aquilo seria uma coisa muito boa né”.

Agricultor 2, 45 anos - Consolidado

“Olha, tem pessoas que estão acreditando no projeto, mas a grande maioria só pensa na questão financeira, não acreditam, até hoje uma pessoa falou: de novo reunião? A gente vê que eles não estão acreditando, não é fácil este povo, mas eu acredito quando ver algum resultado do projeto e fazendo algum esforço vai”.

Agricultor 4, 38 anos - Periférico

Como a maioria das pessoas envolvidas no projeto está esperando o dinheiro, e em todo esse tempo de trabalho ainda não foi aplicado nenhum recurso financeiro através do Microbacias, percebe-se dois pontos de reclamação dos agricultores. Um

encontra-se na demora da vinda dos recursos, o outro está relacionado ao público-alvo destes recursos (agricultores periféricos), previsto no projeto. Esses dois pontos se tornam bem claros durante as reuniões, onde são apresentadas as principais diretrizes do projeto, bem como, nas respostas dos representantes das comunidades.

Com relação à demora pela vinda dos recursos, os agricultores acabam atrelando isso ao desenvolvimento do projeto, não percebendo que ele já está acontecendo, independente de recursos. Sendo assim, no momento em que os agricultores colocam que **“o projeto está demorando”**, pode-se traduzir por: **“os recursos ainda não vieram”**, o que pode ser comprovado nos seguintes depoimentos:

“De ruim... tivemos um pouco a demora... ficou muito tempo parado né, mas a tendência é de evolução, de agora em diante continuar o projeto com mais rapidez, com mais ação né”.

Agricultor 1, 43 anos – Consolidado

“As dificuldades?... Ah! Existem bastante dificuldades, por exemplo, as dificuldades que tinha era dar explicações pela demora do projeto né, porque ele teve parado, ficou muito tempo parado, e o pessoal sabe-se que hoje querem mais rapidez, querem resultados mais rápido, e então esta é uma dificuldade que tem que dar explicação ao povo”.

Agricultora 7, 23 anos – Transição 2

“Eles falam bastante, que está demorando demais, eles pedem explicação, outros acham que é muita reunião né, demora, mas é um projeto diferente já foi explicado”.

Agricultor 3, 44 anos – Transição 1

Nesses depoimentos, percebe-se a dificuldade que os representantes das comunidades possuem para explicar aos demais moradores por que ainda não veio o dinheiro, e o porquê do número excessivo de reuniões, que será discutido mais adiante. Com relação a essa dificuldade por parte das lideranças, um agricultor, quando indagado sobre que sugestões daria para as próximas comunidades que iniciarão este trabalho, respondeu: “Principalmente, não vender a idéia do projeto através dos recursos financeiros”. Nesse discurso fica claro a dificuldade de se mudar a concepção do projeto nas comunidades, uma vez inserido o recurso financeiro, mesmo porque, ele não é o fator mais importante na busca do desenvolvimento local sustentável e sim, apenas mais um fator importante.

Ainda sobre os recursos, porém relacionado com a questão do público-alvo, os seguintes discursos comprovam a rejeição por parte dos agricultores em relação a esse público:

“Nós estamos trabalhando, se reunindo, para depois “eles” (periféricos) ganharem o dinheiro”.

Agricultor 10, 40 anos – Transição 2

“Eles” sempre ganham tudo, e nós que sempre trabalhamos vamos ficar mais uma vez de fora”.

Agricultor 1, 43 anos – Consolidado

“... hoje são os que não se preocupam com nada (periféricos), são os que vão receber, e nós ficamos fora, a gente tá em dúvida”.

Agricultor 8, 48 anos - Periférico

Apesar das reclamações do grupo de representantes, não se percebe nas reuniões de comunidade que os periféricos não participam, pois as reuniões em geral contam com a presença de praticamente 90% das famílias da comunidade, sendo que nesses 10% restantes não estão apenas periféricos, senão também outras categorias de agricultores. Nos depoimentos, podemos observar que os próprios agricultores não têm muita clareza de quem são esses agricultores enquadrados como periféricos o que fica claro nos discursos: “eles” são assim... “eles” não participam... “eles” vão receber tudo... Tem inclusive a opinião de um periférico, que se diz em dúvida sobre o projeto, pois, segundo sua visão, não seria beneficiado, o que pode estar relacionado ao fato de que os agricultores entendem periféricos como miseráveis, ou favelados rurais, não percebendo que eles mesmos podem estar enquadrados na classificação, devido a sua baixa renda. Quanto ao grupo de representantes, um ponto importante para se chamar a atenção é a forma como estão distribuídos os agricultores, quanto à essa classificação:

QUADRO 7 - TIPIFICAÇÃO DAS UPS DOS REPRESENTANTES DA MICROBACIA DE NOVA TEUTÔNIA

TIPIFICAÇÃO	Nº UP (Representantes)	%	Nº UP (Total)	%
Familiar Consolidado	14	41	74	36
Familiar em Transição 2	3	10	40	20
Familiar em Transição 1	7	24	27	13
Familiar Periférico	5	17	24	12
Não Agrícola	2	7	38	19
TOTAL	29	100	203	100

FONTE: Censo Municipal Agropecuário (Epagri, ICEPA, Prefeitura Municipal) - 1998

A partir desse quadro, pode-se observar que a maior parte dos representantes (51%) se enquadra na classificação de Consolidado e Transição 2, recebendo acima de 2 salários mínimos por pessoa ocupada, por mês. O que não representa a realidade da microbacia que é de apenas 25%. No entanto, a representatividade do público prioritário (muito questionado pelo GAM), é de 41% (soma dos periféricos e em transição 1), o que leva à contradição do que este mesmo grupo expressa quanto ao público alvo do projeto, demonstrando também o desentendimento do grupo com relação à essa questão.

No entanto, apesar de muitos agricultores desaprovarem a preferência do projeto pelos agricultores enquadrados como periféricos, ela é apoiada por 25%, porção ilustrada pela seguinte frase:

“Bom, isso tem muita importância para a comunidade (Projeto) visto que vem ao encontro principalmente dos... das famílias mais carentes, e nós temos muitas destas famílias que precisam muito auxílio, das próprias instituições governamentais”.

Agricultora 7, 23 anos – Transição 2

Ao longo do processo, esse entendimento do público prioritário vem aumentando, o que pôde ser comprovado no momento de priorização das ações do projeto, onde foi votada pelos representantes, como prioridade, as reformas de moradia e saneamento ambiental das **famílias mais necessitadas**.

Quanto à questão do recurso financeiro, percebe-se que os agricultores ficaram paralisados com a possibilidade de consegui-lo, o que impediu que fossem

em busca de resolver seus próprios problemas, e se responsabilizassem por sua solução.

A metodologia do projeto prevê, contudo, a mudança de atitudes das pessoas envolvidas, dos animadores do projeto que começam a aprender a dividir o poder e a responsabilidade com as comunidades, e dos agricultores que estão aprendendo a assumir responsabilidades e, conseqüentemente a ampliar seu poder.

Quando questionados sobre a metodologia do projeto, a maioria dos representantes colocou as reuniões como sendo muito importantes, tanto pelo fato de reunir as pessoas para discutirem assuntos de seus interesses, como para motivar o grupo.

Acredito neste projeto e vejo que em todas as reuniões a gente aprende alguma coisa... por isso tudo é válido e sempre que posso participo das reuniões... a gente sempre leva alguma coisa para casa".

Agricultor 8, 48 anos – Periférico

"Bom, quanto à qualidade das reuniões, eu acho que é o grupo que faz a qualidade da reunião, vai depender do interesse, do empenho, do envolvimento de cada um para o bom desempenho da reunião. E os assuntos tratados, todos eles foram da maior importância. Tem os problemas, se não foram resolvidos ainda, foram levantados e discutidos e poderão um dia ser solucionados, os problemas levantados nessas reuniões".

Agricultor 5, 38 anos – Transição 1

Outro ponto importante do projeto está nas discussões realizadas durante as reuniões, onde não se tem um protocolo fechado de assuntos, sendo sempre discutido com os representantes, numa conversa aberta, quais os próximos passos, como se pode observar no discurso dos representantes, abaixo.

"De modo geral as reuniões foram ótimas, porque não chega ali com um programa totalmente pronto, são as pessoas que vão definir os próximos passos, as próximas idéias e tudo o que vai acontecer dentro do projeto".

Agricultor 6, 45 anos – Pluriativo

Apesar da maioria dos representantes relatarem a importância das reuniões, percebe-se na prática muitas críticas à quantidade de reuniões realizadas, principalmente relacionada à falta de ação com relação aos problemas levantados. No entanto, essa crítica não surgiu no momento de realização das entrevistas, fato possivelmente atrelado ao fato da entrevistadora ser também animadora do projeto. Essa crítica surge em conversas informais com os representantes e com os demais

agricultores, bem como através de reclamações levadas ao Prefeito, Secretário da Agricultura e demais técnicos da Secretaria da Agricultura.

O extensionista local porém faz uma crítica um pouco mais dura e realista às reuniões, numa reflexão do seu próprio trabalho, pois muitas vezes, quando sente que os agricultores estão desestimulados, faz uma reunião para estimular o grupo, mas, nem sempre faz um planejamento adequado e muitas vezes reúne o grupo sem uma finalidade definida. A seguir, tem-se o depoimento do extensionista que confirma o exposto:

"As reuniões (rs), olha, as reuniões deviam ser mais bem planejadas, não tantas reuniões e ter um objetivo bem claro, a reunião tal tem esse objetivo, vai ser feita em tal época, porque às vezes é feita a reunião sem muita finalidade bem definida, só para fazer. Mas de modo geral as reuniões foram muito boas".

Como esse projeto é piloto e muitas metodologias estão sendo desenvolvidas e criadas ao longo do seu desenvolvimento, bem como os atores estão se capacitando frente a essa nova postura, há uma tendência natural de demora, pois o processo de construção de um projeto leva um tempo muito maior do que um processo apenas de execução, e é através dos erros, acertos, avaliações e decisões que o processo avança, mesmo que lentamente.

Um ponto importante de se ressaltar é que algumas reuniões foram realizadas pela própria comunidade, sem a presença dos animadores, por iniciativa dos representantes da comunidade. Numa dessas reuniões uma comunidade discutiu a questão da conclusão do Centro Comunitário, colocando inclusive em ata uma reivindicação de ajuda financeira através da Prefeitura e do Microbacias. Os grupos Econômico, Social e Ambiental também se reuniram por iniciativa própria, às vezes chamando os animadores, outras sozinhos. Porém, o que se percebe é que eles têm se reunido na medida em que são pressionados pelos animadores para que o façam, excluindo-se o caso do Centro Comunitário, acima citado, onde os próprios moradores tomaram a decisão.

Um ponto interessante nos trabalhos é a questão da definição do território, havendo uma não coincidência entre microbacia e comunidade. Verifica-se que os agricultores não têm presente a noção de microbacia e sim a de comunidade, sendo esta última muito ligada pelos vínculos sociais existentes. A microbacia se torna

importante para a questão ambiental (seria melhor ainda a noção de bacia), no entanto com relação a questão social, a comunidade apresenta fortes laços comunitários locais, por isso se torna tão importante. Já com relação a questão econômica, esta ultrapassa as barreiras comunitárias e municipais.

Nossa pesquisa indica que se a metodologia do projeto fosse utilizada na escala de comunidade, esta seria legitimada pelos seus moradores, havendo uma maior participação. Quando os representantes se reúnem, muitas vezes discutem problemas de outras comunidades, que não são a sua, o que lhes parece abstrato, frente aos problemas que poderiam estar discutindo, relevantes à sua comunidade.

Muitos representantes colocam a questão do tempo como fator limitante para participarem. Se esse tempo fosse utilizado para discutir os seus problemas ao invés dos problemas das outras comunidades, seria mais bem aproveitado e aceito pelos representantes. Então se reuniriam todos para discutir ações com relação aos problemas comuns a todas as comunidades.

Ainda sobre a metodologia, no momento de montar o Plano da Microbacia, como passaram dois anos desde o momento em que as reivindicações das comunidades haviam sido levantadas, os representantes sentiram a necessidade de voltar para as comunidades com o objetivo de revê-las, pois muitas já haviam sido solucionadas e outras haviam surgido, o que demonstra um amadurecimento por parte do grupo, em busca das melhores propostas de trabalho, bem como um maior envolvimento com as soluções dos problemas levantados.

Sendo assim, tem-se observado que as metodologias participativas utilizadas pelo projeto, bem como a responsabilização da comunidade, envolvida com seu processo de desenvolvimento, tem estimulado a participação dos diversos atores sociais. Embora muitos agricultores ainda estejam esperando do Microbacias, das entidades e/ou instituições a mudança para a sua situação, começa a haver nas comunidades, gradativamente, um amadurecimento dessa visão no sentido de um maior envolvimento dos atores locais no desenvolvimento do projeto. Essa participação tem aumentado à medida que os agricultores passam a sentir-se parte do processo, não apenas esperando os resultados, mas agindo para que estes sejam alcançados.

3.3 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES AO LONGO DO PROCESSO

Uma das principais dificuldades enfrentadas durante o processo tem sido o desânimo das pessoas envolvidas, que está muito ligado à questão do imediatismo e do despreparo dos atores sociais frente a um trabalho dessa natureza.

De acordo com o extensionista, no início das atividades do projeto, em março de 2001, os agricultores estavam bastante estimulados e interessados, tanto pelo fato de ser uma novidade na região como pela esperança na mudança da sua situação. No entanto, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos esse ânimo inicial foi caindo, dando espaço ao pessimismo e desconfiança, principalmente porque os resultados demoram a surgir. O depoimento do extensionista ilustra o exposto:

"A percepção é maior com relação ao desânimo. A gente vê que logo após algumas atividades, o conjunto se estimula para continuar o trabalho e depois de algumas semanas ou meses, o grupo volta a cair de novo naquela incerteza. Na verdade eles ficam ouvindo muito o vizinho que tem o pensamento negativo, dizendo que nada funciona, as coisas do governo não dão certo, aquela coisa toda, própria das comunidades rurais do Brasil. Então a nossa função no projeto é cortar esses pensamentos, que se você não percebe, eles tomam conta, né, e... nas próprias reuniões a gente vê que o grupo chega pensando de uma forma e depois já volta com a esperança".

A demora dos resultados está ligada a dois pontos, um é a questão do imediatismo e outro é a questão de que os agricultores esperam (foram acostumados a agir assim) que o desenvolvimento desse projeto venha de cima para baixo, como tem sido a maioria dos projetos realizados na região. Sendo assim, os agricultores têm dificuldades em assumir o projeto como sendo seu, de seu interesse. Os representantes colocam que a conscientização dos agricultores de suas responsabilidades torna-se muito importante para o desenvolvimento dos trabalhos, o que pode ser visualizado no seguinte depoimento:

"As dificuldades que primeiro nós observamos foi o início, o difícil acreditar que vai dar certo, segundo a falta de preparo das pessoas para enfrentar um projeto desses, que já estão muitas vezes envolvidas com outros projetos e com o trabalho de conscientização, e o fazer acreditar, através de exemplos e buscando juntos, a população, a opinião e o fato

que a própria comunidade está montando o projeto, acredito que vai melhorar em muito e diminuir umas dificuldades”.

Agricultor 5, 38 anos – Transição 1

Neste depoimento, também se percebe a dificuldade frente ao despreparo dos atores sociais para um projeto participativo, pois habitualmente os agricultores participavam apenas utilizando ou aceitando aquilo que outros (geralmente técnicos e/ou políticos) haviam decidido, o que, de acordo com a tipologia de PINHEIRO et. al (1997), seria uma participação que varia entre a forma passiva e a consultiva. Como a proposta do projeto está baseada numa lógica mais participativa, aproximando-se de uma participação interativa, segundo classificação de Pinheiro, esse despreparo dos atores sociais acaba refletindo na sua ação frente o projeto.

“A pior dificuldade que eu acho que está acontecendo no projeto é fazer com que as pessoas aceitem...e falarem ah! que vão tocar o projeto para frente. Eles sempre ganharam um projeto pronto, um pacote que vinha do estado e dava até 500 reais por pessoa e pronto! Não mudava a vida delas”.

Agricultor 6, 45 anos – Pluriativo

De acordo com os representantes, os agricultores estão esperando que o projeto venha lhe dar algum benefício, como outros projetos na região (por exemplo, o Projeto Geração de Renda – do Governo Estadual, mais conhecido como programa de reflorestamento, onde o agricultor planta as árvores e recebe uma ajuda mensal em dinheiro). Sendo assim, para os agricultores basta se cadastrar no Microbacias e participar das reuniões para ganhar a “ajuda”, sem se comprometer com o desenvolvimento da região e sem mudar a sua situação, apenas recebe o dinheiro e fica esperando o próximo programa do qual irá se beneficiar.

No entanto o projeto não é uma simples doação de dinheiro, e sim uma proposta de mudança onde o envolvimento de todas as famílias é de fundamental importância para o seu sucesso. Mas para isso exige das pessoas envolvidas dedicação, esforço e persistência, pois os resultados dependem da ação de todos. Nas reuniões de comunidade, praticamente todas as famílias participaram, levantando e discutindo seus problemas, no entanto, faltou na metodologia utilizada trabalhar com as causas dos problemas, bem como delegar responsabilidades para que os próprios agricultores fossem em busca de resolve-los.

De acordo com o extensionista:

Às vezes os problemas são levantados, mas na hora de resolver fica aquela questão, para hoje, para amanhã e existe um certo protelamento para resolver os problemas que a comunidade levantou".

Esse protelamento para resolver os problemas que foram levantados pelas comunidades⁴⁵ acabou acontecendo, primeiro, porque ficou se esperando os recursos do Microbacias para resolver parte deles; segundo, porque se esperou que a Prefeitura os solucionasse, e terceiro, porque a própria comunidade pensou que bastava levantar os problemas e eles seriam "milagrosamente"⁴⁶ resolvidos.

Outro fator que prejudicou o andamento dos trabalhos foi o fato de o ano de 2002 ter sido um ano eleitoral, havendo mudanças na administração estadual. Até os governantes se estabelecerem em seus cargos e tomarem conhecimento do projeto Microbacias, foram alguns meses, o que fez muita diferença, principalmente nas indefinições sobre a continuidade dos trabalhos e na dependência de convênios e definições em nível estadual. Como os animadores do projeto dependiam dessas definições, muitas vezes não tinham respostas para dar aos agricultores, que cada vez mais se sentiam desestimulados e passaram, em certos momentos, a desacreditar o projeto. O depoimento do extensionista local demonstra essa angústia, em forma de desabafo:

"O projeto, de outubro de 2002 à maio de 2003, praticamente oito meses ficou parado, então nós até tínhamos um pouco de receio de falar muito do projeto nas comunidades porque nós sabíamos das dificuldades do governo em entender o que é o Microbacias".

"Na verdade às vezes a gente pensa que o governo está brincando de fazer projeto né, nas comunidades eles ficam brincando com os agricultores dizendo que vai acontecer isso, vai acontecer aquilo e nós que estamos aqui, na ponta da vara, estamos aí para equilibrar".

Apesar do extensionista levantar a questão da demora e indefinições do Microbacias, muitas definições em nível das comunidades não dependiam do projeto, como é o caso dos problemas de saúde e de serviço de máquinas, entre outros. O fato dos problemas não terem sido levados adiante, após sua constatação, também está relacionado à dificuldade de ação dos atores sociais, para a continuidade do processo de planejamento. O próprio extensionista faz essa

⁴⁵ Foram levantados na metade do ano de 2001, ou seja, há dois anos.

⁴⁶ Por milagrosamente entende-se aqui, sem o esforço que cabe a cada um para que as coisas aconteçam.

reflexão, no entanto, volta a comentar a questão da dependência dos fatores externos (Município, Estado...):

A coisa aqui nem sempre é fácil né, mas eu acho uma experiência muito interessante e ali é que você sente, porque fazer planejamento é fácil, a questão agora que eu vejo mais difícil é executar, daí depende de muitos fatores que a gente não tem controle né, fatores exteriores, Município, Estado, Federação, algumas coisas não se tem controle, essas são as dificuldades".

Há muitos problemas que poderiam estar sendo trabalhados na microbacia, como o acesso ao crédito rural, o uso indiscriminado de agrotóxicos, as poucas alternativas de renda, a não-agregação de valor aos produtos, a falta de planejamento das propriedades, a baixa profissionalização; que não dependem da espera de decisões em nível estadual ou regional. No entanto, se não houver uma ação para o desenvolvimento das pessoas envolvidas e de suas habilidades, qualquer projeto de transformação estará condenado ao fracasso.

3.4 A BUSCA DOS RESULTADOS COMO FATOR MOTIVADOR DA PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES

Em um projeto de desenvolvimento torna-se muito importante para a participação e envolvimento dos atores sociais analisar quais os resultados que já foram alcançados desde o início do desenvolvimento dos trabalhos, pois quando ficam centrados apenas nos problemas, as pessoas tendem a se desanimar porque problema já pressupõe algo negativo. No entanto, mais importante do que analisar os resultados é analisar de que maneira eles foram conquistados.

Ao analisar-se um problema, como por exemplo, a necessidade de construção de um centro comunitário de uma comunidade qualquer, e deparar-se com a obra concluída após algum tempo, de imediato se pensaria que esse acontecimento foi muito importante e interessante para a comunidade, e de fato foi. Contudo, para comprovar se realmente esse resultado foi positivo para o **desenvolvimento da comunidade**, a análise deveria se basear não apenas no resultado final, senão na maneira em que esse resultado foi alcançado. Ou seja, se o centro comunitário simplesmente foi construído pela prefeitura, sem o

envolvimento dos moradores, ou se os próprios moradores construíssem o seu centro comunitário, mesmo com ajuda da prefeitura, o resultado final seria o mesmo: o centro comunitário concluído. No entanto a diferença está na participação e no envolvimento das pessoas. Quando se ganha algo, sem esforço, geralmente não é valorizado, ao contrário de quando se conquista algo que foi fruto de seu próprio esforço.

Quando questionados sobre os resultados que as comunidades já obtiveram com o desenvolvimento do projeto, percebe-se que os agricultores em geral não visualizam nenhum resultado, porque até agora não foi aplicado o recurso, sendo assim, na visão deles, as ações do projeto até agora foram apenas as reuniões de comunidade. No entanto, muita coisa está acontecendo na região, sendo mais visualizada pelos representantes, pelo fato de estarem participando mais ativamente do processo.

Sendo assim, como resultados, podemos citar a mobilização dos agricultores para desenvolver um resgate histórico-cultural da região, através de relatos, fotos e materiais que serão recolhidos para exposição permanente na Casa da Memória, localizada na comunidade de Nova Teutônia. Os representantes estão fazendo um levantamento dos cursos de maior interesse dos moradores da microbacia para trazê-los na região. Estão trabalhando no resgate de duas festas “perdidas nas comunidades”, que são a festa natalina e o baile de final de ano. Quanto aos assuntos relacionados à saúde, houve uma conversa preliminar com a Secretaria Municipal de Saúde para tratar de assuntos discutidos nas reuniões dos agricultores, que se colocou à disposição para maiores esclarecimentos, bem como para trazer na microbacia uma palestra de motivação e auto-estima, em conjunto com uma psicóloga e uma fisioterapeuta. Com relação aos medicamentos no posto, havia muita reclamação da falta destes, o que hoje já está solucionado. Outra reclamação constante era o pouco tempo de permanência do dentista na comunidade, sendo que, agora, ele permanece por mais tempo. Algumas comunidades conseguiram linha telefônica, através de sua organização. Com relação à educação, no início dos trabalhos na microbacia, não havia segundo grau na escola de Nova Teutônia, uma reivindicação conquistada a partir das reuniões de comunidade.

Embora a maioria dos agricultores esteja esperando o recurso financeiro e não perceba que todos os resultados acima citados foram conquistados através da

organização da comunidade, os representantes já visualizam estas conquistas como resultado do projeto, conforme pode ser visualizado nos seguintes depoimentos:

"Bom, os resultados que pudemos notar é a união das pessoas e poder resolver muitos problemas sem recursos financeiros, pra organização, e a esperança de dias melhores dentro do programa que lá estamos desenvolvendo".

Agricultor 5, 38 anos – Transição 1

"Alguns problemas que a comunidade levantou já foram resolvidos pela própria comunidade, pela iniciativa de fazer as reuniões né, o pessoal já se mobilizou e começou a realizar já alguns problemas".

Agricultor 6, 45 anos – Pluriativo

Sendo assim, apesar da espera dos atores sociais para que alguém solucione os problemas levantados (através do recurso do Microbacias, Prefeitura entre outros), nos depoimento acima percebe-se que os representantes comentam que já se conseguiram algumas coisas sem o recurso do projeto, devido principalmente, ao envolvimento das comunidades com estes problemas.

Levando-se em conta os problemas que já foram resolvidos pela comunidade, um fator importante que contribuiu para isso foi a divisão destes em grupos (econômico, social e ambiental), bem como, a divisão dos representantes dentro desses grupos, o que acabou por delegar responsabilidades a todos, sendo chamadas outras pessoas das comunidades para ajudarem na solução dos problemas levantados.

O extensionista cita como resultado positivo com o andamento do projeto a esperança das pessoas em melhorar suas condições de vida, através de trabalhos em grupo, que antes parecia impossível e agora já está despertando nas comunidades:

"Eu vejo que alguns já criaram estímulos, criaram estímulos para continuar residindo e tendo uma esperança de melhorar as condições de vida. A grande maioria dos moradores das comunidades, pelo menos aqueles que até agora participaram, me parece que isso veio trazer uma nova esperança e a criação de estímulos para que eles continuem na atividade e até inventem ou discutam ou vão à procura de outra atividade. Uma coisa que está despertando, me parece, nas comunidades é a possibilidade de se fazer algumas atividades em grupo, que é alguma coisa que nem se cogitava antes".

Com a vinda do facilitador na microbacia, a partir de outubro de 2003, estão sendo realizados os planejamentos das propriedades, onde cada família conversa com o técnico sobre seus anseios futuros, e em conjunto discutem a melhor solução com base em cada realidade.

Também estão sendo trabalhados nas comunidades grupos de atividades afins (como bovinocultura leiteira, ovinocultura, fruticultura, derivados da cana-de-açúcar, ovos, entre outros). Os produtores estão organizando suas atividades dentro e fora da propriedade, onde participam de excursões, cursos e reuniões de planejamento com os demais produtores para organizarem a produção e comercialização.

3.5 VISÃO DOS ATORES SOCIAIS COM RELAÇÃO A SER PROJETO-PILOTO

Um projeto-piloto é aquele onde se desenvolve algum trabalho, que ainda não foi realizado em outro local, com o objetivo de testar algum experimento, metodologia, proposta de ação, entre outros. Sendo assim, analisar como os atores sociais se sentem num projeto desta natureza pode ajudar a compreender sua visão com relação ao trabalho que estão desenvolvendo, permitindo-lhes refletir sobre sua participação no projeto.

A microbacia tem recebido várias visitas de atores sociais (prefeitos, vereadores, técnicos, agricultores) de outros municípios que irão desenvolver o projeto, na busca de experiências que possam colaborar com seus trabalhos. Os animadores, juntamente com alguns agricultores da microbacia também têm ido expor o trabalho do projeto-piloto em outras regiões do estado, o que tem gerado muitos estímulos para a continuidade do projeto, principalmente pelo fato de que à medida que se apresenta o trabalho, possibilita aos agricultores e animadores reviverem o que já foi realizado e perceberem o quanto essa experiência é valorizada pelos outros municípios que estão iniciando seus trabalhos.

A visão que os agricultores têm do fato de estarem desenvolvendo um projeto-piloto reflete muito, conforme os depoimentos, o que foi discutido com relação aos principais resultados e dificuldades, apresentados anteriormente. Com

relação ao projeto foi perguntado aos representantes como eles percebiam o fato de estarem desenvolvendo um projeto-piloto, onde não havia um caminho pronto a ser seguido, ou seja, os próprios atores estariam em busca desse caminho. A maioria respondeu que via isso tanto como uma oportunidade de aprendizagem, como também uma grande responsabilidade para que desse certo.

"Eu até acredito que dá pra dizer que foi uma coisa importante para nós da comunidade, porque na realidade é... esse grupo é o primeiro grupo, vai ficar na história, eles vão ficar com o trabalho em que outros grupos vão se basear e vão fazer da forma que a gente mais ou menos fez".

Agricultora 7, 23 anos – Transição 2

"Eu acho que aí se cria e se busca experiências, aprender a fazer fazendo, se tem que correr, como se diz, atrás da máquina, buscar informações para depois entrar em ação".

Agricultor 1, 43 anos – Consolidado

"Eu acho que isto é muito importante né, se a gente consegue fazer um trabalho bem feito, é pra nós mesmo um motivo de orgulho, porque a gente tá largando na frente, eu acho que vai ser mais difícil para nós, mas nós vamos acertar".

Agricultor 2, 45 anos - Consolidado

É claro que estes discursos acima refletem muito o que lhes foi falado desde o início do projeto, pelos animadores, numa forma de motivar os moradores a participar. Falou-se que seria uma tarefa difícil, mas que a microbacia seria a pioneira no desenvolvimento dos trabalhos, e que o sucesso desses dependia muito do envolvimento de todos os atores sociais. O extensionista local colocou que, fazer parte de um projeto-piloto é um grande desafio, ao mesmo tempo é muito gratificante, porque trabalha mais com o desenvolvimento das capacidades humanas, o que pode ser observado em seu depoimento:

"Eu vejo que é uma grande diferença assim, eu participei do projeto 1, e como ele era um projeto bem diferente, o agricultor fazia uma prática e recebia um incentivo do governo né, e esse aqui é diferente, tem todo um trabalho de base, é um trabalho mais de crescimento de família e de formação individual de cada um. Então ele é um trabalho bem mais gratificante, que exige dos técnicos muita capacidade e muito estudo".

Nesse relato do extensionista local fica clara a diferença dos trabalhos realizados pelo projeto Microbacias 1, com relação ao Microbacias 2, discutido

anteriormente no capítulo 2, bem como a dificuldade de se trabalhar com as pessoas, exigindo muito estudo (neste caso, não agrônômico, mas sociológico). Essa dificuldade encontrada pelos técnicos, está muito relacionada com a questão de sua formação na graduação, onde comprovamos o que CVALET (Sd) coloca sobre a fragilidade no campo social, das faculdades de Agronomia.

Os agricultores, quando indagados sobre as sugestões que dariam às comunidades que iriam iniciar o projeto colocaram como um dos pontos que a paciência e a persistência devem estar presentes em todas etapas do processo, o que pode ser observado no seguinte depoimento:

“Ah eu digo assim que deve pegá e fazer e não desistir, porque isso é igual quando a gente quer construir alguma coisa, se constrói até a metade e vai parar, tu nunca vai ter nada, então eu também já teve momentos que eu duas ou três vezes faltei, porque eu tava desanimado, mas agora, eu comecei, e eu vou sempre, porque eu disse agora temos que ir até o fim, nós temos que ir lutando e acreditar em quem nos fala, eu tenho certeza que vamos ter resultado, e...as mesmas coisas tem que falar para os outros”.

Agricultor 2, 45 anos - Consolidado

Nesse depoimento, o agricultor deixa uma chave para a questão da participação, no momento em que diz que deixou um tempo de participar porque andava meio desanimado. Sobre isso, um dos grandes desafios constatados ao longo do desenvolvimento do projeto foi a questão do imediatismo, ou seja, o desejo que as transformações ocorram de uma hora para outra, tanto por parte dos agricultores como dos animadores, e não sendo possível essa mudança imediata e fácil, os atores sociais acabam se sentindo desanimados, muitas vezes querendo desistir, o que já foi discutido anteriormente no item das dificuldades do projeto.

Quando se compreende que o processo é lento e que as mudanças ocorrerão à medida que cada ator for fazendo a sua parte, lutando para que o projeto dê certo, e acreditando em suas capacidades, os atores voltam a se animar, buscando nisso, forças para sua luta diária. O depoimento abaixo descreve o exposto:

“Não esperarem que todos os problemas estarão resolvidos porque demora e depende muito da comunidade para que isso aconteça”.

Agricultor 8, 48 anos – Periférico

No entanto, apesar do depoimento reforçar que a solução da comunidade depende muito mais da própria comunidade, que deveria ser a maior interessada na

solução dos seus problemas, ele não reflete a opinião da maioria dos agricultores, que ainda estão esperando por agentes externos. Como os resultados são em prol do desenvolvimento das comunidades, foi relatada pelos agricultores a importância da união das pessoas envolvidas, porque geralmente poucas pessoas estão trabalhando para que o projeto dê certo, enquanto a maioria espera pelos resultados.

“As dicas que daria, em primeiro lugar a união da comunidade e ter boa vontade para o trabalho. O trabalho muitas vezes ele é árduo, ele é complicado, mas tem resultados positivos, pois se trabalha com o objetivo de se buscar resultados para a comunidade”.

Agricultora 7, 23 anos – Transição 2

Essa espera pela vinda dos resultados está ainda muito relacionada à questão do recurso financeiro, debatida anteriormente, mas que reflete a dificuldade encontrada no caso da microbacia-piloto. Por isso, o depoimento abaixo do agricultor, quando indagado sobre o que diria às comunidades, reforça a questão do dinheiro:

“Primeiro muita paciência, não esperar só o dinheiro. Isso também vale quando forem apresentar e falar sobre o projeto para as comunidades. Não falar de dinheiro, que vem tanto... mas sim falar dos benefícios que o projeto pode trazer para a comunidade”.

Agricultor 8, 40 anos – Periférico

A participação de todos os atores sociais também foi levantada como sugestão, o que reflete o reconhecimento da sua importância no projeto:

“A sugestão que eu daria é a de sempre envolver o máximo todos os agricultores, e principalmente as mulheres, idosos, a família e o público em geral. Pedir para que venha pelo menos 2 a 3 pessoas dentro de uma mesma família”.

Agricultor 4, 38 anos - Periférico

“Recomendo que se busque a participação de todos, independente de idade, de sexo e façam dessa participação o grande projeto esperado pela região, dentro das propriedades, das deficiências encontradas e para que busquem o desenvolvimento dos municípios e de todas as empresas que sugam destas comunidades o capital apenas e, trazendo de volta um pouco daquilo que eles levaram, principalmente dentro da área social”.

Agricultor 6, 45 anos – Pluriativo

Os agricultores em seus depoimentos relatam a importância da participação de toda a família no projeto. Esse envolvimento da família torna-se muito importante,

pois se tem observado que nas reuniões de comunidade, em uma vem o pai, na outra já participa a mãe, na outra o filho, e assim por diante. Como o trabalho é contínuo e os membros da família não conversam detalhadamente sobre o que foi discutido nas reuniões, existe uma dificuldade de entendimento do processo. O mesmo não ocorre nas visitas de planejamento da propriedade, pois se procura fazer a discussão com toda a família. Uma das diferenças é que as visitas são realizadas no local de trabalho do agricultor, enquanto as reuniões exigem do agricultor um deslocamento, sendo que muitas vezes uma pessoa da família tem condições de ir para a reunião pelo fato de que outras pessoas ficaram na propriedade para cuidar das atividades.

Já o extensionista local, a respeito das sugestões que daria para as pessoas que iriam começar o projeto agora, direcionou sua opinião aos técnicos que irão animar esse processo, dando o seguinte depoimento:

"Sugestões? Estudar muito. Assim, basicamente começar com a parte do desenvolvimento humano, pessoal e esquecer um pouco a questão dos recursos do projeto. Então procurar motivar a comunidade, estimular a participação de dois a três líderes por comunidade e também a participação de alguém da prefeitura, temos que fazer um trabalho em parceria né. E estudar muito essa parte de sociologia, é uma coisa que o profissional tem muita deficiência hoje, e tentar se formar um pouco nessa área para depois tentar levar para o grupo para que o grupo assuma o projeto como uma atividade deles, atividade mais da comunidade que da empresa. Se o profissional conseguir isso, é uma coisa difícil né, mas é um processo que cada um vai, dentro de sua realidade, vai tentar executar".

No depoimento do extensionista, percebe-se, além da dificuldade do trabalho, devido sua formação técnica (já comentada anteriormente), a dificuldade dos agricultores acreditarem que o projeto seja uma atividade deles. No entanto, será que o projeto é realmente deles? Poderia-se dizer que não e que sim. Não porque esse projeto não surgiu dos agricultores, sendo colocado a eles como uma proposta de ação conjunta, mas que partiu de outras instâncias (governo, técnicos...). Por outro lado, o seu desenvolvimento ocorre nas comunidades, com base na realidade de cada uma, com a participação dos agricultores, o que se poderia dizer que também é um projeto deles. Não cabe aqui ficar discutindo de quem é o projeto, porém, tem-se observado que na medida em que a comunidade passa a assumir o projeto como sendo seu, o envolvimento desses atores sociais tende a aumentar, o

que pode estar estimulando a participação, de acordo com o que PINHEIRO et. al (1997) colocam como divisão de poder e responsabilidades.

3.6 A PARTICIPAÇÃO NA VISÃO DOS ATORES SOCIAIS

No capítulo 2, procurou-se analisar como a participação está inserida nas ações do projeto Microbacias 2, no entanto, para entender de que forma a participação acontece em nível de comunidade, sentiu-se a necessidade de verificar como está a visão dos atores sociais em relação ao tema. Sendo assim, quando indagados sobre como está a participação dos agricultores, as opiniões dos representantes se dividem. Alguns respondem positivamente e outros de forma negativa. A participação está bastante atrelada à esperança das pessoas na melhoria de sua situação. Sendo que para a maioria dos agricultores a participação é colocada como sinônimo de presença em reuniões, embora alguns já manifestem a relação com a disposição das pessoas a discutir seus problemas e agir em busca de uma melhor qualidade de vida.

Na opinião dos representantes, muitas pessoas estavam esperando o dinheiro do projeto, e com a demora, acabaram desanimando e conseqüentemente desacreditando o projeto, o que tem influenciado na baixa participação:

“(a participação) Ainda está fraca. O pessoal está esperando o dinheiro, porque isso foi falado no início, que vinha tanto para cada um e então eles estão esperando e acham que está demorando, por isso muitos estão desanimados e não acreditam no projeto, já passaram dois anos e nada do dinheiro”.

Agricultor 8, 48 anos – Periférico

“O fato de estarmos na expectativa de chegada dos recursos e melhorias concretas, tenho certeza de que o ânimo das pessoas vai fazer participar cada vez mais nas reuniões e a participação na comunidade também como um todo”.

Agricultor 10, 40 anos – Transição 2

Sendo assim, observa-se que a participação está muito ligada à vinda dos recursos e à esperança de se conseguir alguma ajuda financeira, ou seja, as pessoas participam por interesse pessoal, o que também pode ser observado no depoimento de um agricultor, quando indagado sobre a importância da sua participação.

“Eu estou muito interessado em adquirir alguma coisa para minha família, porque com tudo aquelas crises, que a gente tem, filhos e...gostaria de mudar para melhor sempre, e eu tô... pensando que nós vamos conseguir algum dinheiro para melhorar a atividade na família e na comunidade”.

Agricultor 2, 45 anos – Consolidado

Esse depoimento retrata a visão da maioria das pessoas da microbacia, em participar para conseguir algum benefício particular. Os próprios representantes têm essa visão, que pode ser comprovada no momento em que questionam o público alvo do Microbacias (analisado anteriormente). Nos seus discursos⁴⁷, os representantes citam que estão trabalhando desde o início do projeto, para depois os outros ganharem o dinheiro; o que demonstra que a possibilidade de ganhar algum recurso é um dos fatores que os têm movido a participar, ou até, pode-se dizer, o principal.

No entanto, a participação em um clube, em uma associação, em um conselho, ou em qualquer ambiente, pressupõe que haja interesse particular do participante. Ninguém participa de um conselho, por exemplo, se não sentir a vantagem que há com relação a não participar. Ninguém irá despendar tempo, paciência, tranqüilidade, para participar de alguma coisa que sob sua visão não lhe traga benefício algum. O fato é que alguns agricultores que não estão participando provavelmente não percebiam os benefícios de sua participação para o seu desenvolvimento e o de sua comunidade.

A questão a ser discutida é que a participação esteja vinculada apenas ao recurso financeiro e não a uma proposta de desenvolvimento da comunidade, onde além da possibilidade de vinda deste recurso, estaria relacionada ainda a melhoria das pessoas e do ambiente onde atuam. Participar apenas para receber um dinheiro, sem provocar mudanças, reforça a questão do paternalismo, reafirmando a dependência que foi criada ao longo de décadas, que vem a se confirmar quando observamos que os agricultores ficam esperando do governo (municipal, principalmente) a solução dos seus problemas.

⁴⁷ “Nós estamos trabalhando, se reunindo, para depois “eles” (periféricos) ganharem o dinheiro”. “Eles” sempre ganham tudo, e nós que sempre trabalhamos vamos ficar mais uma vez de fora.”... hoje são os que não se preocupam com nada (periféricos), são os que vão receber, e nós ficamos fora, a gente tá em dúvida”.

Além da participação atrelada à vinda dos recursos financeiros, tem-se a questão de que os agricultores consideram a participação como sinônimo de presença em reuniões. Quando se pergunta aos representantes como está a participação, eles respondem que está boa porque quase todas as pessoas comparecem nas reuniões.

“Eu acredito que a participação das pessoas na microbacia assim, ela tá relativamente boa, porque... porque toda a vez que a gente convoca uma reunião sempre, quase todas as pessoas comparecem, tanto nas reuniões da ADM, quanto nas reuniões do grupo, e também nas reuniões comunitárias”.

Agricultor 11, 34 anos – Consolidado

“Acho que está razoável, vê tá bom né o pessoal está bastante entusiasmado, com bastante esperança, participando. Sempre que se comunica que vai ter reunião o pessoal participa. Em nível de comunidade tá razoavelmente”.

Agricultor 1, 43 anos - Consolidado

Sendo assim, as pessoas pensam que apenas a participação nas reuniões é suficiente para o seu desenvolvimento o que lhes tem isentado de assumir outras responsabilidades que não a de presença nas reuniões. Contudo, as reuniões de comunidade têm sido o único canal formal de participação direta aberto aos agricultores, sendo que, de forma representativa tem-se as reuniões do GAM e da ADM, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (que possui uma representante da microbacia) e a Comissão Coordenadora Municipal do Microbacias (que possui 4 representantes da microbacia).

No entanto, participação implica também em um processo informal. Essa informalidade é imprescindível porque as atitudes de uma população de uma comunidade não se formam nas salas de reuniões ou conselhos, mas no “boca-a-boca”, nas conversas entre vizinhos. Assim, a participação supõe na existência tanto de uma estrutura “formal”, composta pelos órgãos e canais oficiais de decisão, quanto uma estrutura “informal” de decisões, elaborada pela ação da população.

Pelo fato da participação dos agricultores geralmente acontecerem nas reuniões de comunidade e nelas ter-se discutido basicamente o objetivo do projeto, bem como, as necessidades dos agricultores, a participação acaba se tornando apenas de caráter consultivo, conforme classificação de PINHEIRO et al (1997), ou seja, os agricultores expõem seus problemas e ficam esperando que os técnicos e

políticos proponham as ações, com base nesse levantamento, como historicamente fizeram. Porém, não é esse o tipo de participação prevista na estratégia do Microbacias 2, onde os atores sociais interagem e discutem **em conjunto** as ações a serem desenvolvidas. Apesar da proposta do Microbacias ser diferente do que se tem feito nas últimas décadas, no que se refere à participação, poucos agricultores da Microbacia de Nova Teutônia a entendem desta forma. No entanto, embora a participação esteja muito ligada à presença em reuniões, para alguns (poucos) representantes, ela também tem sido colocada como uma maior conscientização das pessoas em relação a importância do projeto.

“Dentro da conscientização que a gente tá passando entre os habitantes das comunidades, está aumentando progressivamente a participação”.
Agricultor 10, 40 anos – Transição 1

Com relação à participação dos agricultores, os representantes relatam que ela tende a aumentar à medida que os agricultores passam a acreditar no projeto e que isso estaria muito ligado à vinda dos resultados. No entanto, apesar de já haver muitos resultados (relatados anteriormente), a maior dificuldade está nos agricultores visualizá-los. Sendo assim, quando indagados o porquê das pessoas não participarem, os representantes respondem, que um dos pontos é o fato de os agricultores não acreditarem no projeto, como pode ser notado a seguir:

“Bom, até o momento a gente nota desconfiança, é o pessoal não acreditar mesmo que saia do papel, eu tenho certeza que depois que começa acontecer as coisas, eles vão se envolver mais”.
Agricultora 7, 23 anos – Transição 2

“Aqueles que estão fora (que não estão participando)? Eles dizem assim né, vamo vê né o que acontece para acreditar nesta história né. Daí a gente diz assim: “mas nós que estamos tendo as reuniões, que estamos vendo, tem que acreditar, ter fé, nós estamos esperando e, nada assim... nada não cai do céu se a gente não ajudar (Entrevistador: você acha que eles estão muito desanimados?) eles tão mais desanimados que no começo”.

Agricultor 2, 45 anos - Consolidado

Nesse ponto, pode-se perceber que os agricultores, em geral, estão esperando que alguns resultados ocorram para começar a participar, confirmando o que DALLARI (1983) e HILLMANN (1974) colocam com relação à não participação das pessoas devido à impressão de ser inútil o esforço. Tanto que os representantes

colocam, que à medida que os resultados vão surgindo, a tendência é aumentar a participação.

Esse descrédito geralmente é influenciado porque o processo é lento e seus resultados não aparecem de forma imediata, e também porque há dificuldade por parte dos animadores, em mobilizar os agricultores para se comprometerem (assumirem responsabilidades) com o projeto. Essa dificuldade tem sua origem na formação dos profissionais (já discutida anteriormente), que não possuem um preparo para trabalhar com o desenvolvimento das pessoas das comunidades, num processo participativo, o que fica claro no depoimento do extensionista:

"Agora é um pouco mais lento e precisa um pouco mais de paciência de quem está planejando, esse trabalho participativo. A dificuldade maior está em nós, porque não sabíamos fazer isso, então a gente tem muita dificuldade de fazer esse trabalho com a participação efetiva das famílias. A gente veio, como eu já disse, de uma época que a lei, o pacote vinha pronto e simplesmente se executava e na verdade, em nível de município todos estão preparados para isso, para não ouvir a opinião e sim para executar alguma coisa que já vem pronta, sem ouvir a participação da base".

Neste depoimento, percebe-se que uma das conseqüências da forma de ação extensionista que predominou ao longo de décadas foi a desconsideração da contribuição que os agricultores poderiam dar para o seu desenvolvimento. Essa desconsideração que, segundo FREIRE (1980), ignora o homem como agente transformador do mundo, tem interferido nos processos participativos, pois suas raízes estão muito presentes, tanto na ação dos extensionistas, quanto dos agricultores. Dos extensionistas, porque sua ação ainda se encontra na possibilidade de controlar o processo de desenvolvimento de acordo com o que pensa e dos agricultores, na visão de que é mais fácil que alguém decida por eles o rumo desse desenvolvimento.

Outro ponto citado, em relação à não participação, encontra-se no fato das pessoas não terem interesse em dispendir o tempo necessário para participarem, o como ser comprovado em alguns discursos.

"É que nem né, muitas vezes, que nem hoje né, um dia bonito, eu penso assim, a gente tem que fazer as corridas, a gente não tem nada, é um dia bonito, muito serviço... a gente tem que ir, fazer a viagem e ainda querem saber... depois não ganha nada, e talvez os outros que não fazem nada vão ganhar né? Então a gente tá na dúvida".

Agricultor 3, 44 anos – Transição 1

“É que o povo não tá acostumado a se deslocar para participar de reuniões, mas aos poucos a gente vai mudando”.

Agricultor 4, 38 anos - Periférico

Nesses discursos fica claro que os agricultores não consideram as reuniões como parte do seu trabalho. Porém, percebe-se que à medida em que os agricultores vão se sentindo realmente parte do projeto, eles têm participado de forma mais ativa, pois, os interesses comunitários começam a fazer parte dos seus interesses particulares. Sendo assim, alguns representantes começam a ver na participação, uma grande oportunidade de crescimento e um incentivo que a comunidade está tendo para se capacitar e se tornar menos dependente para enfrentar as dificuldades.

“É uma oportunidade que a gente tem de fazer coisas diferentes na comunidade, tem famílias que têm condições de fazer as coisas diferentes, mas falta aquele incentivo, aquele empurrão e...não estão preparados para isto, mas agora como estão dando orientações, que eles vejam que eles acordem, e acreditem que vai melhorar”.

Agricultor 4, 38 anos – Periférico

Nesse depoimento, pode-se verificar o que DALLARI (1983) comenta sobre a motivação, onde é muito difícil um indivíduo sozinho descobrir que pode reagir e mudar sua situação e, para que a participação comece a se tornar um hábito, torna-se necessário que seja estimulada. No caso da microbacia de Nova Teutônia, têm-se buscado estimular a participação das pessoas nas reuniões e fora delas, principalmente para que os agricultores passem a discutir seus problemas, possíveis soluções, bem como, formas de ações, com uma menor dependência externa. Porém, essa participação tem ficado apenas em nível de discussão, pelo fato de que os agricultores vêem-se como coadjuvantes e não como protagonistas do processo de desenvolvimento. No entanto, um representante, quando indagado em que momentos a participação dos agricultores era importante, respondeu que deveria ser em todas as etapas do projeto.

“Eu acho que é importante a participação dos agricultores é... em todas as áreas do projeto, para que possa dar certo nós temos que ter a participação dos agricultores, porque depende deles, depende deles para o projeto dar bom”.

Agricultor 5, 38 anos – Transição 1

Nesse depoimento pode-se perceber que o agricultor coloca a participação não apenas no levantamento de problemas ou nas reuniões, mas sim em todas as etapas do projeto, desde a sua discussão, implementação e até na decisão de rumos. Também quando questionados sobre as pessoas que não poderiam deixar de participar do projeto, os agricultores são unânimes em colocar, além de toda a comunidade, que as autoridades e lideranças municipais não deveriam faltar.

“Pessoas que representem o município, que são pessoas do primeiro e segundo escalões do município e que fazem parte da comunidade, porque muitos assuntos estão relacionados a eles”.

Agricultor 6, 45 anos – Pluriativo

Quanto às reuniões iniciais de levantamento de problemas e priorização, os agricultores não gostariam que os políticos (como Vereador, Secretários Municipais, Prefeito, entre outros) participassem, pelo fato de que acabariam por intimidar a sua participação, pois muitos problemas estão relacionados com a administração municipal. No entanto, após a priorização, os agricultores fazem questão da presença dos políticos para que eles se comprometam com os problemas levantados.

Quando questionados quanto ao envolvimento das lideranças no projeto, os agricultores se dividem, sendo que para alguns a participação está boa, principalmente pelo apoio, da administração, que vem sendo dado ao projeto, porém, a maioria espera um maior envolvimento, principalmente com relação às agroindústrias locais.

“A parte política, com os políticos do município, eu acredito que estão se empenhando para que o projeto dê certo, com animação e entusiasmo para que as pessoas possam acreditar mais no projeto. E quanto às empresas, estamos ainda esperando que elas se envolvam mais, porque as dificuldades financeiras atingem diretamente as pessoas ligadas às empresas”.

Agricultor 5, 38 anos – Transição 1

“Eu gostaria que na comunidade tivesse um pouco mais de envolvimento das empresas, não só assim na questão de implantar suínos e aves, mas assim que elas pudessem dar uma qualidade social pras pessoas, muitas vezes as empresas se preocupam mais com sua produção, com sua parceria do que se preocupam com as próprias pessoas. Muitas vezes elas deixam as pessoas do lado social, e partem mais pra produção do seu produto”.

Agricultor 6, 45 anos – Pluriativo

Os depoimentos expressam claramente a insatisfação dos agricultores perante a participação das empresas integradoras da região no projeto, colocando em questão o modelo de desenvolvimento empregado pelas empresas, baseado apenas no aspecto econômico, em detrimento do social, principalmente, e também do ambiental. As empresas têm seu interesse voltado estritamente à questão da produção e produtividade, e só vão tratar de outros assuntos (como a questão ambiental, por exemplo) se estiverem comprometendo seus interesses.

As empresas foram convidadas a participar do Seminário Municipal do Microbacias 2, que contou com a presença destas, bem como de lideranças e técnicos do município. Nesse seminário houve uma explicação sobre os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos na microbacia e, portanto, todos os participantes têm conhecimento sobre o que está sendo realizado na região.

Com relação ao apoio que a prefeitura vem dando ao projeto, pode-se perceber a satisfação dos agricultores, principalmente, quanto à divulgação e animação. A opinião do Prefeito sobre o projeto, percebe-se, que é favorável, pois desde o início, tem assumido suas responsabilidades quanto às normas estabelecidas pelo Microbacias 2. Também contratou um técnico e disponibilizou-o para trabalhar na microbacia.

Um ponto importante a ressaltar é que muitos dos problemas levantados pelos agricultores podem ser resolvidos em nível de município, sendo que, algumas ações estariam a cargo da prefeitura executar, como é o caso da melhoria dos serviços de saúde prestados aos agricultores; estradas; entre outros. Mas, apesar da reclamação com a demora na execução das ações do projeto, por parte do Prefeito, muitas ações vêm ocorrendo apenas nos últimos meses.

Já o extensionista local, coloca que a participação das lideranças municipais é superficial e que muitos não entendem o projeto, porque não estão participando efetivamente dele.

"Na verdade essas agroindústrias e lideranças da sede, como é chamada pela extensão rural há cinquenta e poucos anos, eles têm uma participação superficial. A participação deles é aquela da reunião, aquela da reunião da Epagri, onde eles vão lá e batem palmas, discursam e dizem que está tudo certo, mas eles efetivamente não acompanham o trabalho, então, como eles fazem uma análise mais superficial e à distância, eles não têm assim, uma certeza do que realmente está ocorrendo".

Sendo assim, a maior participação no projeto tem sido dos moradores da região e dos animadores. Dentre os agricultores, uma fatia menor de pessoas têm participado mais ativamente das atividades que envolvem o projeto, discutindo, avaliando e projetando ações a serem executadas, que são os representantes das comunidades. Os representantes entendem sua importância no projeto como sendo as pessoas que vão animar as pessoas e trabalhar pelos interesses da comunidade.

“É preciso muita garra pois muitas vezes deixamos do trabalho em casa para participar das reuniões... é preciso acreditar e ter muita persistência”.

Agricultor 8, 48 anos – Periférico

“É importante porque a comunidade onde eu resido, está representada por pessoas indicadas pela comunidade, por isso é importante o que eles fazem em nome da comunidade para o desenvolvimento e todos, e verificam tudo naquela comunidade, tanto na área econômica, ambiental e social”.

Agricultor 5, 38 anos -Transição 1

“A importância dessas pessoas é como o alicerce da comunidade, elas vêm nas reuniões, e então têm a obrigação de ver, de repassar para as famílias, que muitas vezes não estão bem informadas, do que está acontecendo, então elas vão repassar estas informações, tirando um pouco das dúvidas dos próprios agricultores”.

Agricultor 6, 45 anos – Pluriativo

A representatividade entra na questão levantada por BOBBIO (1992) envolvendo o tema da democracia, sendo que, nesse caso, a democracia representativa passa a ter legitimidade dentro das comunidades, principalmente, pelo fato de os agricultores não disporem de tempo para participar de todas as decisões a eles relevantes, validando assim, a sua representação através das lideranças. Com relação a isto, o extensionista coloca que a representatividade é importante nas comunidades pelo fato de que nem todas as pessoas têm condições de participar em todos os momentos e em todas as etapas do processo e que grande parte do andamento dos trabalhos, depende mesmo é das lideranças.

“Bem, eu acho que, como não dá para trabalhar com todas as famílias, tem que trabalhar com lideranças ou representantes, como queira. Só que tem que ser uma participação masculina e feminina também. Na hora de discutir qual é a priorização dos projetos, o que deve fazer parte e principalmente na escolha das lideranças. Eles, como todas as unidades de produção não podem participar em todas as atividades, então eles indicam um representante e na hora em que a gente faz

reuniões de comunidade, aí sim a participação de preferência da família para dar sua contribuição".

A questão da representatividade se torna importante para o trabalho dos animadores, principalmente no que se refere a um menor desgaste e uma maior otimização do tempo, pois no caso da microbacia de Nova Teutônia, se não houvesse o grupo de representantes, todas as reuniões e discussões teriam que ser realizadas em sete vezes, uma em cada comunidade. A função dos representantes seria, neste caso, a de levar as discussões em nível de comunidade, o que não tem se verificado na prática, sendo que muitas vezes, as discussões acabam ficando apenas entre os representantes. Esse fato é verificado através da falta de entendimento geral da população da microbacia com relação ao projeto. Sobre isso, uma observação feita pelo extensionista pode também levar à conclusão de que as pessoas que mais têm participado (representantes), tanto das reuniões, quanto das decisões, estão mais estimuladas que o restante da comunidade.

"Nesses dois anos de trabalho, palestras, cursos e viagens, o conjunto está evoluindo, esse grupo de animadores que estão participando das atividades. Então a gente vê que esse grupo cresceu bem mais que os moradores da comunidade que não têm a participação efetiva nisso né".

No entanto, um dos pontos que tem ajudado para uma maior compreensão do projeto, e como um incentivo à participação do restante da comunidade, são as visitas individuais, onde são tiradas as dúvidas, pelo fato dos agricultores se sentirem mais à vontade em colocar seu ponto de vista, sem medo de expor seus sentimentos, e conseqüentemente, vão se dispondo a participar à medida que começam a sentir-se parte do processo. Esse tipo de ação tem preenchido a lacuna da falta de comunicação entre os agricultores e seus representantes. Porém, quando questionado aos representantes, por que a sua participação é importante para o projeto, estes respondem que o sucesso do trabalho depende de todos os envolvidos.

"A minha participação é importante como qualquer pessoa da comunidade. Se todos nós participar nós vamos conseguir realizar o projeto, não depende somente de mim, depende de todos, eu penso assim".

Agricultor6, 45 anos - Pluriativo

Os representantes, ao mesmo tempo em que colocam que sua participação é fundamental no processo, também o dizem sobre a participação de todos os agricultores da microbacia, reconhecendo que cabe a cada um o esforço necessário para o desenvolvimento das comunidades. Mas, a mesma relação, não ocorre na prática, onde as discussões em geral estacionam nos representantes. Esse fato possivelmente ocorra por dois motivos, o primeiro, pelo modo de escolha dos representantes (inicialmente indicação e depois votação), o que acaba por selecionar “falsas lideranças⁴⁸” nas comunidades. O segundo, porque essas lideranças não passaram por um processo de capacitação, principalmente sobre o papel do líder em um projeto de desenvolvimento e, portanto, a maioria não tem conhecimento de sua verdadeira função.

Como esse é um projeto-piloto, muita coisa há que ser criada e ajustada pelos atores sociais, sendo que à medida que o projeto vai acontecendo, vão surgindo também muitas dificuldades, por parte desses mesmos atores, principalmente no que se refere à participação, como pôde ser visualizado nos comentários anteriores. Sendo assim, trabalhar com a transformação das pessoas é um processo lento e demanda esforço de ambas as partes para que ocorram mudanças de atitudes no sentido de uma participação mais ampla de todos os envolvidos no desenvolvimento local.

Percebe-se que os atores sociais possuem potencial para aumentar suas habilidades em prol de uma maior participação nas decisões que lhes afetam, à medida que essa participação vai sendo conquistada e se tornando mais próxima de uma participação por automobilização.

⁴⁸ Neste caso, entende-se por lideranças na visão de políticos e técnicos e não das comunidades. Geralmente essas lideranças encontram rejeição pela maioria das pessoas da comunidade.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do modelo de desenvolvimento baseado apenas no aspecto econômico nos remete a pensar em uma nova concepção, onde a participação da sociedade passa a ser fundamental na busca de um desenvolvimento mais justo. Nesse contexto, o papel do Estado e sua relação com a sociedade começam a ser repensados. Esse panorama traz à tona uma mudança de perfil por parte das instituições públicas, onde o planejamento deixa de ser fechado e unidirecional e passa para uma forma mais participativa, onde o diálogo, a abertura para mudanças e a aprendizagem de todos os atores envolvidos torna-se fundamental para a construção do desenvolvimento sustentável.

Embora a participação já esteja presente em grande parte dos discursos políticos e nos planejamentos, ainda permanece como um instrumento de manobra dos participantes, que geralmente decidem assuntos de pouca influência, considerando-se o contexto geral. A participação é um direito básico do cidadão, porque o leva à busca de outros direitos, no entanto, pode se manifestar de diversas formas que vão desde uma participação passiva como é o caso das consultas até uma participação ativa, como a autogestão. Sendo assim, em um processo participativo, torna-se importante levar em conta não apenas o tipo de participação, como também a disponibilidade e a vontade das pessoas com relação a divisão de poder e responsabilidades. Para as pessoas que querem continuar com o poder, procurando orientar as decisões para o que melhor lhe convém, torna-se mais fácil quando muitas não participam, ou que apenas sejam abertos canais de participação aparente, pois a participação intensa e constante de muitos é necessária para impedir que alguns imponham uma ordem que pode acabar prejudicando a maioria. Se de fato se deseja um processo de planejamento participativo, necessariamente, deve-se estar preparado para dividir poder e responsabilidades, tanto maior quanto for a participação dos atores sociais envolvidos.

O projeto Microbacias 2 surge como uma oportunidade para a participação dos agricultores, desenvolvendo uma metodologia participativa onde a vertente comunitária e a vertente institucional buscam em conjunto o conhecimento das

diversas realidades do meio rural, interagindo via planos de ação conjunta, numa participação denominada interativa, porém, essa participação, se dá apenas no momento de implementação do projeto. Com o objetivo de desenvolver um trabalho prévio da metodologia, foram iniciados dois projetos-piloto, que servirão de base para os trabalhos nas outras microbacias do projeto.

Embora o Microbacias tenha ações na área ambiental, econômica e social, o projeto não consegue dar conta da totalidade de problemas do meio rural, mesmo porque suas principais diretrizes estão voltadas à redução da pobreza rural, onde atribui suas maiores ações aos agricultores enquadrados como periféricos e em transição 1. Sendo assim, nesse estudo realizado na microbacia de Nova Teutônia, verificou-se a necessidade de se ampliar o conceito do trabalho que estava sendo realizado para um projeto que visa o desenvolvimento integral das comunidades, Projeto de Desenvolvimento de Nova Teutônia (PDNT). Este projeto, diferente do Microbacias, não tem público prioritário, nem prazo de execução, nem mesmo regras a serem cumpridas. Neste projeto maior, o Microbacias 2 será um auxílio para a realização de algumas ações, porém, não o único. Sua importância dentro do processo de desenvolvimento da microbacia se dá pelo fato de que ele surgiu em decorrência do Microbacias.

Esse trabalho de pesquisa indica que as microbacias constituem-se num espaço privilegiado, no qual se pode estabelecer um processo de negociação entre o poder público, os técnicos e os agricultores, para a formulação, gestão e avaliação de propostas que poderão se converter em políticas públicas. A pesquisa reforça a idéia de que o processo de mudança é gradual, pois se reconhece a dificuldade de adequação, tanto do poder público, quanto dos técnicos e da sociedade em geral, à nova realidade que se apresenta com a implantação do Plano de Desenvolvimento de uma microbacia.

As microbacias são importantes pela questão de tamanho (menor que o município, estado, nação), no entanto, o que as torna tão importantes não é o tamanho por si só, o que é interessante é um tipo de unidade social que é mais bem alcançada em uma unidade menor do que em uma maior. Sendo assim, a noção de comunidade, pelos laços sociais se torna ainda mais interessante do que as microbacias, sendo legitimada pelas famílias do meio rural. Contudo, mais importante do que verificar se o mais adequado seria trabalhar com as comunidades

ou microbacias, é que independente da decisão, seja pensado as microbacias e as comunidades sociologicamente mais do que geograficamente.

Assim, de acordo com essa pesquisa, pode-se observar que são muitos os obstáculos que o processo deverá transpor a fim de cumprir com os reais objetivos que justificaram sua concepção. Sobre a percepção dos agricultores está muito evidente a idéia de que os recursos financeiros bastam para solucionar seus problemas e melhorar seu modo de vida, pois a participação ainda está bastante atrelada ao fato de se conseguir algum benefício do projeto (Microbacias). Existe dificuldade, por parte dos agricultores, em entender que o projeto não é simplesmente uma doação de dinheiro, pois isso não mudaria a maneira das pessoas lidarem com seus problemas, mas sim, uma construção em conjunto para uma vida melhor, o que não acontece de uma hora para outra, exigindo muita dedicação e paciência. Como o projeto não tem por objetivo fazer caridade, distribuir dinheiro sem haver de outra parte, esforço, torna-se necessário que haja debate, discussão, participação, esforço individual.

Com referência à mobilização, os agricultores ainda esperam que outros resolvam os seus problemas, ou que o projeto venha lhes dar algum recurso financeiro, sem muito se esforçarem para isso. O que reflete ainda a maneira de como atuou, até então, o Estado e suas instituições, frente aos agricultores: centralizador, paternalista, autoritário e com pouca participação da sociedade.

Os agricultores não visualizam um papel diferente, como o verdadeiro exercício da cidadania, achando o projeto demorado e difícil de implantar. Não se consolidou no entendimento da maioria deles, que o projeto tem por objetivo provocar e estimular mudanças, sair da dependência, estimular para que as comunidades "andem com seus pés", ou seja, é uma proposta de mudança.

Quanto ao conceito de participação, os agricultores, em geral, o tem como sinônimo de "presença em reunião", embora este conceito já esteja se ampliando, através de algumas pessoas, sendo visto como uma predisposição das pessoas em colaborar e fazer com que o projeto dê certo, sentindo-se parte do processo. O técnico já atribui à participação, um significado diferente, relacionado a mudanças no sentido de superar a apatia das comunidades em relação ao seu desenvolvimento.

A maioria dos moradores atribui a não-participação, ao fato das pessoas não acreditarem, não conhecerem o projeto e, principalmente, alegarem não ter tempo

disponível para participar das reuniões. Vários agricultores manifestaram que não consideravam a participação em reuniões de planejamento, como parte de seu trabalho. Algumas pessoas participaram da primeira reunião e não voltaram mais, pois acharam-na muito complicada, optando por não mais ir às reuniões. Nesse ponto, verificou-se a importância das visitas individuais, principalmente para sentir das famílias suas expectativas em relação ao projeto, bem como, deixá-las mais à vontade para emitir suas opiniões e esclarecer suas dúvidas. Muitas vezes, as pessoas não se manifestam em reuniões, por vários motivos: timidez, medo de represálias, ou de se indispor com o vizinho, entre outros. Para isso, as visitas tornam-se fundamentais.

Nesse processo de planejamento participativo verificou-se que os agricultores se sentem mais à vontade e estimulados a exercer sua cidadania. As ações estão mais voltadas aos interesses das comunidades, pelo fato de que os agricultores realizam um plano, com diretrizes geradas de acordo com suas percepções. Ou seja, os problemas e potencialidades priorizadas, são reconhecidos por eles, bem como a busca pelas soluções, com o apoio e animação institucional.

A participação real, para que aconteça, não pode ser doada, ela tem de ser conquistada, e para isso, seu real significado deve ser sentido pelos atores sociais. Não é apenas utilizando algumas metodologias participativas que se conquista a participação, e sim na maneira como se estabelece essa relação entre os atores sociais participantes. Nesse caso o diálogo torna-se fundamental. No meio rural, os agricultores devem ser encarados como participantes ativos em todas as fases do desenvolvimento, levando-se em conta a valorização de sua capacidade.

Nesse trabalho, verificou-se que a participação, enquanto envolvimento dos agricultores é maior entre o grupo dos representantes, pelo fato de que neste grupo, as reuniões são mais freqüentes. As reuniões, em seu sentido mais amplo, têm por objetivo despertar as pessoas para a mudança de pensamentos e posteriormente de atitude. Elas estimulam as pessoas a participarem, discutirem e realizarem ações propostas. E para isso, são utilizadas técnicas de motivação e criação de estímulos, para que os agricultores possam modificar a idéia de que eles mesmos não são capazes de mudar a sua situação, o que tem estimulado muito a participação.

Porém, mesmo entre os representantes, percebeu-se diferentes percepções de participação. Os que mais participam e se envolvem, geralmente são aqueles em

que o animador valoriza sua opinião, busca sua ajuda e lhe outorga funções. Percebe-se que, mesmo aquelas pessoas que antes não participavam muito, quando lhes é dada a oportunidade e valorizada sua opinião, bem como, a sua ajuda, estas se sentem mais estimuladas e começam a participar com maior intensidade.

Já em relação à participação, percebe-se que não há muito envolvimento, os agricultores estão bastante desestimulados em relação ao projeto e com a atual conjuntura da própria agricultura. As comunidades reúnem-se poucas vezes com a finalidade de discutir e avaliar seus problemas. Muitos não sabem o que está acontecendo e nem como está o andamento do projeto, o que é percebido, tanto pelos representantes, como pelos animadores que trabalham na microbacia.

O conjunto das observações feitas durante a pesquisa, evidencia que apesar dos agricultores não perceberem, muita coisa já mudou na microbacia, pelo fato das pessoas se reunirem e discutirem em conjunto seus problemas, o que geralmente não era feito. É o caso do surgimento de grupos associativos e a busca em conjunto das soluções, bem como, a esperança das pessoas em uma melhor qualidade de vida. Os agricultores em seus depoimentos, durante as reuniões, sentem e manifestam que "já não são as mesmas pessoas", fazendo uma nítida comparação a seu estado de ânimo inicial.

Por fim, entende-se que o modo de se implantar um projeto dessa natureza, deve ser de maneira lenta e gradual, continuamente alimentado por todos os atores sociais. Não pode ficar unicamente sujeito às metas políticas estabelecidas por um governo, que normalmente tem pressa em executá-las, com isso "queimando etapas" fundamentais, que envolvem sair de uma "zona de conforto", que a maioria está acostumada, para aos poucos, através de mudanças dos velhos conceitos, estabelecer uma nova modalidade de desenvolvimento adaptada às condições de cada microbacia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Texto para discussão. Rio de Janeiro, 2000.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em Extensão Rural: um Manual de Metodologia**. MEC/ABEAS. Brasília – DF, 1989.

AURÉLIO, F. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 2000.

BANCO MUNDIAL. **Estratégia de Assistência ao Brasil**. 2004.
<http://www.obancomundial.org>

BENEVIDES, M. V. M. **A Cidadania Ativa – Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**. São Paulo - SP, 1996.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia – Uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro – RJ, 1992.

BITTENCOURT, E. **Pesquisa Consenso: Uma Proposta de Definição Participativa dos Valores Ambientais para o Setor Transportes**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Ambiental. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. Material para assistência técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. PCT – Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, 1999.

CÂNDIDO, M. F. S. **Ciência: Entendendo a Pesquisa Qualitativa**. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção/CTC. Texto, Sd.

CARNEIRO, M.J. **Pluriatividade: uma Resposta à Crise da Agricultura Familiar?** *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, 1998.

CAVALCANTI, C. P. B. e OLIVEIRA, M. M. **O “Sistema de Convivência” como Processo Extensionista**. Trabalho apresentado no I Simpósio Nacional sobre Planejamento Participativo, Porto Alegre, 1984.

CAVALET, V. J. **A Formação do engenheiro Agrônomo em Questão**. Formação Profissional do Engenheiro Agrônomo / FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. Cruz das Almas – MG, 1996.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro, 1991.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Desenvolvimento Local Sustentável com Base na Agricultura Familiar**. Brasília, 1997.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Programa de Formação de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Local sustentável**. Brasília, 1998.

COUTO ROSA, S.L. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável**. Texto apresentado no 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Foz do Iguaçu, 1999.

DALLARI, D. A. **O que é Participação Política?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo, 1983.

DESER. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Plano Municipal de Governo para a Agricultura Familiar**. 2001 <http://www.deser.org.br>

DESLANDES, S.F.; NETO, O.C.; GOMES, R.; MINAYO, M.C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável – Origens e Perspectivas de um Novo Paradigma**. São Paulo – SP, 1996.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 5ª. Edição. Rio de Janeiro, 1980.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo: na Educação e em outras Instituições, Grupos e Movimentos dos Campos Cultural, Social, Político, Religioso e Governamental**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1994.

GEORGE, S. **O Mercado da Fome – As Verdadeiras Razões da Fome no Mundo**. Rio de Janeiro – RJ, 1978.

GUIVANT, J. **Parâmetros Teóricos para a Análise da Difusão e Adoção de Práticas Agrícolas Sustentáveis**. In: VIEIRA, P. F & MAIMON, D. *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade*. Belém do Pará, 1993.

GUIVANT, J. **Heterogeneidade de Conhecimento no Desenvolvimento Rural Sustentável**. Trabalho apresentado no 49 Congresso Internacional de Americanistas. Equador, 1997.

HILLMAN, A. **Organização da Comunidade e Planejamento**. Rio de Janeiro, 1974.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2000 <http://www.ibge.gov.br>

ICEPA – Instituto Estadual de Planejamento Agrícola. **Avaliação do Projeto Microbacias: Relatório de Avaliação Final.: Resumo Executivo**. Florianópolis, 1999.

JARA, C. J. **Municipalização: A Necessidade de Redefinir Planejamento Local**. IICA – PRORURAL. Julho, 1996.

JARA, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local** – Brasília Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998.

MANUAL OPERATIVO – **Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM/MICROBACIAS 2**. Secretaria do estado de Desenvolvimento e da Agricultura – SC. Florianópolis, 2002.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 2000.

MINAYO, M.C.S.. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: **Pesquisa Social – Teoria , método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas**. Brasília, Embrater, 1987.

MUSSOI, E. M. **Necessidades de Novos Paradigmas de Desenvolvimento e um Repensar das Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão Rural**. Sd

MUSSOI, E. M. **Integración entre Investigación y Extensión Agraria en un Contexto de Descentralización del Estado y Sustentabilización de Políticas de Desarrollo: el Caso de Santa Catarina, Brasil**. Tese de doutorado – Universidade de Córdoba. Espanha, 1998.

PINHEIRO, S. L. G., PEARSON, C. J. & CHAMALA, S. **Enfoque Sistêmico, Participação e Sustentabilidade na Agricultura. I: Novos Paradigmas para o Desenvolvimento Rural?** Revista Agropecuária Catarinense, v. 10, n. 1, mar. 1997.

PINHO, R. C. R. **Da Organização do Estado, dos Poderes e Histórico das Constituições.** São Paulo, 2000.

PINTO, J. B. **Participação: Rito ou Prática de Classe?** Cadernos de Planejamento Participativo, Programa de Desenvolvimento Municipal. Centro de Estudos Sociais Aplicados/UNIJUÍ. Ijuí, 1986.

PORTINHO DIAS, L. C. **A Democracia Participativa Brasileira.** IBAP- Instituto Brasileiro de Advocacia Pública. Boletim nº 11. Porto Alegre, 1998.

SACHS, I et al. **Conferência de Abertura e Rumo à Segunda Revolução Verde?** In. Vieira, P.F. & GUERRA, M. P. Biodiversidade, Biotecnologia e Ecodesenvolvimento. Florianópolis, 1994.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Série Estudos Rurais, Porto Alegre, 2003.

SILVESTRO, M. L., ABRAMOVAY, R., MELLO, M., DORIGON, C. e BALDISSERA, I. T. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar.** Florianópolis, 2001.

SIMON, A. A. **Origem e Difusão da Metodologia de Extensão Rural em Microbacias Hidrográficas.** Revista Agropecuária Catarinense, v. 9, n. 1, mar. 1996.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos Urbano do que se Calcula.** Campinas – SP, 2002.

WOLFE, Marshall. **Desenvolvimento: para que e para quem?** Rio de Janeiro, 1976.

ANEXOS

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO FECHADO (CADASTRO DAS PROPRIEDADES)

IDENTIFICAÇÃO

Agricultor: _____
 Comunidade: _____

ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS

NOME	GRAU DE PARENTESCO	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	No. DIAS TRABALHO/ANO

INVENTÁRIO DA PROPRIEDADE

Área da propriedade: _____ ha
 Posse da terra: () proprietário () arrendatário () parceiro () outros
 Distribuição do uso atual da terra:

CULTURAS	HA	PRODUÇÃO
Milho		
Feijão		
Mata nativa		XXX
Reflorestamento		XXX
Outros		XXX
Pastagem nativa		XXX
Pastagem cultivada		XXX

Criações:

Bovinocultura de leite
 Matrizes em produção (cab): _____
 Produção anual/vaca (lt): _____
 Outros bovinos (cab): _____
 Venda para corte cab/ano: _____

Suinocultura
 Sistema: ()UPL; ()CC ()Parceria
 Nº de fêmeas: _____
 Nº de cabeças vendidas/ano: _____
 Empresa integradora: _____

Avicultura
 Tamanho do aviário: _____
 Cabeças/lote: _____
 Receita bruta anual: _____

Construções, instalações:

TIPO	TAMANHO	ESTADO

Mão de obra contratada:

QUANTIDADE	Nº. DIAS/ANO	RENUNERAÇÃO

Outras fontes de renda da Unidade Familiar:

ITEM	VALOR ANUAL EM R\$

Indústria artesanal:

() animal () vegetal Receita mensal (_____)

Saneamento ambiental:

- Sistema de abastecimento de água: _____
- Destino das águas usadas: _____
- Destino dos dejetos humanos: _____
- Destino dos dejetos animais: _____
Esterqueira () alvenaria () lona PVC () na terra
(_____) tamanho
Utilização na lavoura: () sobra () necessita (_____) quantidade
- Destino do lixo tóxico: _____

Atividades de lazer da família: _____

Potencial turístico da propriedade: _____

É sócio de alguma cooperativa? Qual? _____

Participa de alguma associação? Qual? _____

O que acha da participação em grupos: () favorável () tanto faz () não concorda

Energia elétrica: () monofásica () bifásica () trifásica () não possui

Está satisfeito com a atividade agrícola? Por que? _____

Quais os serviços de máquina necessita? _____

Tem participado das reuniões do Microbacias? Porque? _____

Qual a sua opinião sobre o Microbacias? _____

PROJEÇÃO FUTURA

Quais as principais necessidades?
Como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Microbacia de Nova Teutônia pode auxiliá-lo, quais as suas expectativas com relação a esse projeto e a sua propriedade?
Quais as atividades que pretende continuar ou investir?

ANEXO 2: ROTEIRO FINAL DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- Importância do projeto
- Resultados percebidos até agora
- Importância da sua participação no projeto
- Nível de envolvimento das lideranças (prefeito, cooperativas, sindicatos, agroindústrias...) municipais com a comunidade e projeto
- Importância da representatividade
- Participação dos agricultores e envolvimento
- Principais dificuldades do projeto
- Principais dificuldades com relação à sua participação
- Principais dificuldades com relação à participação dos demais
- Opinião sobre as reuniões
- Como vê o fato de fazer parte de um projeto-piloto
- Sugestões para as comunidades que começarão agora a desenvolver o projeto microbacias

ANEXO 3: TIPIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO (MANUAL OPERATIVO, 2002)

Empresário Rural: Em termos médios, ocupa as maiores áreas dos respectivos sistemas de produção. As propriedades têm alto uso de capital, são intensamente mecanizadas e utilizam grande quantidade de insumos externos. Todas as atividades são voltadas para o mercado e o autoconsumo é inferior a 20% do VBP. A mão-de-obra contratada é mais que 50% da utilizada.

Agricultor Familiar Consolidado: Tem média de Valor Agregado⁴⁹ (VA) por pessoa ocupada (PO) na propriedade igual ou maior que três salários mínimos por mês. Consegue produtividades superiores às médias regionais. Os sistemas de produção mais comuns são os que exploram as criações intensivas (aves e suínos), culturas para alimentação dos animais e para as agroindústrias (fumo, soja). Mais de 50% da mão-de-obra utilizada é de origem familiar. No mínimo 70% do VBP é objeto de venda.

Agricultor Familiar em Transição: É o produtor rural que geralmente tem pequenas áreas e obtém produtividades próximas das médias regionais. O valor agregado por pessoa ocupada situa-se entre 1 e 3 salários mínimos/mês. A mão-de-obra utilizada é, em sua maior parte, da própria família. Tem baixo uso de capital e o uso de tração animal é predominante. A conjugação de produtividades próximas das médias, com pequena escala e venda de produção sem beneficiamento, conduz à baixa renda por pessoa ocupada. Eventualmente, efetuam venda de trabalho para outros estabelecimentos agrícolas.

Agricultor Familiar Periférico: Obtém produtividades inferiores às médias regionais e as propriedades normalmente abrangem pequenas áreas. A maior parte do VBP é destinado ao consumo familiar. O valor agregado/PO situa-se abaixo de 1 salário mínimo/mês. A quase totalidade da mão-de-obra demandada é proveniente da própria família. Não executa atividades de agregação de valor à produção primária. Utiliza pouco capital e a tração é quase exclusivamente animal. Ocasionalmente, vende a mão-de-obra excedente, geralmente a outras propriedades de agricultores consolidados ou a empresas rurais.

Famílias Com Predominância de Renda Não-Agrícola: Geralmente possuem pequenas propriedades, nas quais a renda proveniente de atividades não-agrícolas é superior ao VBP. Enquadram-se nesta categoria os aposentados, bem como os agricultores que executam a agricultura de tempo parcial (part-time) e os donos de sítios de lazer, quando a renda extra-propriedade é maior que o VBP. De qualquer maneira, o VA/pessoa ocupada oriundo da produção agrícola é menor que 1 salário mínimo/mês.

Empregados Rurais (Assalariados): São os assalariados rurais que geralmente não dispõem de área agrícola e desempenham seu trabalho de forma permanente em propriedades ou empresas agrícolas.

Volantes e Favelados Rurais: São categorias de população rural que não dispõem de propriedade agrícola, provendo seu sustento através da prestação de serviços temporários na atividade agrícola. Localizam-se tanto nas periferias urbanas como no meio rural.

Indígenas: Vivem em aldeias, acampamentos de beira de estrada ou em casas “desaldeadas”. Praticam agricultura de subsistência, tendo pouca interação com o mercado. Esta categoria necessita ser tratada diferenciadamente das demais, tendo em vista as características peculiares relativas a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

Cafuzos: Segundo Pedro Martins em “Anjos de Cara Suja” (1995), “A comunidade cafuzo é um grupo étnico formado por aproximadamente 300 pessoas que ocuparam, até 1992, parte das terras da Área Indígena Ibirama, pertencentes ao grupo Xokleng. A sede da comunidade, o cafezeiro, localizado até então no Vale do Rio Platê, foi até recentemente local de residência de todos os cafuzos. A partir de 1974, com a implantação da Barragem Norte, e a conseqüente desapropriação de parte das terras indígenas, a comunidade viu-se desalojada da maior parte das terras que ocupava, o que levou metade dos seus membros a migrarem do Platê.

⁴⁹ Valor Agregado é a diferença entre Valor Bruto da Produção (VBP) e os Custos Variáveis da Produção (despesas).

ANEXO 4: EXEMPLO DE PRIORIZAÇÃO DE PROBLEMAS PELO MÉTODO GUT

Comunidade: Linha São Paulo

PROBLEMAS/OPORTUNIDADES	G	U	T
Pessoas fechadas para o mundo			
A falta de escolaridade e a idade avançada não permitem competir no mercado			
85 % não estão satisfeitos com a atividade agrícola			
Apenas 47 % das propriedades possuem horta			
Produtores não aceitam trabalhar em grupos			
Pouca participação dos produtores no sindicato			
Falta mão-de-obra			
Falta assistência técnica / veterinária			
Valorizar e incentivar a melhoria nas propriedades			
Falta associativismo			
Evitar a proliferação de insetos			
Melhorar as instalações sanitárias			
Análise de água em todas as propriedades			
Mais proteção de poços e fontes			
Há pouca área reflorestada/ nativas			
Remanejar as áreas para facilitar o plantio			
Faltam aviários			
Aumentar a área de plantio			
Reestruturar as propriedades para facilitar a mão-de-obra			

ANEXO 5: EXEMPLO DE PRIORIZAÇÃO DE PROBLEMAS PELO MÉTODO DE PONDERAÇÃO

Comunidade: Linha São Paulo

Nº	ATIVIDADE	ORDEM	VERMELHO	AMARELO	VERDE	TOTAL
1	INCENTIVO PARA AÇUDES	1º	15	6		21
2	FALTA UM POÇO ARTESIANO	2º	15			15
3	SEGURO AGRÍCOLA	3º	3	4		7
4	MAIS FICHA / MÉDICO	3º	3		4	7
5	ANÁLISE DE ÁGUA E PROTEÇÃO DE FONTES	3º		6	1	7
6	AJUDA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTERQUEIRAS	4º	6			6
7	MELHORAR O ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO	5º		4	1	5
8	INCENTIVO PARA DESTOQUE	5º		4	1	5
9	FALTA DE MEDICAMENTO NA FARMÁCIA BÁSICA	6º	3		1	4
10	DEMORA NO ATENDIMENTO DE MÁQUINAS	6º			4	4
11	BAIXA RENDA	7º	3			3
12	MELHORAR OS ACESSOS DOS AGRICULTORES	7º		2	1	3
13	FALTA QUALIDADE NA TELEFONIA RURAL	8º		2		2
14	RECOLHIMENTO DO LIXO	8º		2		2
15	MÁQUINA PARA SILAGEM	8º		2		2
16	MELHORAR O CAMPO DE FUTEBOL	9º			1	1
17	MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO DE ADUBOS	9º			1	1
18	USO INDISCRIMINADO DE AGROTÓXICOS	9º			1	1
19	INCENTIVO PARA PASTAGENS	-				-
20	INCENTIVAR / ESTIMULAR A PEQUENA PROPRIEDADE	-				-
21	FALTA SEGUNDO GRAU NO DIOLINDO ZILIO	-				-
22	DEJETOS DE SUÍNOS MAL MANEJADOS	-				-
23	INCENTIVO PARA (RE)FLORESTAMENTO / NATIVAS	-				-

ANEXO 6: DESENVOLVIMENTO DOS PROBLEMAS

AMBIENTAL

PROBLEMA	O QUE BUSCAMOS	COMO FAREMOS	QUEM FARÁ	QUANDO	RESPONSÁVEIS
ARMAZENAGEM E MANEJO DE DEJETOS DE SUÍNOS	CONSTRUÇÃO DE ESTERQUEIRA, INSTALAÇÃO DE BIODIGESTOR, TRANSPORTE DE DEJETOS, DISTRIBUIÇÃO, BOMBAS / TUBULAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E TRATOR.	PROCURAR UM TÉCNICO PARA FAZER PROJETOS EM GRUPOS OU INDIVIDUAL PARA CONSEGUIR RECURSOS; ORGANIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO (INTENDÊNCIA).	AGRICULTORES E PREFEITURA.	CURTO PRAZO	ADAIR, ELIAS
CONSERVAÇÃO E MANEJO DO SOLO	CONTROLE DA EROSIÃO, CALCÁRIO, SEMENTES / COBERTURA, PLANTIO DIRETO, ANÁLISE DE TERRA	VISITAS, EXPERIÊNCIAS, BUSCAR NOVAS TÉCNICAS, DIAS DE CAMPO.	AGRICULTORES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, EPAGRI, COOPERATIVA.	LONGO PRAZO	ADAIR, ELIAS
ÁGUA - QUALIDADE E QUANTIDADE	PROTEÇÃO DE FONTES; INCENTIVO POÇOS ARTESIANOS E AÇUDES; ANÁLISE DE ÁGUA; INCENTIVO CISTERNAS; POLUIÇÃO DO RIO; REDE DE ÁGUA, BOMBA E CAIXA, REDE DE ENERGIA ELÉTRICA.	BUSCAR RECURSOS, CONSCIENTIZAÇÃO DAS PESSOAS.	TÉCNICOS, PRODUTORES E PREFEITURA.	CURTO PRAZO	ERNESTO, BERTOLDO
REFLORESTAMENTO	INCENTIVO NATIVAS / EXÓTICAS, E EM ÁREAS DIFÍCEIS DE TRABALHAR.	PLANEJAMENTO DE PROPRIEDADE E ORIENTAÇÃO TÉCNICA. BUSCAR NOVAS EXPERIÊNCIAS.	O AGRICULTOR COM A JUNTA TÉCNICA.	LONGO PRAZO	ERNESTO, BERTOLDO
LEI AMBIENTAL	RETIRADA DE MADEIRA PARA USO PRÓPRIO, CAÇA ILEGAL, CONSCIENTIZAR ATRAVÉS DA RÁDIO E ESCOLA.	FLEXIBILIZAR A LEI AMBIENTAL PARA USO PRÓPRIO E REPOR RETIRADAS.	SECRETARIA DA AGRICULTURA, FATMA, AGRICULTORES.	MÉDIO PRAZO	BENETTI, JAIR
AGROTÓXICOS	USO INDISCRIMINADO, CONSCIENTIZAÇÃO, PALESTRAS, DESTINO ADEQUADO DAS EMBALAGENS, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA SUBSISTÊNCIA SEM AGROTÓXICO.	PALESTRAS E SEMINÁRIOS SOBRE AGROTÓXICOS E PRODUTOS ORGÂNICOS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES	AGRICULTOR, FEDERAÇÕES DE AGRICULTORES, APACO, E OUTROS...	LONGO PRAZO	BENETTI, JAIR
LIXO	RECOLHIMENTO DO LIXO NAS RESIDÊNCIAS (COMUNIDADE), PALESTRAS / CONSCIENTIZAÇÃO.	CONSTRUIR - ORGANIZAR PONTOS DE RECOLHIMENTO (REVER ROTEIRO - 60 DIAS).	AGRICULTORES	CURTO PRAZO	BENETTI, JAIR

ECONÔMICO

PROBLEMA	O QUE BUSCAMOS	COMO FAREMOS	QUEM FARÁ	QUANDO	RESPONSÁVEIS
ESTRADAS	MELHORAR ACESSOS INTERNOS; MELHORAR ESTRADA GERAL; TÉRMINO DO CALÇAMENTO - DISTRITO; TUBULAÇÃO NAS ESTRADAS; ACESSO TEUTÔNIA - SEARA.	ATRAVÉS DE PEDIDOS. PREFEITURA, INTENDÊNCIA. SECRETÁRIO DE OBRAS, BUSCANDO, INSISTINDO, BUSCANDO COM INSISTÊNCIA ATÉ QUE A OBRA SEJA REALIZADA. CEDENDO.	PREFEITURAS, CONVÊNIOS E COMUNIDADE.	MÉDIO PRAZO	MATTIELLO, DELVINO, MARLEI, RUDOLFO FREYER.
MÁQUINAS AGRÍCOLAS	ORGANIZAÇÃO/PLANEJAMENTO (INTENDÊNCIA) - PESSOA RESPONSÁVEL PARA CONTROLAR O TRABALHO DAS MÁQUINAS; FALTAM MÁQUINAS (TRATOR, ESTEIRAS, CAMINHÃO); BALANÇA COMUNITÁRIA.	BUSCA ATRAVÉS DE BANCOS, PREFEITURA, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADE E MICROBACIA.	INTERESSADOS, COMUNIDADES	MÉDIO PRAZO	MATTIELLO, DELVINO, MARLEI, RUDOLFO FREYER.
ALTERNATIVAS DE RENDA / AGREGAÇÃO DE VALOR	MINI INDÚSTRIA DE ALIMENTOS; CASA COLONIAL COM ARTESANATO; FORMAR GRUPO PARA MICROEMPRESAS (ABATEDOURO); INCENTIVO DA PREFEITURA PARA PEQUENAS EMPRESAS	BUSCAR INTERESSADOS, PALESTRA (ABERTURA DE HORIZONTES), DEFINIR POSSÍVEIS PROJETOS.	COMUNIDADE, INTERESSADOS, BANCO.	CURTO PRAZO	LISÂNGELA, FRITZ, ARNILDO, VALDIR M., SANDRA W.
RENDA COM OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS	INCENTIVO PARA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS, CANA-DE-ACUCAR, OUTROS ANIMAIS, APICULTURA, PISCICULTURA, DENTRE OUTROS...	BUSCAR INTERESSADOS, INCENTIVOS, RECURSOS ATRAVÉS DE BANCOS.	COMUNIDADES, PREFEITURA	CURTO PRAZO	LISÂNGELA, FRITZ, ARNILDO, VALDIR M., SANDRA W.
BOVINOCULTURA DE LEITE	INCENTIVO, PASTAGEM, VACAS, INSEMINAÇÃO, TROCA-TROCA	BUSCAR INFORMAÇÕES JUNTO À EMPRESAS	EMPRESAS E LATICÍNIOS.	MÉDIO PRAZO	ALMIR, VALDEMAR, ARI.
SUÍNOS / AVES	INCENTIVO PARA ATIVIDADE, EMPRESA PARA BAIXA ESCALA (QUE ASSUMA COMPROMISSOS), ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES.	BUSCAR INCENTIVOS PARA SUBSÍDIOS, INSUMOS, SEMENTES, INSTALAÇÕES.	GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL, COOPERATIVAS.	LONGO PRAZO	ALMIR, VALDEMAR, ARI.

SOCIAL

PROBLEMA	O QUE BUSCAMOS	COMO FAREMOS	QUEM FARÁ	QUANDO	RESPONSÁVEIS
MORADIAS	MELHORIA NAS RESIDÊNCIAS (CASA) DOS MENOS FAVORECIDOS, EMBELEZAMENTO DAS PROPRIEDADES	DE POSSE DO LEVANTAMENTO, ORGANIZAR UMA SELEÇÃO DAS CASAS MAIS URGENTES, VISITA E ESCLARECIMENTO DA PROPOSTA PROCURANDO INTEGRAR-REINTEGRAR A FAMÍLIA NAS ATIVIDADES COMUNITÁRIAS; BUSCA DOS RECURSOS; PROPORCIONAR CURSOS E PALESTRAS SOBRE QUALIDADE DE VIDA - QUALIDADE TOTAL.	COMISSÃO DA MICROBACIA; PROFISSIONAIS DA ÁREA.	CURTO PRAZO	ROQUE, NÉSIO, IVANIR PRIGOL
SANEAMENTO AMBIENTAL	MELHORIA / CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS; FOSSAS; DESTINO DAS ÁGUAS USADAS.	VIABILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA CONTINUIDADE DE PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO JÁ EM AÇÃO; ESTENDENDO-SE TAMBÉM PARA ÁREAS RURAIS; ESCLARECIMENTO E CONTROLE.	COMISSÃO DA MICROBACIA; VIGIÂNCIA SANITÁRIA; AGENTES DE SAÚDE.	CURTO PRAZO	ROQUE, NÉSIO, IVANIR PRIGOL
SAÚDE	FARMÁCIA BÁSICA / MEDICAMENTOS NO POSTO; MELHORAR ENTENDIMENTO MÉDICO - ODONTOLÓGICO; MÉDICO MAIS VEZES POR SEMANA OU MAIS TEMPO; AGENTE DE SAÚDE; LIBERDADE DE ESCOLHA DO MÉDICO (SEARA); PROGRAMA DE REEDUCAÇÃO ALIMENTAR.	INCENTIVAR O USO DE ERVAS MEDICINAIS; MÉDICO CUMPRIR O HORÁRIO (PERÍODO DE CONTRATAÇÃO SEMANAL E 2 VEZES POR SEMANA); CAPACITAR AS AGENTES DE SAÚDE PARA ORIENTAR A POPULAÇÃO SOBRE DIVERSOS TEMAS, ALÉM DE SAÚDE, PRIMEIROS SOCORROS...	AGENTES DE SAÚDE; RESPONSÁVEL DO POSTO DE SAÚDE; MÉDICOS; ÁREA SOCIAL; MUNICÍPIO E COMUNIDADE.	CURTO PRAZO	ROQUE, NÉSIO, IVANIR PRIGOL
INFRAESTRUTURA	TELEFONIA RURAL / ORELHÃO; CENTRO COMUNITÁRIO.	LEVANTAMENTO DE CUSTOS; AJUDA FINANCEIRA; BUSCAR RECURSOS DENTRO DO PROGRAMA MICROBACIAS2 VIA PROJETO DE INTEGRAÇÃO DIOS DIVERSOS SEGMENTOS COMUNITÁRIOS (JOVENS, IDOSOS, ESCOLA...).	REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES.	CURTO PRAZO	DIRCE, ALTIR, GENI
EDUCAÇÃO	MANTER 2º GRAU NA MICROBACIA (NÃO ESTÁ EFETIVO); TRANSPORTE ESCOLAR 2º GRAU (UNS PAGAM, OUTROS NÃO); INCENTIVO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA ESCOLA; ENVOLVIMENTO DA ESCOLA NO PROJETO.	EM TEMPO LEGAL (2004) - EFETIVAÇÃO; INCENTIVAR O ALUNO A ESTUDAR A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA; DESENVOLVER TRABALHO DE PARCERIA ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS (RECURSOS); BUSCAR APOIO ECONÔMICO PARA SUSTENTAR E MANTER A UNIDADE ESCOLAR; IMPLEMENTAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR SOBRE AGRICULTURA; VIABILIZAR BOLSA DE ESTUDO AOS ESTUDANTES CARENTES; DESENVOLVER PROJETO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA (PLURIANUAL).	COMUNIDADE; FAMÍLIA ESCOLAR; AUTORIDADES EDUCACIONAIS; GOVERNOS; SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	MÉDIO PRAZO	DIRCE, ALTIR, GENI
PLANEJAMENTO	PESSOA RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO DAS COMUNIDADES.	VOLTA DO CARGO DE "INTENDENTE REGIONAL MUNICIPAL"; COM ACESSO E PODER DE DECISÃO.	COMUNIDADE GERAL DA REGIÃO	CURTO PRAZO	DIRCE, ALTIR, GENI
AGROTURISMO	TRILHA ECOLÓGICA; VISITAS/EXCURSÃO DO MUSEU; HISTÓRICO DA MICROBACIA; TURISMO DE CONHECIMENTO; RESGATE DA CULTURA LOCAL.	PROJETO PARA ROTEIRO DAS VISITAS; IDENTIFICAR E ANALISAR AS OPÇÕES; CRIAR REGISTRO; DIVULGAÇÃO; ALERTAR OS PROPRIETÁRIOS DOS PERIGOS; CRIAÇÃO DE EXPOSIÇÃO - FEIRA NO LOCAL PARA EXPOR E VENDER; PRODUTOS ARTESANAIS, DA CULTURA REGIONAL (CASA DA MEMÓRIA).	PESSOAL DAS ÁREAS AMBIENTAL, TURISMO; ESCOLA; CLUBE DE MÃES; IDOSOS; ASSOCIAÇÕES; JOVENS.	LONGO PRAZO	LOICE, ELENA, VALDIR, TRAUDI
PROFISSIONALIZAÇÃO	CURSOS PROFISSIONALIZANTES; TREINAMENTOS TÉCNICOS; PALESTRAS DE MOTIVAÇÃO E AUTO-ESTIMA.	FAZER UM LEVANTAMENTO DOS CURSOS QUE CADA FAMÍLIA GOSTARIA DE FAZER E BUSCAR QUE ESSE CURSO ACONTEÇA NA PRÓPRIA COMUNIDADE.	AGRICULTORES, SENAR, EPAGRI	MÉDIO PRAZO	LOICE, ELENA, VALDIR, TRAUDI
LAZER/AUTO-ESTIMA	INCENTIVAR ATIVIDADES ESPORTIVAS NAS COMUNIDADES; VALORIZAÇÃO DOS JOVENS; PALESTRAS E CURSOS.	PROPORCIONAR LEVANTAMENTO DE PESQUISA DE INTERESSE CULTURAL PARA SELECIONAR CURSOS, PALESTRAS DE DIFERENTES ÁREAS QUE PUDESSEM ATENDER TODAS AS IDADES (SEMANAL), DIRECIONANDO ATIVIDADES QUE INTEGREM A DINÂMICA CULTURAL, ECONÔMICA...	REPRESENTANTES FAMILIARES COMUNITÁRIOS.	MÉDIO PRAZO	LOICE, ELENA, VALDIR, TRAUDI